

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ESTUDOS LINGUÍSTICOS
LINHA DE PESQUISA: GRAMÁTICA E SIGNIFICAÇÃO

PATRÍCIA AZEVEDO GONÇALVES

**NEXOS ADVERSATIVOS E PONTUAÇÃO: UM OLHAR PARA A INTEGRAÇÃO
SINTÁTICA E A CONECTIVIDADE TEMÁTICA EM TEXTOS ACADÊMICOS**

PORTO ALEGRE

2020

PATRÍCIA AZEVEDO GONÇALVES

**NEXOS ADVERSATIVOS E PONTUAÇÃO: UM OLHAR PARA A INTEGRAÇÃO
SINTÁTICA E A CONECTIVIDADE TEMÁTICA EM TEXTOS ACADÊMICOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Estudos da Linguagem.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio de Moura Menuzzi

Porto Alegre

2020

CIP - Catalogação na Publicação

GONÇALVES, Patrícia Azevedo

Nexos adversativos e pontuação: um olhar para a integração sintática e a conectividade temática em textos acadêmicos / Patrícia Azevedo GONÇALVES. -- 2020.

115 f.

Orientador: Sérgio de Moura Menuzzi.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, BR-RS, 2020.

1. pontuação. 2. nexos adversativos. 3. escrita acadêmica. 4. conectividade temática. 5. integração sintática. I. de Moura Menuzzi, Sérgio, orient. II. Título.

Patrícia Azevedo Gonçalves

**NEXOS ADVERSATIVOS E PONTUAÇÃO: UM OLHAR PARA A INTEGRAÇÃO
SINTÁTICA E A CONECTIVIDADE TEMÁTICA EM TEXTOS ACADÊMICOS**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Estudos da Linguagem.

Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2020.

Resultado:

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Ana Márcia Martins da Silva
Escola de Humanidades – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Gabriel de Ávila Othero
Instituto de Letras – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Marcos Goldnadel
Instituto de Letras – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Sérgio de Moura Menuzzi (Orientador)
Instituto de Letras – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

AGRADECIMENTOS

Realizar um mestrado, escrever uma dissertação significa buscar *produzir* conhecimento, gerar alguma contribuição significativa dentro de uma área do saber; significa *ocupar* e defender um espaço social ao qual poucos têm acesso; e, em meu caso particular, utilizar-se de recursos públicos para autoformação. Igualmente, significa *desafiar*-se a novas aprendizagens, novas formas de pensar; significa colocar-se constantemente em situações de avaliação; significa *vencer* as próprias limitações, medos, vontade de desistir; significa *aprender* com a generosidade daqueles que já trilharam este caminho e, hoje, partilham seu conhecimento conosco; significa receber a empatia e o carinho daqueles que estão “no mesmo barco”, vivenciando “a dor e a delícia” de se fazer uma pós-graduação; significa, por fim, contar, mais do que nunca, com nossa rede de apoio: amigos, familiares, companheiro.

Entendendo, portanto, que muitas foram as pessoas/instituições que construíram o contexto que me permitiu concluir mais esta etapa de minha formação, gostaria de agradecer:

Ao meu orientador, Prof. Dr. Sérgio de Moura Menuzzi, pelo exemplo que é para todos nós como diretor e militante; pelo equilíbrio, como educador, entre ministrar aulas de alto nível e compartilhar, com generosidade, seu vasto conhecimento; pelo brilhantismo de suas análises, como linguista; pelo respeito e compreensão, como orientador.

A todos os mestres com os quais tive o privilégio de aprender um pouco mais sobre essa ciência apaixonante que é a Linguística, em especial, ao Prof. Dr. Gabriel de Ávila Othero, pela alegria, leveza e didática com que conduz as aulas; à Profa. Dra. Ingrid Finger, pelo carinho e dedicação com que acolhe a cada aluno; ao Prof. Dr. Marcos Goldnadel e à Profa. Dra. Ana Márcia Martins da Silva, pelos comentários valiosos ao participarem de minha banca de defesa.

Às colegas e amigas que a vida acadêmica me deu: Paloma, Sara, Rossana, Carol e Márcia. Gratidão pelos momentos de apoio, estudo, insights, áudios gigantes, risadas, cafés, drinks... e tudo o mais que partilhamos! Que bom foi contar com vocês neste período e saber que levo nossa amizade para a vida...

Às minhas irmãs, Claudia e Adriana, e à minha mãe, Tania, por toda amizade, torcida, carinho e amor incondicionais que têm por mim. Nunca o que eu fizer será suficiente para agradecer por tanto...

Àquele que torna todos os meus dias felizes e seguros, que me ensina, a cada gesto, a poesia e o encanto de se dividir a vida. Renan, meu amor, obrigada por me amar e sempre acreditar em mim! Organizar nosso casamento e nosso lar, neste período, só foi possível porque tu estiveste ao meu lado, sempre dando o máximo de ti.

A Jesus, pelo dom da vida e pelo amor, por ser presença e certeza em mim. Que eu consiga, cada vez mais, realizar meus sonhos, concretizar meus projetos, tendo por horizonte Teu exemplo: “Que os meus olhos sejam os Teus: enxerguem *justiça* e *bondade!*”.

O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

RESUMO

O presente estudo teve por objetivo investigar as motivações sintáticas e semânticas para o emprego de determinados padrões de pontuação relacionados aos nexos adversativos em um *corpus* de trabalhos acadêmicos. Para tanto, nos ancoramos no que propõe Givón (1984; 1991; 1993a; 1993b; 1995; 2012) quanto às dependências de caráter semântico-pragmático (dependência funcional) e de caráter gramatical (dependência formal), avaliando o emprego da pontuação dos excertos que compõem nossa amostra quanto à sua eficiência ao representar graficamente os diferentes níveis de conectividade, construindo uma progressão textual adequada. Além das motivações sintáticas, relacionadas aos graus de integração das orações (sujeitos com mesma referência, descrição e ordenação de eventos, mudança de modalidade relativa aos atos de fala) e das motivações semântico-pragmáticas, relacionadas aos graus de conectividade temática (continuidade referencial, demais estratégias para manutenção ou ruptura tópica), mostrou-se relevante a diferença de estatuto que os conectivos adversativos *porém*, *contudo*, *entretanto*, *no entanto* e *todavia*, dado seu caráter adverbial, apresentam em relação à conjunção *mas*. Na análise empreendida, os exemplos mais profícuos foram os de conectivos empregados entre orações, os quais nos permitiram maior problematização quanto aos problemas de escrita relacionados à pontuação e às construções adversativas. Em algumas categorias, grande parte dos erros encontrados não se relacionou diretamente com as possibilidades de integração de conteúdos “coordenados”, apenas materializaram lapsos ou desconhecimento dos autores em relação a algumas convenções de escrita.

Palavras-chave: pontuação, nexos adversativos, escrita acadêmica, conectividade temática, integração sintática.

ABSTRACT

The present study aimed to investigate the syntactic and semantic motivations for the use of certain punctuation patterns related to the adversative nexus in academic works. To this end, we based this paper on studies by Givón (1984; 1991; 1993a; 1993b; 1995; 2012) who discusses about the dependencies of semantic-pragmatic aspect (functional dependence) and grammatical aspect (formal dependency), evaluating the use of the punctuation of excerpts, regarding their efficiency, which compose our sample, by graphically representing the different levels of connectivity, building an appropriate textual progression. In addition to the syntactic motivations related to the integration of the sentences (subjects with the same reference, description, and ordering of events, change of modality in regard to speech), and of the semantic-pragmatic related to thematic connectivity (referential continuity, others strategies for maintenance or rupturing the topic), the difference that the adversative connectors have in status proved to be relevant as: however, although, however, nonetheless, nevertheless, given their adverbial aspect that they have with the conjunction but. In the analysis undertaken, the most fruitful examples were those of connectives used between sentences, which allowed us to further problematize the writing problems related to punctuation and adverse constructions. In some categories, most of the errors found were not directly related to the possibilities of integrating “coordinated” content, in fact, they only materialized lapses or ignorance of the authors in relation to some writing conventions.

Keywords: punctuation, adversative nexus, academic writing, thematic connectivity, syntactic integration.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Traços de Dependência e Encaixamento.....	48
Figura 2 – Pontuação e Continuidade Referencial	61
Figura 3 – Apresentação dos trechos em análise.....	66
Figura 4 – Padrões de pontuação prescritos para a conjunção <i>mas</i>	72
Figura 5 – Padrões de pontuação prescritos para os nexos adverbiais	73

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Total de Ocorrência dos Conectivos	68
Gráfico 2 – Distribuição dos Nexos – Contexto Sintático	69
Gráfico 3 – Distribuição dos Nexos – Entre Períodos.....	70
Gráfico 4 – Adequação da Pontuação entre Orações	74
Gráfico 5 – Adequação da Pontuação entre Períodos.....	75
Gráfico 6 – Adequação da Pontuação entre Parágrafos	75

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Emprego da vírgula conforme a tradição gramatical.....	25
Quadro 2 – Emprego do ponto e vírgula conforme a tradição gramatical	27
Quadro 3 – Emprego do ponto final conforme a tradição gramatical	28
Quadro 4 – Nexos Adversativos como Conjunções	35
Quadro 5 – Nexos Adversativos como Elementos Adverbiais.....	35
Quadro 6 – Nomenclatura dos Nexos Adversativos.....	36
Quadro 8 – Coordenação e Subordinação	47
Quadro 9 – Integração entre Orações	57
Quadro 10 – Organização dos trabalhos acadêmicos selecionados para constituição do <i>corpus</i> de pesquisa.....	66
Quadro 11 – Resumo geral do <i>corpus</i> investigado.....	67
Quadro 12 – Padrões de pontuação encontrados	71
Quadro 13 – Pontuação de nexos inserindo a segunda oração	78
Quadro 14 – Pontuação de nexos deslocados no segundo período “coordenado”	83
Quadro 15 – Pontuação de nexos em início de período	85
Quadro 16 – Pontuação de nexos em início de parágrafo	90
Quadro 17 – Pontuação de nexos em início de oração	95
Quadro 18 – Pontuação de nexos intercalados na segunda oração com equívoco de pontuação	103
Quadro 19 – Problemas de pontuação de nexos em início de período	104
Quadro 20 – Problemas de pontuação de nexos em início de parágrafo	105

SUMÁRIO

1 PALAVRAS INICIAIS	14
2 DESCRIÇÃO GRAMATICAL E FUNCIONALISMO LINGUÍSTICO EM CONTRAPONTO: A PONTUAÇÃO E OS CONECTIVOS ADVERSATIVOS.....	17
2.1 A TRADIÇÃO GRAMATICAL SOB ANÁLISE	17
2.1.1 Os sinais de pontuação relacionados às construções adversativas.....	22
2.1.1.1 A Vírgula	22
2.1.1.2 O Ponto e Vírgula.....	26
2.1.1.3 O Ponto Final.....	28
2.1.2 Algumas observações sobre os nexos adversativos	29
2.1.3 Pontuação das coordenadas adversativas.....	36
2.1.4 Síntese da seção	40
2.2 O FUNCIONALISMO LINGUÍSTICO COMO PROPOSTA TEÓRICA	41
2.2.1 Alguns pressupostos.....	42
2.2.2 Processos de vinculação sintática: como a sintaxe se organiza no discurso .	47
2.2.3 Parataxe: as orações coordenadas adversativas	54
2.3 TALMY GIVÓN: A CORRELAÇÃO ENTRE INTEGRAÇÃO FORMAL E FUNCIONAL	55
2.3.1 Dependência Funcional: Grau de Conectividade Temática	57
2.3.2 Dependência Gramatical: Grau de Integração das Orações	58
2.3.3 Pontuação e Continuidade Referencial.....	60
3 O OLHAR SOBRE OS DADOS: ASPECTOS METODOLÓGICOS	64
3.1 OBJETIVOS	64
3.2 COMPOSIÇÃO DA AMOSTRA.....	64
3.3 CRITÉRIOS DE ANÁLISE	72
4 PADRÕES DE PONTUAÇÃO CONSIDERADOS ADEQUADOS: A CORRESPONDÊNCIA ENTRE A MARCAÇÃO GRÁFICA E A INTEGRAÇÃO DAS ORAÇÕES	77
4.1 CONECTIVOS ENTRE ORAÇÕES.....	77
4.2 CONECTIVOS ENTRE PERÍODOS.....	82
4.2.1 Nexos deslocados no segundo período.....	82
4.2.2 Nexos iniciando novo período	85
4.3 CONECTIVOS ENTRE PARÁGRAFOS.....	89

5 INADEQUAÇÕES ENCONTRADAS NO <i>CORPUS</i>.....	94
5.1 CONECTIVOS ENTRE ORAÇÕES.....	94
5.2 CONECTIVOS ENTRE PERÍODOS.....	103
5.3 CONECTIVOS ENTRE PARÁGRAFOS.....	105
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	108
REFERÊNCIAS	111

1 PALAVRAS INICIAIS

Eu vejo a linguagem como uma rocha gigante, sob a qual nós escavamos um túnel com vários pontos de saída, trabalhando a maior parte do tempo no escuro. O que eu me esforcei para fazer aqui foi iluminar o meu túnel. (GIVÓN, 2012, p. 12)

Em minha atuação profissional, ao empreender a tarefa de revisar textos acadêmicos, retificando-os conforme o que se espera dentro do padrão culto e formal do português brasileiro ou, mesmo, reescrevendo segmentos textuais a fim de que seu conteúdo proposicional fique suficientemente claro e adequado, resultando em uma produção escrita coerente à esfera científica, determinadas ocorrências relativas à pontuação e à construção de estruturas coordenadas desafiavam-me.

Resta, porém, fazer o estudo sobre o par [sinais sequenciais + conectivos], tanto do ponto de vista das variações semânticas quanto do ponto de vista do seu papel no texto (lugares privilegiados de integração textual dos conteúdos proposicionais, gestão das posturas enunciativas e gestão da argumentação, entre outros pontos). (DAHLET, 2006, p. 280)

Assim, como motivação inicial para esta pesquisa de mestrado, instigou-nos o desejo de estudar os padrões de pontuação relativos aos conectores adversativos, visando descrever e discutir os condicionamentos presentes em construções cujo manejo da pontuação não reflete sua estrutura sintática, rompendo a progressão temática esperada para o excerto; apresentando segmentação inadequada de sintagmas, orações e períodos; ou causando ambiguidades quanto ao escopo do conectivo. O excerto a seguir materializa um dos tipos de emprego da pontuação que problematizaremos nesta dissertação, no qual o emprego da vírgula anterior ao conectivo *contudo*, ou invés de outros sinais como o ponto e vírgula e o ponto final, não sinaliza adequadamente o grau de integração sintática das estruturas coordenadas pelo conector.

- (1) Cumpre salientar que o tal tema se mostra por demais complexo, uma vez que a efetiva caracterização pressupõe o subjetivo pessoal, ou seja, o tema da objetificação pode ser compreendido por diversas interpretações, **contudo**, por ser um comportamento onde seres humanos são vistos de forma instrumental para propósitos de outros, acaba-se dando possibilidade à existência de violações de barreiras. [M36p89]

Como primeira questão de pesquisa, portanto, impeliu-nos o seguinte questionamento: “Quais as motivações sintáticas e semânticas que condicionam o emprego de determinados

padrões de pontuação relativos às construções adversativas?”. A partir dela, como reflexão teórica, dois percursos foram estabelecidos: revisar o que propõe a tradição gramatical quanto a estas estruturas e buscar, em teóricos da linguística contemporânea, subsídios para análise dos exemplos encontrados em nossa amostra, a fim de ampliar a discussão sobre o tema para além do que é encontrado em compêndios gramaticais¹.

Filiando-nos ao Funcionalismo Linguístico, nosso olhar para o problema em tela parte, então, de como essa corrente teórica, de um modo geral, compreende os processos de vinculação sintática. Nossa análise ancora-se especialmente no que propõe Talmy Givón (linguista integrante do chamado “Funcionalismo da Costa Oeste americana”) quanto às dependências de caráter semântico-pragmático (dependência funcional) e de caráter gramatical (dependência formal). Desta etapa da revisão teórica sobrevém nossa segunda questão de pesquisa: “As noções de grau de conectividade temática e vinculação sintática são explanatória e metodologicamente suficientes para descrever e explicar o uso da pontuação com nexos adversativos em textos da escrita de esfera acadêmica?”.

Assim, para a consecução deste estudo, foram analisadas 722 construções adversativas recolhidas dos 50 trabalhos acadêmicos que constituem o *corpus* desta pesquisa, categorizadas conforme o contexto sintático em que se encontram. Como objetivo geral, buscamos descrever quais são os condicionamentos presentes em estruturas cujo manejo da pontuação não se mostra adequado nem perante o que determina a tradição gramatical, nem quanto aos aspectos sintáticos e semânticos contemplados pela linguística funcionalista de Givón (1984; 1991; 1993a; 1993b; 1995; 2012) no que se refere aos graus de integração sintática e conectividade temática. Como objetivos específicos, elegemos: (i) realizar uma revisão da literatura sobre a pontuação; (ii) levantar um *corpus* de construções adversativas oriundas de textos acadêmicos; (iii) categorizar, dentro da amostra selecionada, os tipos de ocorrências encontradas, tanto em relação à sua adequação ou não, quanto em relação a aspectos sintático-semânticos (por exemplo, em relação ao nexos utilizado); (iv) discutir os (problemas de) usos da pontuação com nexos adversativos em contextos de escrita formal à luz das noções de grau de integração sintática e conectividade temática.

Este estudo, portanto, trata-se de uma pesquisa descritiva, visto preocupar-se em apresentar as características do fenômeno em estudo (PAIVA, 2019), e explicativa, pois, com ela, se pretende “identificar os fatores que contribuem para a ocorrência e o desenvolvimento

¹ Neste estudo, optamos, dado o recorte e o tempo de consecução da pesquisa, por não abordar questões atinentes a aspectos prosódicos.

de determinado fenômeno” (GONSALVES, 2003, p. 66), com tratamento qualitativo e quantitativo dos dados, priorizando-se uma análise qualitativa.

Como estrutura desta dissertação, após esta introdução, temos: o capítulo 2, que se destina à discussão teórica, dividindo-se em três seções: na seção 2.1, apresentaremos uma revisão crítica do que a descrição gramatical propõe sobre o tema; na seção 2.2, realizaremos uma breve incursão sobre os pressupostos funcionalistas que subsidiam nosso estudo; e, na seção 2.3, abordaremos as contribuições teóricas de Givón (1984; 1991; 1993a; 1993b; 1995; 2012). O capítulo 3 destina-se à exposição dos aspectos metodológicos que serviram de base para a organização desta pesquisa. Os capítulos 4 e 5, por sua vez, buscam dar conta da discussão a respeito dos dados que compõem nossa amostra: no capítulo 4, buscamos materializar os critérios ou as noções linguísticas que embasam nossa análise, a partir da discussão dos exemplos de trechos escritos considerados adequados quanto à pontuação; e, no capítulo 5, discute-se os casos de inadequação, buscando-se problematizar as motivações sintáticas e semânticas envolvidas na escolha de determinados padrões de pontuação. Cumpre, desde já, sinalizar que nosso olhar para os usos considerados *adequados* ou *inadequados* não se ancorará em uma perspectiva normativa, mas discutirá a eficiência destes empregos quanto à representação gráfica dos diferentes níveis de conectividade, construindo uma progressão textual adequada. Por fim, esta dissertação encerra-se com um capítulo de síntese, as contribuições finais, e com o capítulo em que se registram as referências utilizadas.

2 DESCRIÇÃO GRAMATICAL E FUNCIONALISMO LINGÜÍSTICO EM CONTRAPONTO: A PONTUAÇÃO E OS CONECTIVOS ADVERSATIVOS

Épocas diferentes podem apresentar realizações de pontuação diferentes (bem como diferenças em outros aspectos ortográficos). É enfim a língua um processo em eterna adequação às necessidades de expressão e registro de seus utentes, consoante seu momento histórico.
(MACHADO FILHO, 2004, p. 18)

Tendo em vista que nosso problema de pesquisa diz respeito à pontuação relacionada aos nexos adversativos, neste capítulo, buscamos apresentar uma revisão da literatura, que se subdivide em três momentos. Primeiramente, apresentaremos, através do que propõem determinados gramáticos², como a Tradição Gramatical compreende a pontuação, de modo geral, para, posteriormente, focalizarmos: (a) os sinais gráficos que são pertinentes à nossa análise (vírgula, ponto e vírgula e ponto final); (b) os nexos adversativos; e (c) a prescrição, propriamente dita, acerca da pontuação das coordenadas adversativas. Assim, na seção 2.1, visamos realizar um apanhado quanto às contribuições das principais gramáticas do português, apresentando-as de forma crítica e em diálogo, quando necessário, com outros autores que se ocuparam do tema. Já na seção 2.2, segunda parte de nosso apanhado teórico, nos direcionaremos ao que propõe o Funcionalismo Linguístico quanto aos processos de vinculação sintática, de forma introdutória; para, por fim, na seção 2.3, abordarmos o que Talmy Givón, teórico com qual buscaremos dialogar ao analisarmos os diferentes usos da pontuação, propõe a respeito dos graus de integração sintática e conectividade temática.

2.1 A TRADIÇÃO GRAMATICAL SOB ANÁLISE

Segundo Veronique Dahlet (1999; 2002; 2006), a pontuação deve ser compreendida não apenas como um apêndice da gramática das línguas naturais ou mera convenção tipográfica, mas como conjunto de marcas linguísticas que organizam a sintaxe do texto e instanciam sentidos. Uma vez que a escrita consiste em um *continuum* escritural que se manifesta num

² Nova Gramática do Português Contemporâneo (CUNHA; CINTRA, 2007), Moderna Gramática Portuguesa (BECHARA, 2006); Gramática Houaiss da Língua Portuguesa (AZEREDO, 2008), Gramática: texto, análise e construção de sentido (ABAURRE, 2011); Gramática da Língua Portuguesa Padrão (HAUY, 2015), A gramática para concursos públicos (PESTANA, 2015); Lições de gramática aplicadas ao texto jurídico (FITZNER, 2015) E Gramática inteligente do português do Brasil (VITRAL, 2017).

espaço bidimensional, isto é, de dimensão linear (horizontal) e hierarquizante (vertical), seu papel, de maneira operacional, corresponde a um *sistema*:

[c]onjunto de sinais visuais de organização e apresentação, acompanhando o texto escrito, “interno” ao texto e compartilhado entre os manuscritos e os impressos; a pontuação inclui várias classes de sinais gráficos discretos que constituem um sistema, completando ou substituindo a informação alfabética. (CATACH, 1980, p. 21)

Como principal função, de acordo com Dahlet (2006, p. 23), “a pontuação se situa do lado da escrita e da leitura, isto é, da produção e da recepção do sentido, operando em conjunto para aperfeiçoar a legibilidade e a interpretação”. A autora afirma, ainda, que a pontuação constitui

uma marca da operação que consiste em passar da contiguidade das representações pré-discursivas à sua linearização, ou seja, em passar de uma representação mental a uma produção em linguagem escrita. (DAHLET, 1999, p. 76)

Em muitas das gramáticas tradicionais, denuncia a autora, “na falta de uma exposição sobre os processos semânticos e interacionais que resultam na escolha de um determinado sinal”, acentua-se seu caráter normativo, “deixando a impressão de que a pontuação é um objeto cuja aplicação fica pronta de antemão, e pode realizar-se de uma só maneira” (DAHLET, 2006, p. 24).

[E]m muitos casos, existe mais do que uma possibilidade de pontuar; pois, em última análise, pouquíssimos sinais de pontuação ficam regidos pela norma, enquanto a maioria decorre da intenção de comunicação ou da interação estabelecida entre quem escreve e quem lê. Isso, evidentemente, não significa que as maneiras de pontuar fogem de regras, mas que essas regras proveem essencialmente do próprio ato de comunicação, com suas estruturas sintáticas, seus relevos e efeitos de sentido, suas condições de enunciação, seu tipo de relação contratual, enfim, que liga o enunciador e o enunciatário. (DAHLET, 2006, p. 24)

Tendo por horizonte esse olhar crítico, retomaremos, nesta etapa da revisão da literatura, como a pontuação é abordada por alguns dos principais gramáticos que se ocuparam da descrição do português. Nossa síntese organizar-se-á da seguinte forma: primeiramente, elencaremos como, de modo geral, a pontuação é apresentada pelos autores; depois, descreveremos as diretrizes elencadas por eles quanto ao uso da *vírgula*, *ponto e vírgula* e *ponto final*, que são os sinais relacionados ao tipo de oração em tela neste estudo; após, abordaremos as diferenças de distribuição entre os nexos adversativos; e, por fim, discutiremos, mais focalizadamente, suas contribuições acerca da pontuação relativa às orações coordenadas

adversativas. Nosso objetivo, aqui, é não apenas sumarizar o que foi produzido por esses autores, mas enfatizar nossa percepção de que esses materiais descritivos normalmente se contentam com uma apresentação muito sucinta e vaga do que entendem ser a natureza geral da pontuação.

Dito isso, das 12 gramáticas selecionadas como bibliografia para este estudo, as quais se encontram nas referências, oito apresentaram seção destinada ao tema: *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, de Celso Cunha e Lindley Cintra (2007); *Moderna Gramática Portuguesa*, de Evanildo Bechara (2006); *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*, de José Carlos de Azeredo (2008); *Gramática: texto, análise e construção de sentido*, de Maria Luiza Abaurre (2011); *Gramática da Língua Portuguesa Padrão*, de Amini Boaimain Haury (2015); *A gramática para concursos públicos*, de Fernando Pestana (2015); *Lições de gramática aplicadas ao texto jurídico*, organizada por Neli Luiza Cavalieri Fitzner (2015); *Gramática inteligente do português do Brasil*, de Lorenzo Vitral (2017).

Cunha e Cintra (2007, p. 657) apresentam uma categorização binária, dividindo os sinais de pontuação entre aqueles que indicam *pausas* (vírgula, ponto, ponto e vírgula), e aqueles “cuja função essencial é marcar *melodia*, a *entonação*” (dois pontos, ponto de interrogação, ponto de exclamação, reticências, aspas, parênteses, colchetes, travessão). Cabe a reflexão de que, na verdade, esta divisão não se sustenta, pois, nos dois grupos apresentados pelos autores, há sinais que coincidem com pausas.

Evanildo Bechara (2006), em sua *Moderna Gramática Portuguesa*, recorre aos estudos de Nina Catach³, para apresentar o que chama de “diversos tipos de sinais de pontuação”:

sistema de reforço da escrita, constituído de sinais sintáticos, destinados a organizar as relações e a proporção das partes do discurso e das pausas orais e escritas. Estes sinais também participam de todas as funções da sintaxe, gramaticais, entonacionais e semânticas. (CATACH, 1994, p. 7)

Para o autor, os sinais de pontuação são essencialmente unidades sintáticas, “sinais de oração” e “sinais de palavras”, constituindo um tipo especial de grafemas e apresentando distribuição que pode ser pensada a partir de dois grupos:

(a) os essencialmente separadores: vírgula, ponto e vírgula, ponto final, ponto de exclamação, reticências;

³ Os estudos de Nina Catach tiveram origem na linguística histórica, tematizando, de modo especial, a ortografia. A autora de *La punctuation, recherches historiques et actualles* (1980) foi responsável pela edição de publicações e organização de eventos acadêmicos fundamentais ao debate sobre pontuação no cenário da linguística francesa.

(b) os sinais de comunicação ou “mensagem”: dois pontos, aspas simples, aspas duplas, travessão simples, travessão duplo, parênteses, colchetes, chaves (BECHARA, 2006, p. 604-605).

Outra categorização que o autor apresenta diz respeito àqueles que sinalizam:

- (a) pausa conclusa:** ponto, ponto e vírgula, ponto de interrogação, ponto de exclamação, reticências – quando finais;
- (b) pausa inconclusa:** vírgula, dois pontos, parênteses, travessão, colchetes – quando em função inclusiva (BECHARA, 2006, p. 605).

Bechara não exemplifica – nem deixa claro – em que contextos o ponto e vírgula indicaria “pausa conclusa”. É possível depreender que o autor quis se referir aos casos em que o ponto e vírgula, quando sinaliza fronteira de oração, indica uma oração completa, que frequentemente poderia ser um período independente; mas ela é, necessariamente, parte de um período. Logo, não se trata de “pausa conclusa”, se por isso ele quer dizer pausa de período. Sinalizamos, portanto, nosso estranhamento quanto à classificação proposta pelo autor, pois esse sinal gráfico, empregado no interior de orações complexas ou em enumerações, representa, em nosso entendimento, “pausa inconclusa”.

De acordo com Azeredo (2008, p. 519), os sinais de pontuação têm papel variado: indicam pausas (que, por sua vez, ou marcam fronteiras sintáticas, ou “indicam atos diversos de hesitação ou procedimentos intencionais de retardamento do fluxo da informação”); sinalizam a entonação da frase; individualizam algum segmento; ou apresentam fins estéticos.

Para Abaurre (2011, p. 543), os sinais de pontuação desenvolveram-se, nos sistemas de escrita de base alfabética, com a função de “marcadores de unidades e sinalizadores de limites de estruturas sintáticas nos textos escritos”, tendo em vista que, na escrita, não contamos com recursos prosódicos, os quais contribuem para a compreensão, por parte do interlocutor, do discurso proferido. Na visão da autora, a pontuação pode ser categorizada a partir de dois grupos, conforme a função que mais frequentemente exerce na escrita:

- (a) sinais de pontuação que indicam **pausas correspondentes ao término de unidades de forma e de sentido:** *ponto, vírgula, ponto e vírgula;*

- (b) sinais de pontuação que delimitam, na escrita, unidades que, **na fala**, costumam vir associadas a **entoações específicas**: *dois pontos, ponto de interrogação, ponto de exclamação, reticências, aspas, parênteses, travessão*.

Novamente, vemos, na síntese proposta, pontos de imprecisão, sendo possível questionar, tanto em (a) quanto em (b), a distinção quanto à existência de “entoação específica” de determinados sinais gráficos (a autora não apresenta exemplos que justifiquem tal classificação). Poderíamos questionar, também, apontando para os contextos em que determinados sinais são intercambiáveis: como, por exemplo, os casos em que parênteses, travessões e vírgulas demarcam a inserção de expressões apositivas.

Amini Haury (2015), na *Gramática da Língua Portuguesa Padrão*, além de citar, como Bechara (2006), o excerto supracitado de Catach (1994), inicia a seção destinada ao tema conceituando os sinais de pontuação como “sinais gráficos convencionais que auxiliam a estruturação sintático-semântica das frases, na ordenação de seus elementos, objetivando a explicitação do sentido e a clareza da comunicação” (HAURY, 2015, p. 405-406). Haury (2015, p. 406) adverte que, para uma teoria da pontuação coerente, é preciso compreender que seu emprego diz respeito “mais à sintaxe e à semântica do que à prosódia”, pois sua colocação na frase tem implicações organizacionais e semânticas.

Na obra organizada por Fetzner (2015, s.p.), destinada aos usos do chamado “português jurídico”, a pontuação é definida como o conjunto de “sinais convencionais que se colocam entre as orações e partes da oração para estabelecer pausas e inflexões da voz (a entonação) na leitura”. Segundo Fetzner, a pontuação é empregada, também, para dar destaque a expressões ou palavras, evitar ambiguidades e auxiliar na leitura de textos.

Por fim, nas gramáticas voltadas ao ensino escolar ou à preparação para concursos, não é possível encontrar uma definição clara a respeito da pontuação, além das regras de emprego. Em Pestana (2015, p. 737-738), por exemplo, a seção destinada ao tema apresenta apenas afirmações do tipo: “Pontuação e Sintaxe andam de mãos dadas”; “A vírgula pouco ou nada tem a ver com a prosódia, mas tem muito a ver com sintaxe”. Vitral (2017, p. 347), na *Gramática Inteligente do Português do Brasil*, de modo semelhante, apenas apresenta os sinais de pontuação “que utilizamos” (vírgula, ponto, ponto e vírgula, dois pontos, ponto de interrogação, ponto de exclamação, reticências, aspas, parênteses, colchetes, travessão), ocupando-se, contudo, somente do uso da vírgula e do ponto final.

Embora não apresente, em suas gramáticas, seção destinada ao tema, Celso Pedro Luft (2009) conta, em sua vasta bibliografia, com uma pequena obra destinada ao sinal de pontuação

vírgula. Nela, ao conceituar os sinais de pontuação, Luft (2009, p. 9) aponta para o caráter convencional e arbitrário de certas regras de escrita: “afinal, todo código é um sistema convencional de sinais”. O autor conceitua, de modo especial, a vírgula como “[s]inal de pontuação que indica falta ou quebra de ligação sintática (regente + regido, determinado + determinante) no interior da frase” (LUFT, 2009, p. 9-10). Destacamos que esta é uma maneira bem singular de expor a função da vírgula, relacionando-se, em certa medida, com a visão de Givón (a qual exploraremos posteriormente), de que, sendo um sinal que se opõe à *ausência* do sinal (isto é, apenas ao espaço), a vírgula já sinaliza algum grau de “quebra na integração” das expressões.

2.1.1 Os sinais de pontuação relacionados às construções adversativas

Nas subseções que seguem, sintetizamos o que os autores apresentam quanto à vírgula, o ponto e vírgula, e o ponto final.

2.1.1.1 A Vírgula

A *vírgula* é o sinal de pontuação cuja função, predominantemente sintática, consiste em delimitar a linearidade da escrita através de segmentações: “A vírgula, sem dúvida nenhuma, separa; porém sua função não se limita a isso, pois, ao separar segmentos da cadeia escrita, ativa outras operações sintáticas, que podem se resumir a isto: *adicionar, subtrair, intervir*” (DAHLET, 2006, p. 142, *grifos da autora*).

Veronique Dahlet (2006) postula que a vírgula marca fronteiras sintáticas, tanto na sucessão de sintagmas quanto na sua hierarquização dentro de uma construção; e apresenta alta potência de estruturação semântica.

Quanto à sua ocorrência, Dahlet (2002) retoma as ideias do linguista Thimonier (1970, *apud* BESSONNAT, 1991, p. 38-39), o qual estabelece três princípios para o emprego da vírgula:

- (a) **Princípio da Adição:** A vírgula aparece para separar segmentos de função gramatical equivalente, que podem ir da oração independente ao vocábulo, isto é, de um conteúdo composicional completo a uma só unidade lexical.

----- → , ----- → , ----- .

- (2) As obras não são esculpidas, nem modeladas, mas soldadas, coladas ou parafusadas, feitas com materiais comprados em lojas de material de construção como: **aço, tijolos, madeira, alumínio, espelho**, etc. [M39p15]⁴

- (b) **Princípio da Subtração:** Separam-se por (dupla) vírgula todos os elementos que poderiam ser subtraídos (aposto, oração adjetiva explicativa), e assinalam-se por vírgula única todos os elementos que foram subtraídos (elipse).

aposição: ----- → [, ----- → ,] ----- .

- (3) São os micro-organismos que frequentemente causam ICS, **os já mencionados Staphylococcus aureus**, que possuem como principal reservatório o homem, sendo colonizado em várias partes do corpo. [M27p14]

elipse: ----- → ; ----- → [,] ----- .

- (4) Ele sai agora; eu, logo mais. (BECHARA, 2006, p. 610)

- (c) **Princípio de Inversão:** A vírgula assinala qualquer deslocamento de segmentos frasais em relação à ordem canônica da oração (sujeito → verbo → complementos → adjuntos).

[-----], → ----- → , ----- .

- (5) **No Brasil**, considera-se refugiada a pessoa perseguida ou com temor de perseguição em virtude de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a determinado grupo social, opinião política e grave e generalizada violação aos direitos humanos [...]. [M9p30]

Segundo Dahlet (2006), é importante distinguir a vírgula enquanto sinal relacional de *identidade* (cujos segmentos apresentam função equivalente), de seu caráter relacional de *hierarquização* (que se subdivide quanto aos *segmentos antepostos e desligados*). Vejamos como esses princípios gerais são contemplados (ou não) pelos gramáticos.

⁴ Exemplos extraídos do *corpus* de análise deste estudo. A codificação de referência diz respeito ao número da monografia (M) e o número da página (p) de onde foi extraído, conforme será explicado no capítulo 3. Os exemplos do *corpus* serão apresentados tal qual ocorreram, sem quaisquer correções.

A maior complexidade encontrada diz respeito à descrição relativa ao uso da *vírgula*. Das 8 gramáticas utilizadas nesta seção, apenas 4 apresentam um conceito para o sinal, antes de descrever (ou prescrever) seu uso. E há grande diversidade nessa descrição, seja quanto ao número de “regras”, seja com relação aos “tipos” de regras.

Na obra de Cunha e Cintra (2007), há uma distinção quanto aos usos no *interior da frase* (3 tipos) e *entre orações* (5). Em Bechara (2006), são apresentados 16 empregos desse sinal de pontuação, elencados sem subdivisões. Na *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa* (AZEREDO, 2008), de modo semelhante, são listados 11 usos para vírgula sem uma tipologia interna. Na gramática escolar de Abaurre (2011), há 9 usos descritos para a vírgula *no interior de orações* e 5 usos da vírgula *entre orações*. Amini Haury (2015) divide sua exposição quanto à vírgula entre seu emprego no *período simples* (15 itens, dos quais 3 são prescritivos, indicando onde “não se pode usar a vírgula”) e no *período composto* (8 itens). Na gramática de Pestana (2015), destinada à preparação para concursos, a primeira distinção feita é de caráter prescritivo, apontando contextos em que a vírgula não pode ser usada (5 casos) e em que é facultativa (2 casos), sendo os demais empregos “autorizados” divididos entre o *período simples* (9 tipos) e o *período composto* (11 tipos). Ao final da seção que se destina ao emprego da *vírgula*, o autor ainda lista 5 “casos extras” aos quais o leitor deve dar atenção. Na gramática organizada por Fitzner (2015), direcionada à escrita jurídica, são elencados 9 contextos de uso da vírgula, sem qualquer subdivisão. Por fim, na gramática de Vitral (2017), temos uma descrição breve e geral sobre o uso da vírgula, com 4 funções, sem apresentar caráter prescritivo.

No quadro abaixo, sintetizamos os pontos comuns às gramáticas aqui examinadas.

Quadro 1 – Emprego da vírgula conforme a tradição gramatical

	Cunha e Cintra (2007)	Bechara (2006)	Azeredo (2008)	Abaurre (2011)	Hauy (2015)	Pestana (2015)	Fitzner (2015)	Vitral (2017)
NO INTERIOR DA FRASE								
(a) separar elementos coordenados, com mesma função sintática/ enumeração	X	X	X	X	X	X	X	X
(b) isolar adjunto adverbial antecipado	X	X	X	X	X	X	X	
(c) isolar aposto/elemento de valor explicativo	X	X	X	X	X	X	X	
(d) isolar vocativo	X	X	X	X	X	X		
(e) em datas, separar o nome do local	X	X		X	X	X	X	
(f) indicar elipse de uma palavra ou grupo de palavras	X	X	X	X	X	X		
(g) “intercalar um juízo de valor” ⁵ / “conexões discursivas em geral (adição, explicação, contraste, compensação, retificação, encadeamento, etc.)” ⁶		X	X	X	X	X		
(h) separar conjunções e advérbios adversativos		X		X	X		X	
(i) antecipação (topicalização) de elemento			X	X		X		
(j) desfazer ambiguidade (“distribuição irregular de termos” ⁵)		X			X			
(k) “acréscimo de oração justaposta para o registro de algum ato de fala” ⁷			X					
(l) “palavras denotativas de seleção” ⁸ [<i>sobretudo</i>]				X				
(m) expressões <i>para mim</i> , <i>para ti</i> ou <i>para si</i> , quando indicam benefício próprio ou posse						X		
(n) separar “paralelismo de provérbios” ⁹						X		
ENTRE ORAÇÕES								
(a) separar orações coordenadas	X	X	X	X	X	X	X	X
(b) separar orações adverbiais deslocadas	X	X		X	X	X	X	
(c) isolar orações adjetivas explicativas	X	X		X	X	X		
(d) demarcar orações intercaladas	X	X		X	X	X		
(e) separar orações reduzidas (de infinitivo, de gerúndio, de particípio)	X		X		X	X		
(f) separar orações subordinadas de mesma função					X			

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

⁵ Bechara (2006, p. 610).

⁶ Azeredo (2008, p. 522).

⁷ Exemplo: “As coisas eram sem vida, *diziam*, sem nenhum mistério, devassadas.” (AZEREDO, 2008, p. 522).

⁸ Exemplos: “principalmente”, “sobretudo” (HAUY, 2015, p. 413).

⁹ Exemplo: “Casa de ferreiro, espeto de pau.” (PESTANA, 2015, p. 746).

Como é possível observar no quadro apresentado, as gramáticas descrevem/prescrevem usos distintos, identificados a partir de critérios ora puramente sintáticos, ora sintático e semânticos, ora considerando sintaxe, semântica e prosódia¹⁰. Algumas gramáticas dão destaque a empregos bem particulares. Em Azeredo (2008), Bechara (2006), Haury (2015) e Pestana (2015) – como podemos ver pelos exemplos nas notas, há casos que poderiam ser alocados em categorias mais amplas. Mas podemos dizer que as principais regras, aquelas observadas pela maioria das gramáticas, são as seguintes:

- separar elementos coordenados, com mesma função sintática/enumeração;
- isolar adjunto adverbial antecipado;
- isolar aposto/elemento de valor explicativo;
- isolar vocativo;
- em datas, separar o nome do local;
- indicar elipse de uma palavra ou grupo de palavras;
- “intercalar um juízo de valor”/“conexões discursivas em geral (adição, explicação, contraste, compensação, retificação, encadeamento, etc.)”.

2.1.1.2 O Ponto e Vírgula

O *ponto e vírgula* é um sinal intermediário entre o ponto e a vírgula, conforme seu nome já aponta, sendo geralmente analisado em relação à vírgula, isto é, tendo seu uso justificado como um hierarquizador de segmentos textuais em que esta já foi empregada. Tendo a função de segmentar e hierarquizar elementos sintáticos que estão no interior de orações complexas, seu lugar de ocorrência situa-se na fronteira intercláusula (DAHLET, 2006).

Analisando o que apresentam as gramáticas selecionadas para este estudo, vemos uma descrição mais homogênea no que diz respeito a considerá-lo um sinal *intermediário* entre o *ponto* e a *vírgula*. Seu uso é descrito pelos autores da seguinte forma: (i) como indicador de pausa (citado por 3 gramáticas); (ii) como hierarquizador interno ao período, relacionado, principalmente, ao emprego de coordenadas que apresentam vírgulas (citado por 7 gramáticas); (iii) como convenção de escrita para sinalizar itens em uma enumeração (citado por 6 gramáticas). Cabe destacar que apenas a gramática de Pestana (2015), ao descrever diretrizes

¹⁰ Dados o quadro teórico que adotamos, o tipo de *corpus* que construímos (textos acadêmicos escritos) e a limitação de tempo para consecução desta pesquisa, não aprofundaremos os aspectos prosódicos (e teorias que os contemplam) relacionados à pontuação.

gerais para o emprego do ponto e vírgula, individualiza o uso deste sinal nos casos de conectivos adversativos e conclusivos “deslocados”. A gramática de Vitral (2017), cumpre sinalizar, não apresenta qualquer descrição relativa a este sinal, apenas o cita como integrante dos sinais de pontuação.

Quadro 2 – Emprego do ponto e vírgula conforme a tradição gramatical

	Cunha e Cintra (2007)	Bechara (2006)	Azeredo (2008)	Abaurre (2011)	Hauy (2015)	Pestana (2015)	Fitzner (2015)	Vitral (2017)
(a) partes de um período (i.é, orações) das quais uma, pelo menos, esteja subdividida pela vírgula	X	X	X	X	X	X	X	
(b) enumeração	X	X		X	X	X	X	
(c) num período, orações de mesma natureza que tenham certa extensão	X		X	X	X			
(d) para separar adversativas e realçar o contraste		X			X			
(e) “orações coordenadas cuja função ‘implícita’ é facilmente percebida” ¹¹						X		

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Como se vê, as principais regras para o ponto e vírgula observadas pelas gramáticas aqui analisadas relacionam-se a:

- partes de um período (i.é, orações) das quais uma, pelo menos, esteja subdividida pela vírgula;
- enumeração.

¹¹ Casos de coordenadas assindéticas. Exemplo: “Comeu muito na festa, exageradamente; não conseguiu ir à aula hoje” [= por isso] (PESTANA, 2015, p. 752).

2.1.1.3 O Ponto Final

O *ponto final*, segundo Smith (1998, p. 172), “foi a primeira marca de pontuação introduzida na cronologia da escrita”. Ao analisar seu uso em textos de esfera jornalística, a autora praticamente não encontra usos desviantes quanto à norma, o que se justifica, entre outros fatores, porque “o domínio de seu uso é o mais prematuro na cronologia da aquisição, pela criança, do sistema de pontuação”. De acordo com Dahlet (2006), o ponto final é utilizado convencionalmente para demarcar a conclusão de uma frase ou período (delimitação sintática e prosódica), que deve corresponder, em geral, à finitude de uma unidade semântica, uma proposição informacional completa – “em geral”, pois nem sempre uma unidade semântica que corresponda a uma proposição informacional completa poderá ser uma frase ou período autônomo. Isso dependerá de como um trecho maior, por exemplo, é concebido.

Em relação a este sinal gráfico, as oito gramáticas consultadas mencionam, basicamente, dois critérios para definir seu uso como indicador de término de período declarativo: um critério prosódico, pelo qual este sinal de pontuação marcaria “pausa máxima”, “maior pausa” (citado por quatro gramáticos); outro critério sintático-semântico, segundo o qual o ponto final é empregado para a finalização de uma sequência (oração/frase/período) declarativa (citado por oito gramáticos). Destaca-se, também, que não é consensual o que é compreendido dentro do rótulo “ponto final”, visto que alguns autores mencionam apenas uma acepção genérica, relativa ao ponto, enquanto outros ocupam-se de uma descrição mais detalhada de seus tipos/ usos (ponto abreviativo, ponto parágrafo, etc.).

Vejamos o quadro-síntese:

Quadro 3 – Emprego do ponto final conforme a tradição gramatical

	Cunha e Cintra (2007)	Bechara (2006)	Azeredo (2008)	Abaurre (2011)	Hauy (2015)	Pestana (2015)	Fitzner (2015)	Vitral (2017)
(a) indicar término de oração declarativa/ período	X	X	X	X	X	X	X	X
(b) acompanhar palavras abreviadas					X	X		

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Embora esta seção vise abordar a pontuação das orações coordenadas, consideramos importante introduzir uma breve discussão a respeito dos diferentes *status* dos conectores adversativos, pois essa questão perpassará algumas das reflexões teóricas aqui propostas e se

mostrará bastante relevante ao problematizarmos os padrões de pontuação encontrados em nosso *corpus*.

2.1.2 Algumas observações sobre os nexos adversativos

Tendo em vista que os nexos adversativos não apresentam a mesma distribuição, pois alguns têm maior mobilidade sintática do que outros, apresentaremos, nesta seção, um breve apanhado sobre como as diferentes gramáticas apresentam a questão. Nesta etapa da revisão bibliográfica, além das 8 gramáticas já mencionadas neste estudo (CUNHA; CINTRA 2007; BECHARA, 2006; AZEREDO, 2011; HAUY, 2015; PESTANA, 2015; FITZNER, 2015; VITRAL, 2017), compõem a reflexão aqui proposta as gramáticas dos linguistas Neves (2000), Castilho (2010), Bagno (2011) e Perini (2016) – não contempladas anteriormente por não apresentarem seção destinada à pontuação. Assim, revisitaremos o que a descrição gramatical aponta quanto ao uso de sinais de pontuação com nexos adversativos, para cotejar suas observações com os dados concretos que examinaremos.

Cunha e Cintra (2007, p. 594) apresentam as conjunções adversativas como aquelas que “ligam dois termos ou duas orações de igual função, acrescentando-lhes, porém, uma ideia de contraste: *mas, porém, todavia, contudo, no entanto, entretanto*”. Os autores sinalizam que apenas *mas* deve aparecer obrigatoriamente no começo da oração, podendo as demais virem no início da oração ou após um dos seus termos. Descrevem, ainda, as diferentes significações atribuídas a *mas*, sendo elas as de restrição, retificação, atenuação ou compensação, adição, havendo “outras mais” (CUNHA; CINTRA, 2007, p. 599). Por fim, destacam o emprego de *mas* e de *porém* para mudar a sequência de um assunto “geralmente com o fim de retomar o fio do enunciado anterior que ficara suspenso”¹² (*idem*):

(6) **Mas** continua. Não te esqueças do que estavas a contar.

Bechara (2006, p. 321) descreve que as conjunções adversativas “enlaçam unidades apontando uma oposição entre elas. As adversativas por excelência são *mas, porém e senão*”. E segue: “[a]o contrário das aditivas e das alternativas, que podem enlaçar duas ou mais unidades, as adversativas se restringem a duas. *Mas e porém* acentuam a oposição; *senão* marca a incompatibilidade”. Diferente estatuto é dado para *contudo, entretanto, todavia e não*

¹² Podemos relacionar, em certa medida, esta última reflexão dos autores com a noção de *reorientação temática* proposta por Givón, a qual abordaremos em seção seguinte.

obstante, aos quais Bechara (2006, p. 322) nomeia como *advérbios (textuais ou discursivos)*, pois “marcam relações textuais e não desempenham o papel conector das conjunções coordenativas, apesar de alguns manterem com elas certas aproximações ou mesmo identidades semânticas”. Por fim, indica que tais vocábulos, como advérbios que são, “guardam com o núcleo verbal uma relação frouxa” (*idem*), podendo estar em qualquer posição dentro da oração em que se inserem:

- (7) Eles não chegaram *nem todavia* deram certeza da presença.
- (8) Eles não chegaram *nem* deram, **todavia**, certeza da presença.
- (9) Eles não chegaram *nem* deram certeza da presença, **todavia**.

Azeredo (2008, p. 305) descreve que as conjunções adversativas expressam, basicamente, “uma relação de contraste entre dois fatos ou ideias”. Seu valor contrastivo, segundo o autor, pode consistir em “uma simples oposição de dois conteúdos” (10) ou “na quebra de uma expectativa criada pela primeira proposição” (11):

- (10) A secretária dele é antipática, **mas** competente.
- (11) O lutador era magrinho, **mas** derrubava todos os seus adversários.

O autor ainda menciona outros empregos de *mas*: para fins de ênfase (12); podendo ligar orações que estejam subordinadas a uma mesma oração principal (13); como meio de focalização (14); e, quando antecedido de *não*, enquanto focalização contrastiva (15):

- (12) Eles já estão velhos, **mas ainda assim** têm um fôlego de jovens.
- (13) É provável que esses animais sobrevivam em cativeiro, **mas** (que) não se reproduzam nessas condições.
- (14) Entre, **mas** sem fazer barulho. (Compare com “Entre sem fazer barulho”¹³).
- (15) Contrariamente ao que se pensa, (a águia) *não* mata com o bico, **mas** só com as garras, que funcionam como punhais.

Quanto aos nexos *porém*, *contudo*, *entretanto*, *no entanto* e *todavia*, na seção destinada às conjunções, Azeredo (2008, p. 306-307) afirma que “têm características que se assemelham a advérbios – como a mobilidade posicional da frase – e comportam-se como verdadeiros equivalentes de *ainda assim*, *infelizmente*, *pelo contrário*, *apesar disso*”. Vejamos os exemplos apresentados pelo autor:

¹³ Comentário de Azeredo (2008).

- (16) Eles já estão velhos, **contudo** ainda têm um fôlego de jovem. (contudo = apesar disso)
- (17) Comprei os ingressos para o cinema, **entretanto** deixei-os no bolso do paletó. (entretanto = infelizmente)

Em outra seção, destinada exclusivamente aos *adjuntos conjuntivos*, o autor afirma que estes “são utilizados como recurso de coesão textual [...], [pressupondo] alguma porção de sentido precedente no discurso ou texto” (AZEREDO, 2008, p. 288). Ao listar os que expressam “oposição ou ressalva”, menciona os seguintes: *ainda assim, apesar disso, contudo, em compensação, entretanto, não obstante, na verdade, no entanto, porém, por outro lado, todavia*. Convém questionar se o agrupamento proposto pelo autor é o mais adequado. Fica evidente que o critério empregado por ele é sintático, tendo em vista o tipo de sintagma que essas expressões constituem; contudo, poderia ter sido apresentada uma discussão ou categorização semântica mais refinada, pois, nesse conjunto, há elementos cujo sentido é totalmente opaco¹⁴ à maioria dos falantes/escreventes, como *todavia*, e outros com significado lexical claro, como *na verdade* ou *por outro lado* – dentre outros aspectos da ordem do sentido.

Na gramática escolar de Abaurre (2011), não há nenhuma problematização quanto às conjunções coordenadas adversativas, sendo consideradas pela autora as seguintes expressões: *mas, porém, todavia, contudo, no entanto, não obstante*.

Amini Hauy (2015, p. 806), em sua obra, também mantém os nexos *mas, porém, todavia, contudo, no entanto* e *entretanto* como conjunções adversativas, que são descritas pela autora como “conjunções (ou expressões) [...] [que] conectam palavras, expressões, orações e períodos, cujo sentido se contrasta ou se opõe, ou exprime atenuada concessão ou ressalva”. Em nota de rodapé, a autora faz remissão à *Gramática Descritiva* de Maximiliano Maciel (de 1925!), que cita autor anterior (Eduardo Carlos Pereira), afirmando que, “[c]om exceção de *mas* e *porém*, as demais adversativas antigamente se classificavam como advérbios de concessão. [...] Pereira denomina-as conjunções adverbiais, ‘isto é, as que conservam seu valor de advérbio’”. Por fim, ela também menciona o fato de somente *mas* ter posicionamento fixo, devendo sempre “encabeçar a oração”.

Pestana (2015, p. 529, *grifo do autor*), em gramática destinada à preparação para concursos, afirma que as conjunções adversativas “indicam essencialmente uma ideia de adversidade, oposição, contraste; também ressalva, quebra de expectativa, compensação, restrição; *elas realçam o conteúdo da oração que introduzem*”. Como construções dessa

¹⁴ Givón (2012, p. 401) também comenta tal aspecto acerca de determinadas conjunções, nomeando o fenômeno como “desbotamento semântico”.

natureza, considera: *mas, porém, contudo, todavia, entretanto, no entanto, não obstante, só que, senão, agora, antes, ainda assim*. Na mesma seção, o autor também comenta a diferença quanto à mobilidade sintática de *mas* em relação às demais conjunções e destina tópicos às diferentes matizes de sentido que algumas conjunções apresentam.

A gramática de Fitzner (2015, s.p.) é a mais sucinta entre todas as consultadas quanto aos nexos adversativos. Definindo-os como aqueles que introduzem “um fato de sentido adverso (contrário) ao da outra oração”, cita que as “principais conjunções adversativas” são: *mas, porém, contudo, todavia*.

Na gramática de Vitral (2017, p. 172), são listadas entre as conjunções adversativas: *mas, porém, entretanto, contudo, só que, no entanto, apesar disso e embora*; restringindo-se apenas à afirmação de que a conjunção *mas*, por exemplo, “introduz a interpretação de algo que é contrário às expectativas”. Vemos que o autor, assim como Azeredo (2008), considera elementos aparentemente estranhos ao conjunto das adversativas, como as expressões *apesar disso e embora*.

Maria Helena de Moura Neves (2000, p. 755-770) apresenta apenas *mas* como conjunção adversativa. As construções *porém, todavia, contudo, entretanto, no entanto e não obstante* são nomeadas pela autora como *advérbios juntivos*. Para analisar as conjunções de modo geral, a autora elenca três pontos como primordiais: (i) a natureza da relação entre os elementos; (ii) o modo de construção da estrutura em que se encontram; (iii) seu valor semântico. Descrevendo que os advérbios juntivos indicam relações semânticas baseadas nas “desigualdades dos elementos postos e ligação, relações que vão desde uma simples desigualdade pouco caracterizada até a rejeição, passando pelo contraste, pela contrariedade, pela oposição, pela negação e pela anulação” (NEVES, 2000, p. 273-274), a linguista apresenta amplo exemplário, tecendo considerações interessantes quanto à direção da oposição estabelecida entre os argumentos textuais (em 18, temos o conectivo *entretanto* apresentando um dado novo em oposição à afirmação anteriormente feita); ao escopo da restrição/refutação/acréscimo de informação (segundo a autora, em 19, o nexos instancia uma relação de acréscimo); aos casos de negação de inferência (20), dentre outros aspectos sintáticos e semânticos.

- (18) Muitas festas desapareceram, outras estão desaparecendo; **entretanto**, nas regiões das novas culturas, algumas estão aparecendo.
- (19) O Governo Nacional, mediante lei especial, pode intervir em empresa econômica particular. A intervenção, **entretanto**, só se fará a título de exceção.

- (20) O resultado é que, na natureza, tem lugar uma forte mortalidade que, **entretanto**, não impede a espécie de sobreviver.

Castilho (2000, p. 352-353) também considera que somente *mas* desempenha papel de conjunção, atribuindo-lhe propriedades discursivas de: (i) marcador discursivo, na interação conversacional (21, 22); (ii) conectivo textual, unindo unidades discursivas (23) e (iii) operador argumentativo, alterando o “eixo da argumentação”¹⁵ (para este caso, o autor não apresenta exemplos).

- (21) – *gosto do campo para dormir [...]*
 – **mas** *você falou que passava férias numa fazenda...*
 (22) **Mas** *e aí... como vão as coisas [...]*?
 (23) Unidade A: *[...] vi... não só que já se fazia coisa muito boa e também muita coisa ruim... é claro...*
 Unidade B: **mas** *vi também todas as possibilidades [...]*.

Quanto às suas propriedades semântico-sintáticas, o autor elenca três valores: (i) *mas* inclusivo, em sentenças afirmativas; (ii) *mas* contrajuntivo, em sentenças negativas; (iii) *mas* contrajuntivo, em sentenças formalmente afirmativas, mas com valor implícito de negação de expectativas. Já em relação a seu escopo, o autor observa:

Enquanto operador de inclusão, *mas* tem seu escopo à direita, ligando expressões da esquerda para a direita. Enquanto operador argumentativo de contrajunção, *mas* tem seu escopo à esquerda, ligando constituintes da direita para a esquerda, contrapondo o segundo segmento ao primeiro. (CASTILHO, 2000, p. 354)

Assim, segundo o autor, teríamos:

- (24) Ela está cansada, mas feliz. 
- (25) Ele prometeu comparecer, **mas** se esqueceu do evento. 

Por fim, o autor menciona as construções *porém*, *contudo*, *todavia*, *entretanto*, *só que* e *agora*, mas a partir de postulados apresentados por outros autores (DIAS DE MORAES, 1987; PERINI, 1995), afirmando que:

¹⁵ Parece-nos semelhante ao que Givón (1993b) nomeia como reorientação temática (tópico abordado na seção seguinte).

[n]ão é pacífico que estas conjunções tenham as mesmas propriedades de *mas*, como dizem as gramáticas. Perini (1995, p. 145) mostra que *porém* ainda é um adverbial, pois se desloca livremente pela sentença, o que não ocorre com *mas*. [...] O mesmo se pode dizer de *entretanto* e *contudo*. (CASTILHO, 2000, p. 354)

Marcos Bagno (2011, p. 891), em sua *Gramática Pedagógica*, retoma a discussão feita por Perini, Bechara, Neves, Azeredo e Castilho, defendendo que “[a] verdadeira conjunção adversativa é *mas*”. As formas *porém*, *contudo*, *todavia*, *entretanto* e *no entanto* são consideradas, pelo autor, *advérbios*, devido à sua “ampla mobilidade no interior da sentença” e, também, “por poderem vir antecidos da conjunção aditiva *e* [...], o que é impossível para a conjunção adversativa [*mas*]”.

Por fim, temos, na gramática de Perini (2016), breve menção ao *mas* enquanto *coordenador* de distribuição limitada, cujo significado é o de negar uma expectativa.

Nos quadros 4 e 5, a seguir, traçamos uma comparação entre como os gramáticos categorizam os nexos adversativos, enquanto conjunções prototípicas ou em seu aspecto adverbial. Vejamos:

Quadro 4 – Nexos Adversativos como Conjunções

	Cunha e Cintra (2007)	Bechara (2006)	Azeredo (2008)	Abaurre (2011)	Hauy (2015)	Pestana (2015)	Fitzner (2015)	Vitral (2017)	Neves (2000)	Castilho (2000)	Bagno (2011)	Perini (2016)
<i>mas</i>	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
<i>porém</i>	X	X		X	X	X	X	X				
<i>contudo</i>	X			X	X	X	X	X				
<i>entretanto</i>	X				X	X						
<i>no entanto</i>	X			X	X	X		X				
<i>todavia</i>	X			X	X	X	X					
<i>senão</i>		X				X						
<i>não obstante</i>						X						
<i>só que</i>						X		X				
<i>agora</i>						X						
<i>antes</i>						X						
<i>ainda assim</i>						X						
<i>apesar disso</i>								X				
<i>embora</i>								X				

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Quadro 5 – Nexos Adversativos como Elementos Adverbiais

	Cunha e Cintra (2007)	Bechara (2006)	Azeredo (2008)	Abaurre (2011)	Hauy (2015)	Pestana (2015)	Fitzner (2015)	Vitral (2017)	Neves (2000)	Castilho (2000)	Bagno (2011)	Perini (2016)
<i>porém</i>									X	X	X	
<i>contudo</i>		X	X						X	X	X	
<i>entretanto</i>		X	X						X	X	X	
<i>no entanto</i>			X						X		X	
<i>todavia</i>		X	X						X	X	X	
<i>não obstante</i>		X	X						X			

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

No quadro 6, apresentamos uma síntese da nomenclatura empregada para os nexos adversativos que têm comportamento adverbial.

Quadro 6 – Nomenclatura dos Nexos Adversativos

	AUTORES	NOMENCLATURA EMPREGADA
Conjunções	Cunha e Cintra (2007) Abaurre (2011) Hauy (2015) Pestana (2015) Fitzner (2015) Vital (2017)	Coordenativas Adversativas
Advérbios/Adverbiais	Castilho (2000) Neves (2000) Bechara (2006) Bago (2011)	Textuais ou Discursivos Juntivos *** ***
	Azeredo (2008)	Adjuntos Conjuntivos

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Como foi possível observar nos autores visitados, há uma grande divergência quanto ao papel atribuído às conjunções, em relação a que nexos são considerados adversativos e, ainda, quanto àqueles que apresentam comportamento adverbial. Tal divergência foi apontada por Ana Paula Antunes Rocha (2006, p. 20), em sua tese sobre a gramaticalização das conjunções adversativas em português, posto que:

A elas são atribuídas funções semânticas – como exprimir, marcar, relacionar, denotar ideias –, ou funções sintáticas – como ligar e enlaçar unidades. Além da discordância quanto às funções das conjunções, há também falta de clareza em relação ao que se entende por tais funções.

Após esta revisão acerca dos nexos adversativos, retomaremos a discussão dos sinais gráficos, detendo-nos, na próxima seção, no que os autores apresentam quanto à pontuação específica das orações coordenadas adversativas. Portanto, para nossos fins analíticos, consideraremos apenas o *mas* como conjunção; os demais nexos adversativos que compõem nossa amostra – *porém*, *contudo*, *no entanto*, *entretanto* e *todavia* – serão considerados nexos adversativos adverbiais. Assim, nos capítulos de análise, buscaremos, sempre que possível, apresentar um exemplo de padrão de pontuação com *mas* em oposição ao padrão apresentado pelos nexos de comportamento adverbial.

2.1.3 Pontuação das coordenadas adversativas

Como desfecho de nossa revisão das regras observadas nas gramáticas analisadas, apresentamos uma síntese crítica em relação a como abordam a pontuação das orações

coordenadas adversativas, organizando a discussão a partir das descrições/prescrições quanto ao uso da vírgula e do ponto e vírgula, respectivamente.

Nas gramáticas de Cunha e Cintra (2007), de Haury (2015) e de Pestana (2015), como primeira prescrição relativa às adversativas, recomenda-se o emprego da vírgula para separar as orações coordenadas sindéticas com a conjunção *mas*, empregada sempre no começo de oração.

(26) Não me disseste, mas eu vi.

(27) O “homem cordial” não pressupõe bondade, mas somente [pressupõe] o predomínio dos comportamentos de aparência.

Haury (2015, p. 423) destaca, ainda, que: “Antepõe-se a *vírgula* à conjunção coordenativa *mas*, inicial de oração, reforçada, ou não, por *até*, *ainda*, *também* e precedida da locução *não só*”, apresentando o seguinte exemplo:

(28) Isto é, todo o estado de alma é não só representável por uma paisagem, mas verdadeiramente [é] uma paisagem.

Cabe mencionar, entretanto, que tal prescrição não nos parece produtiva, pois já está contida na preleção anterior.

Em Azeredo (2008, p. 522), encontramos a seguinte descrição do uso da vírgula, bem como o exemplo que segue:

A *vírgula* é tipicamente empregada nos casos de uso de palavras ou locuções que expressam conexões discursivas em geral (adição, explicação, contraste, compensação, retificação, encadeamento, conclusão, ratificação, etc.).

(29) Vivemos num mundo curioso. Tudo o que nele ocorre é global, universal e uniforme e, no entanto, os eventos que mais chamam a atenção são os que têm um feitiço único, singular, especial.

Além de não propor uma especificação/categorização das “conexões discursivas em geral” citadas (entre as quais o autor agrupa conjunções conclusivas, adversativas, explicativas, etc.), os exemplos mobilizados apresentam conectivos em co-ocorrência com o nexos aditivo *e*, sem uma descrição mais apurada que permita a consolidação de uma regra bem formulada para esses casos. Já na gramática de Fitzner (2015, s. p.), a co-ocorrência com o aditivo *e* é mencionada: usa-se a vírgula “[p]ara separar as orações coordenadas sindéticas, salvo as introduzidas pela conjunção *e*”.

A gramática escolar de Abaurre (2011, p. 547), por sua vez, limita-se apenas a descrever o uso da vírgula “entre coordenadas sindéticas”, sem focalizar as adversativas.

Das gramáticas consultadas, consideramos a de Haury (2015) a mais abrangente quanto ao tratamento da pontuação em português escrito. É na gramática da autora que vemos contemplada a descrição mais detalhada, por exemplo, quanto ao emprego da vírgula posterior às conjunções quando estas *iniciam* um período, emprego amplamente encontrado na amostra analisada neste estudo, mas raramente admitido explicitamente pelas gramáticas normativas. Vejamos as palavras de Haury (2015, p. 443):

Iniciais de período, as conjunções adversativas, com exceção de *mas*, em geral têm *vírgula* depois delas. Comentário: Não se justifica, porém, essa posposição da vírgula nesses conectivos coordenados, pois, como já anteriormente se explicou, nem sempre à pausa da leitura deve corresponder a vírgula como sinal gráfico de pontuação.

- (30) Contudo a minha mágoa nunca fez ver negro o que era cor de laranja.
 (31) Contudo, sempre os trazia baixos.

Destacamos que o comentário da autora contém a crítica dentro de si próprio. Ao dizer que “nem sempre” à pausa deve corresponder a vírgula, admite que *frequentemente* sinalizamos “a pausa” com vírgula – o que é particularmente verdade para elementos adverbiais deslocados para a frente da frase. Portanto, *em regra*, nexos como *contudo*, *todavia*, *portanto* serão seguidos de vírgula quando usados no começo de período ou oração, sendo precedidos, nesse último caso, de ponto e vírgula.

Outro ponto descrito por ela, embora não aborde a conexão das orações coordenadas adversativas em si, diz respeito à co-ocorrência de conectivos coordenativos e subordinativos, sobre os quais afirma: “Separa-se o conectivo coordenativo do conectivo subordinado, desde que não seja o caso de coordenação de subordinadas de idêntica função” (HAURY, 2015, p. 443).

- (32) Mas, se a sociedade não pode igualar os que de natureza criou desiguais, cada um [...] pode reagir sobre as desigualdades nativas [...].

Essa “regra”, convém mencionar, compõe outra muito mais geral – a de que elementos adverbiais devem ser circunscritos quando “deslocados” – isto é, quando intervêm entre elementos que estão na ordem direta; pois, evidentemente, a ordem direta de um nexos introdutor de oração e sujeito é [Nexo + Sujeito + Predicado].

Cunha e Cintra (2007), Haury (2015), Fitzner (2015) e Pestana (2015) mencionam que os demais nexos adversativos – *porém*, *contudo*, *entretanto*, *no entanto*, *todavia* – apresentam

maior mobilidade sintática, podendo ocorrer no início da oração, no final ou entre seus termos. Nesses casos, recomenda-se, de modo geral, que seja empregado o ponto e vírgula entre as orações e que o nexos seja demarcado entre vírgulas – uma seguinte se o nexos introduz a oração, ou intercalado entre vírgulas se o nexos está no interior da oração, em posição “adverbial”.

- (33) Vá aonde quiser, mas fique morando comigo.
- (34) Vá aonde quiser, porém fique morando comigo.
- (35) Vá aonde quiser, fique, porém, morando comigo.
- (36) Vá aonde quiser; fique, porém, morando comigo.

Ao registrar os exemplos acima (CUNHA; CINTRA, 2007, p. 662), os autores chegam a registrar o exemplo em (34), em que *porém* é precedido de vírgula, apenas, e não é seguido de outra vírgula; mas, logo a seguir, condenam a ausência de ponto e vírgula neste exemplo, pois compreendem que utilizar *apenas* a vírgula entre as orações não representa a “acentuada pausa que existe entre as orações”.

Ainda a respeito do ponto e vírgula, Cunha e Cintra (2007, p. 662) apresentam um contexto em que seu uso seria *facultativo*: neste, ao empregar o sinal “com o alongamento da pausa, acentua-se o sentido adversativo [...] das referidas conjunções”:

- (37) Pode a virtude ser perseguida, mas nunca desprezada.
- (38) Pode a virtude ser perseguida; mas nunca desprezada.

O mesmo aspecto é destacado por Bechara (2006, p. 610), que recomenda o emprego do ponto e vírgula “para separar as adversativas em que se quer ressaltar o contraste”:

- (39) Não me disse mais nada; mas de noite Lobo Neves insistiu no projeto.

E por Haury (2015, p. 422), que destaca este emprego do ponto e vírgula como “recurso estilístico da antítese”, encontrado em orações coordenadas (contrativas), sindéticas e assindéticas:

- (40) Verbo Divino é a palavra divina; mas importa pouco que as nossas palavras sejam divinas, se forem desacompanhas de obras.

Como é possível verificar nas prescrições e tópicos elencados por cada um dos autores, não há consenso em relação a determinados empregos da *vírgula* e do *ponto e vírgula*

relacionados às *conjunções* e *orações coordenadas adversativas*. Há, também, tópicos que parecem redundantes na exposição de uma mesma obra – como, por exemplo, as duas menções que a gramática de Haury (2015, p. 427) faz ao uso da vírgula antes de *mas*: “quando inicial de oração” e “inicial de oração reforçada, ou não, por *até, ainda, também* e precedida da locução *não só*”. Também é preciso destacar que gramáticas de relevância, como a de Bechara (2006) e de Azeredo (2008), não formulam nada a respeito do emprego do ponto e vírgula como organizador sintático das orações coordenadas adversativas cujos nexos se encontram entre os termos da oração.

2.1.4 Síntese da seção

Após realizar esta incursão sobre o tema, observa-se sua complexidade, visto que ainda há empregos da pontuação que ainda não foram, a nosso ver, devidamente tratados na literatura – sendo esse, em particular, o caso do uso da vírgula, do ponto e vírgula e do ponto final para separar orações/períodos adversativos.

Ainda a respeito do que descrevem/prescrevem as gramáticas que compuseram nossa revisão, propomos uma síntese quanto aos usos descritos por regras ou apresentados nos exemplos, a qual será retomada nos capítulos posteriores de análise.

1) Quanto à pontuação com *mas*:

- (a) *mas* introduzindo oração adversativa deve ser precedido por ponto final, ponto e vírgula ou vírgula; no primeiro caso, a oração é também um período independente; nos outros dois, é parte de um período composto;
- (b) *mas* unindo *termos* de uma oração (p. ex., adjetivos) não precisa vir precedido de vírgula (e não pode vir precedido nem de ponto final, nem de ponto e vírgula);
- (c) como *mas* é conjunção, e não elemento adverbial, não ocorrerá deslocado para o interior da oração adversativa isolado por vírgulas (isto é, não há, com *mas*, uso análogo a “João chegou cedo; Maria, *contudo*, chegou tarde.”);
- (d) *mas* pode ser seguido de vírgula caso esta seja demarcatória de constituinte deslocado para a frente da frase, em ordem indireta; de outro modo, não pode haver tal vírgula (portanto, “Paulo não consegue dormir de noite; *mas*, depois do almoço, consegue.” e não “Paulo não consegue dormir de noite; *mas*, consegue depois do almoço.”).

2) Pontuação com os demais nexos adversativos, p. ex., *contudo*:

- (a) como *mas*, devem ser precedidos de ponto final, ponto e vírgula ou vírgula;
- (b) não são usados, entretanto, para unir *termos* da oração (p. ex., adjetivos) – precisamente por serem, na verdade, elementos adverbiais, e não verdadeiras conjunções;
- (c) como não são conjunções, mas elementos adverbiais, podem ocorrer deslocados para o interior da oração adversativa, quando aparecerão isolados por vírgulas (“João chegou cedo; Maria, *contudo*, chegou tarde.”);
- (d) nessa última situação, a oração adversativa deverá ser separada da oração precedente por ponto final ou ponto e vírgula, mas não por vírgula apenas (portanto, “João chegou cedo. Maria, *contudo*, chegou tarde.” ou “João chegou cedo; Maria, *contudo*, chegou tarde.”, mas não “João chegou cedo, Maria, *contudo*, chegou tarde.”);
- (e) como são elementos adverbiais, podem ser separados do resto da oração adversativa por vírgula quando em posição inicial precedidos de ponto final ou ponto e vírgula (portanto: “João chegou cedo. *Contudo*, Maria chegou tarde.” ou “João chegou cedo; *contudo*, Maria chegou tarde.”); mas, se vierem precedidos de vírgula, não poderão ter a segunda vírgula demarcatória, pois esta criaria problema na determinação do escopo do nexo adversativo, como observaram Cunha e Cintra (2007) – portanto, “João chegou cedo, *contudo* Maria chegou tarde.”, mas não “João chegou cedo, *contudo*, Maria chegou tarde.”.

Tendo em vista os objetivos propostos para este estudo e a amostra recolhida para esta investigação, sinalizamos que, em nossa arguição, nos capítulos destinados à análise, nos utilizaremos daquilo que é proposto pela tradição gramatical, cuja visão será cotejada com o que foi encontrado nos excertos de nosso *corpus*, principalmente quanto à discussão relativa à distribuição dos nexos adversativos e as consequências desta para a pontuação. Entretanto, além de dialogar com o conteúdo apresentado nesta seção, nosso estudo terá como *frame* de análise os pressupostos funcionalistas, que serão aprofundados na seção seguinte.

2.2 O FUNCIONALISMO LINGUÍSTICO COMO PROPOSTA TEÓRICA

Nesta seção, apresentaremos alguns pressupostos dessa grande área compreendida como Linguística Funcionalista, tendo em vista ser este o contexto teórico em que se situa o autor

escolhido para subsidiar nossa análise. Para tanto, além de algumas concepções basilares, tematizaremos, a seguir, os processos de vinculação sintática, de modo geral, e a coordenação, de modo específico.

Cumpramos registrar que, nesta seção e ao longo do trabalho, não problematizaremos as subdivisões ou correntes/modelos específicos que constituem o quadro funcionalista. Como bem sinaliza Neves (2018, p. 15), esse campo da linguística abarca modelos teóricos de natureza distinta, cujos rótulos “ligam-se diretamente aos nomes dos estudiosos que os desenvolveram, não propriamente a características definidoras da corrente teórica em que eles se colocam”. Assim, após apresentarmos os pressupostos gerais desta grande área da linguística, nos deteremos no “modelo da Costa Oeste americana” (NEVES, 2018, p. 135), vertente, marcadamente voltada para o discurso, que tem como principais representantes Sandra Thompson, Paul Hopper, Wallace Chafe, John Du Bois e Talmy Givón (1984; 1991; 1993a; 1993b; 1995; 2012), teórico que subsidiará nosso empreendimento analítico.

Sem instituir propriamente uma proposta unificada de modelo teórico funcionalista, esses autores guardam direções comuns em seus trabalhos, especialmente no sentido de incorporar as relações discursivas na gramática, ou seja, no sentido daquela proposta central dos funcionalismos que é a necessária integração dos componentes semântico e pragmático na gramática, com a exclusão, pois, da visão de uma gramática/sintaxe autônoma. (NEVES, 2018, p. 135)

Façamos, na subseção seguinte, uma retomada dos principais pressupostos que embasam essa concepção acerca da gramática.

2.2.1 Alguns pressupostos

O presente estudo, como já mencionado, se inscreve no paradigma teórico do Funcionalismo Linguístico, compreendido, segundo Neves (2018, p. 12), como:

uma teoria da organização gramatical das línguas naturais que procura integrar-se em uma teoria global da interação social, [...] propondo que as relações entre as unidades e as funções das unidades têm prioridade sobre seus limites e sua posição.

O Funcionalismo Linguístico postula que “a língua é internamente estruturada como um organismo dentro do qual subsistemas se hierarquizam” (GIVÓN, 1984, p. 20) e que “as categorias linguísticas e as valorações semânticas são acomodadas na gramática conforme as funções cumpridas na atividade linguística” (OLIVEIRA, 2014, p. 49). Para Halliday (1994),

os dois propósitos mais gerais que fundamentam todos os usos da linguagem são *entender o ambiente e influir sobre os outros*.

Segundo Simon Dik (1989), o principal compromisso do enfoque funcionalista está na descrição da linguagem não como um fim em si mesma, mas como um requisito pragmático da interação verbal. Desse modo, uma análise funcional da linguagem pressupõe que as línguas apresentam “maleável” sistematicidade, visto que até mesmo as *situações de uso* da língua apresentam regularidades: “as pressões do uso e a cognição funcionam como os catalisadores para a mudança linguística [...], como motores de dinamização” (ROSÁRIO, 2015, p. 144).

De acordo com Pezatti (2011, p. 171), a teoria funcionalista da linguagem tem por objetivo: “fornecer meios e princípios através dos quais seja possível desenvolver gramáticas funcionais de línguas particulares, especificando todas as expressões linguísticas, mediante um sistema de regras que incorpore as generalizações mais significativas e pertinentes”.

Assim, segundo Neves (1994, p. 109),

[t]odo o tratamento funcionalista de uma língua natural põe sob exame, pois, a competência comunicativa¹⁶. Isso implica considerar as estruturas das expressões linguísticas como configurações de funções, sendo cada uma das funções vista como um diferente modo de significação na oração.

As regras de uma gramática funcional são formuladas em termos de propriedades funcionais e categoriais dos constituintes da sentença, na seguinte distribuição: as *propriedades categoriais* são características *intrínsecas*, não relacionais dos constituintes, ao passo que as *funcionais* implicam uma *relação* de um dado constituinte com outros da construção em que ele ocorre (PEZATTI, 2011).

Por conseguinte, a sintaxe encontra-se em constante mutação, pois sua forma corresponde às

estratégias de organização da informação empregadas pelos falantes no momento da interação discursiva. Dessa forma, para compreender o fenômeno sintático, [é] preciso estudar a língua em uso, em seus contextos discursivos específicos, pois é nesse espaço que a gramática é constituída. (MARTELOTTA; KENEDY, 2015, p. 17)

Como princípios basilares do Funcionalismo, Givón (1995, p. 9) estabelece:

¹⁶ Por competência comunicativa, neste estudo, entende-se: “a capacidade que os indivíduos têm não apenas de codificar e decodificar expressões, mas também de usar e interpretar essas expressões de uma maneira internacionalmente satisfatória” (NEVES, 1994, p. 113).

- (a) A linguagem é uma atividade sociocultural;
- (b) A estrutura serve a uma função cognitiva ou comunicativa;
- (c) A estrutura é não arbitrária, motivada e icônica;
- (d) Mudança e variação estão sempre presentes;
- (e) O significado é dependente do contexto e não atômico;
- (f) As categorias não são discretas;
- (g) A estrutura é maleável, não rígida;
- (h) As gramáticas são emergentes;
- (i) As regras da gramática permitem desvios.

Como é possível observar, para Givón (1984; 1995) – assim como para outros funcionalistas –, a gramática não pode ser compreendida como mera lista não ordenada e não inter-relacionada de domínios funcionais. Portanto, “não existe, na comunicação, uma oração que apenas contenha informação semântica, sem nenhuma função pragmática” (NEVES, 2018, p. 137).

Para Gebruers (1987), a gramática, além de funcional, é dinâmica, pois não separa o sistema linguístico e suas peças das funções que têm de preencher, bem como materializa, na instabilidade da relação entre estrutura e função, a força dinâmica que impulsiona o constante desenvolvimento da linguagem. No espectro dos estudos funcionalistas, sistematicidade e funcionalidade estão imbricadas. De acordo com Mackenzie (1992, *apud* NEVES, 1994, p. 112),

a gramática funcional tem como hipótese fundamental a existência de uma relação não arbitrária entre a instrumentalidade do uso da língua (o funcional) e a sistematicidade da estrutura da língua (a gramática). Em outras palavras, a gramática funcional visa explicar regularidades nas línguas, e através delas, em termos de aspectos recorrentes das circunstâncias sob as quais as pessoas usam a língua.

De tal concepção, decorre o conceito de iconicidade, definido por Neves (1997) como a correlação natural e motivada entre forma e função, ou seja, entre o código linguístico e o conteúdo. Segundo esse ponto de vista, “a aparente arbitrariedade da estrutura da língua é motivada pela, ou pelo menos reflete parcialmente, a própria experiência de mundo” (PAIVA, 1995, p. 61), ou ainda “[c]omo a linguagem é uma faculdade humana, a suposição geral é que a estrutura linguística revela as propriedades da conceituação humana do mundo ou as propriedades da mente humana” (CUNHA; COSTA; CEZARIO, 2015, p. 22).

Ainda de acordo com Cunha, Costa e Cezario (2015, p. 22), o isomorfismo entre forma e função não é absoluto, mas moderado: “Na codificação sintática, princípios icônicos (cognitivamente motivados) interagem com princípios simbólicos (cognitivamente arbitrários), que respondem pelas regras convencionais”.

Segundo Givón (1991, p. 3-4, *tradução nossa*), a gramática, enquanto entidade complexa e multidimensional, é construída de modo componencial, a partir de determinados princípios icônicos:

Em cada domínio gramatical, esses princípios combinam-se com convenções estruturais mais específicas a um domínio – e aparentemente mais arbitrárias. Mas mesmo aquelas convenções arbitrárias tendem a produzir uma medida de iconicidade – por si mesmas ou quando combinadas com elementos icônicos no contexto específico do domínio.¹⁷

Para Givón (1993b, p. 18, *tradução nossa*), por ser um princípio geral, a iconicidade aparece como explicação parcial para vários fenômenos linguísticos, como ocorre com a continuidade tópico-discursiva: “quanto mais disruptivo, surpreendente, descontínuo ou difícil de processar um tópico, mais material de codificação deve ser atribuído a ele”¹⁸. O princípio da iconicidade, ou da motivação linguística, desdobra-se, por sua vez, em três subprincípios, conforme categoriza Givón (1984):

- **Subprincípio da Quantidade:** quanto maior o volume de informação, maior a quantidade de forma, de tal maneira que a estrutura da construção gramatical sugere a estrutura do conceito que ela expressa, isto é, a complexidade de pensamento tende a refletir-se na complexidade de expressão: “aquilo que é mais simples e esperado se expressa com o mecanismo morfológico e gramatical menos complexo” (SLOBIN, 1980, p. 54);
- **Subprincípio da Ordenação:** diz respeito à ordem dos segmentos no encadeamento sintático – a informação mais urgente, previsível e imprescindível tende a ocupar o primeiro lugar da cadeia sintática, de maneira que a ordenação dos elementos no enunciado indica a sua ordem de importância para o falante;

¹⁷ *In each grammatical domain, these principles then combine with more domain-specific – and seemingly more arbitrary – structural conventions. But even those arbitrary conventions tends to yield a measure of iconicity – either by themselves, or when combined with iconic elements in domain specific context.*

¹⁸ *“the more disruptive, surprising, discontinuous or hard to process a topic is, the more coding material must be assigned to it”.*

- **Subprincípio da Integração:** os conteúdos que estão mais próximos no plano mental são colocados sintaticamente juntos no ato comunicativo.

Conforme apontam Cunha, Bispo e Silva (2013, p. 2), a continuidade estrutural entre os morfemas de um vocábulo, ou entre os constituintes de um sintagma, ou ainda entre os enunciados num texto reflete a estreita relação entre os signos no nível conceitual. Pelo princípio da iconicidade, portanto, são explicados fatores relacionados à extensão da sentença, à ordenação e à proximidade dos elementos linguísticos que a compõem, “dependendo de fatores como complexidade semântica, grau de informatividade dos referentes no contexto e proximidade semântica entre conceitos” (MARTELOTTA; KENEDY, 2015, p. 19).

Dik (1989), por sua vez, aponta dois princípios quanto à ordem dos constituintes, os quais relacionam-se aos padrões funcionais das línguas. Esses padrões dizem respeito a regras de colocação que inserem os constituintes da predicação em suas respectivas posições no esquema que compõe cada língua: p. ex., padrão SVO + posições extrafrasais (constituintes extraoracionais).

- **Princípio da Importância Pragmática:** constituintes com função pragmática especial são preferencialmente colocados em “posições especiais”, geralmente a posição inicial da sentença;
- **Princípio da Complexidade Crescente:** constituintes mais complexos tendem a aparecer no final da sentença.

Por fim, julgamos relevante relacionar esses princípios, que dão conta da organização sintática dos enunciados, bem como da manutenção de tópicos, os quais garantem a unidade temática dos textos, às noções de estrutura informacional e organização temática.

A *estrutura informacional* pode ser caracterizada como o componente de “significado” de um enunciado, o que lhe confere caráter de *interface* na organização do conhecimento linguístico. Assim, por *articulação informacional* de um segmento discursivo, entendemos a codificação realizada pelo locutor a partir do que ele acredita que seu interlocutor deva receber e processar quanto às informações veiculadas pelo enunciado. A articulação informacional compreende distinções como: que parte da mensagem é informação nova ou pressuposta, se um referente é proeminente/ativo ou não proeminente/inativo no discurso, qual referente é o mais importante, dentre outros aspectos (RODRIGUES; MENUZZI, 2011).

A *organização temática* do discurso, por sua vez, corresponde a sua segmentação em *unidades de assunto*: as sentenças que compõem o discurso são agrupadas em subconjuntos de sentenças, ou *segmentos* de texto, cada segmento dando alguma contribuição específica à progressão do discurso; estes segmentos podem, por seu turno, ser compostos de *subsegmentos*, isto é, conjuntos de sentenças com alguma contribuição específica dentro do segmento; assim, a organização temática forma uma *estrutura hierárquica* (MENUZZI; ROISENBERG, 2010).

Para aprofundar nossa discussão a respeito da estrutura hierárquica do texto, cujos segmentos são construções complexas, na seção seguinte, discutiremos os processos de vinculação sintática.

2.2.2 Processos de vinculação sintática: como a sintaxe se organiza no discurso

A tradição gramatical descreve e categoriza as orações conforme o tipo de ligação que se estabelece dentro de um período, obedecendo a critérios formais, sintáticos e semânticos, como é possível recuperarmos através da sistematização presente no quadro 8.

Quadro 8 – Coordenação e Subordinação

COORDENAÇÃO
orações classificadas pela função semântica (aditivas, adversativas, alternativas, etc.) e pelo modo de conexão (sindética/assindética).
SUBORDINAÇÃO
orações classificadas pela função sintática (substantivas, adjetivas, adverbiais), pela função semântica (no caso das adjetivas e adverbiais) e pela forma (desenvolvidas e reduzidas).

Fonte: Adaptado de Menuzzi (2014).

Neste estudo, entretanto, para além do que propõe a gramática tradicional, nos ancoramos nas contribuições de diferentes correntes do Funcionalismo Linguístico para aprofundarmos nossa compreensão a respeito das sentenças complexas.

Quanto à variação de posição das orações, de acordo com Paiva (1995), a perspectiva funcionalista busca identificar as motivações cognitivas e discursivas subjacentes a distintas ordenações. Assim, as teorias funcionalistas propõem revisões à taxionomia apresentada pela tradição gramatical, objetivando uma tipologia mais elaborada dos modos de articulação de orações. São exemplos dessas novas categorizações: a proposta de Halliday (1994), que supõe

duas dimensões pertinentes, o *sistema tático*¹⁹ e o *sistema de relações lógico-semânticas*; e as de Foley e Van Valin (1984), Hopper e Traugott (1993), e Matthiessen e Thompson (1988), as quais se ancoram nas noções de *encaixamento* e *dependência*. Para os objetivos desta pesquisa, consideraremos este último quadro teórico.

Hopper e Traugott (1993, p. 170) definem a frase complexa como uma unidade composta por mais de uma oração ou orações nucleares. Os autores estabelecem três graus distintos para o processo de junção de orações:

- (a) **parataxe** ou **relativa independência**, em que o vínculo depende apenas de que a relação faça sentido e tenha relevância;
- (b) **hipotaxe** ou **interdependência**, em que há uma oração núcleo e uma ou mais orações margens que são relativamente dependentes, mas que não se configuram como constituintes sintáticos da oração núcleo;
- (c) **subordinação** ou **encaixamento** ou **completa dependência**, em que a oração margem é um constituinte sintático da oração núcleo.

Tais graus de integração foram sistematizados na literatura em um *continuum*, como se pode ver no esquema a seguir:

Figura 1 – Traços de Dependência e Encaixamento

PARATAXE	>	HIPOTAXE	>	SUBORDINAÇÃO
- dependente		+ dependente		+ dependente
- encaixada		- encaixada		+ encaixada

Fonte: Adaptado de Hopper e Traugott (1993, p. 170).

Segundo Rosário (2016, p. 3), “subordinação, coordenação, correlação, justaposição etc. são processos que se inserem em um *continuum*, compartilhando muitas coisas em comum”. Em linhas gerais, a parataxe ocorre por meio da justaposição de orações, com ou sem emprego de conectivo, sem que haja intersecção sintática entre elas (CANCEIRO, 2018; KENEDY; OTHERO, 2018). Pode-se entender a não dependência como “a autonomia funcional relativamente à estrutura argumental de um predicador e às relações gramaticais

¹⁹ Segundo Nepomuceno e Meira (2010, p. 3-4), “O *eixo tático* diz respeito à interdependência entre elementos, os quais podem ser palavras, sintagmas ou cláusulas. Nesse sistema tático, há dois tipos de interdependência: paratática e hipotática. Se, por um lado, no eixo tático, há um sistema que sustenta uma relação de simples *continuação* entre elementos que vêm um em seguida ao outro (parataxe), por outro lado, há outro sistema que sustenta uma relação de *dominação* entre um elemento modificador, e, portanto, dependente, e um modificado, dominante (hipotaxe)”.

desempenhadas na frase complexa (sujeito, complemento e adjunto)” (MATOS, 2005, p. 687). Assim, segundo Dias e Rodrigues (2017, p. 26, *grifos nossos*), a parataxe “implicaria independência relativa, ou seja, o vínculo entre as cláusulas dependeria apenas do *sentido* ou da *relevância da relação* entre elas”. Ainda segundo as autoras, na justaposição, temos “uma forma de articulação de cláusulas em que há uma relação inferencial entre seus núcleos, e não apenas como um processo formal sem a presença de conectores” (DIAS; RODRIGUES, 2017, p. 33). Com essa afirmação, as autoras destacam sua percepção de que, mesmo na ausência de conectores, orações justapostas partilham de elementos referenciais comuns. Como exemplos, consideremos os *slogans* analisados por Matos, Sampaio e Rabelo (2011, p. 1582):

- (41) Correios: “Mandou, chegou.” [Paráfrase: Se mandar com o SEDEX, vai chegar.]
- (42) Procter & Gamble (corporação detentora de marcas como a Nestlé): “Provou, gostou.” [Paráfrase: Se provar, vai gostar.]

Ao analisá-los, percebemos que não há uma relação de dependência entre as orações que os compõem. Nenhuma delas é sintagma da outra, ou tem a forma de uma oração dependente. O que as une, nesse caso, é uma relação inferencial. Conforme adverte Decat (2001, p. 151), não é suficiente categorizá-las apenas do ponto de vista sintático, “o que vai decidir qual aspecto da proposição relacional é mais relevante é o contexto discursivo”.

Na hipotaxe²⁰, há uma oração que desempenha o papel de um sintagma da oração matriz, mas com maior autonomia e mobilidade, posto que se restringe às funções de adjunto adverbial e aposto, tendo esse tipo de articulação efeito sintático e discursivo (CANCEIRO, 2018; KENEDY; OTHERO, 2018). Nas palavras de Neves, Braga e Dall’Aglio-Harttner (2008, p. 281), são “sentenças que expandem as nucleares, reelaborando-as, ampliando-as ou ainda apresentando uma relação circunstancial”.

A subordinação, por fim, segundo Longhin (2016, p. 45), “consiste numa relação hierárquica, com nuclearidade e dependência, em que as orações têm estatutos diferentes”. Compreende a articulação de construções sintáticas em que uma oração (encaixada) é parte da estrutura sintática de outra oração na qual se insere (oração matriz) (CANCEIRO, 2018; KENEDY; OTHERO, 2018).

Segundo Haiman e Thompson (1984), os parâmetros formais abaixo são alguns dos que podem afetar os modos de articulação entre orações. Vejamos:

²⁰ A respeito da hipotaxe, Decat (2001) adverte que o relacionamento das orações se dá no nível do discurso e não apenas no nível sentencial, sendo possível descrever diferentes tipos de interdependência entre as orações de um enunciado, por meio de relações hipotáticas explícitas ou implícitas.

- (a) Identidade entre sujeito, tempo ou modo das orações interligadas;
- (b) Redução de uma das orações;
- (c) Incorporação, gramaticalmente sinalizada, de uma das orações;
- (d) Laço entonacional entre as duas orações;
- (e) Inclusão de uma das orações no escopo de outra;
- (f) Ausência de iconicidade temporal entre as duas orações;
- (g) Identidade entre as duas orações quanto à perspectiva do ato de fala.

Como ilustração do parâmetro expresso em (a), podemos contrapor orações que partilham de um mesmo sujeito no interior de um período e aquelas cujos sujeitos são distintos:

- (43) [Os recursos do Programa Bolsa Família_i] não só atuam na linha da miséria, / mas \emptyset_i objetivam dar dignidade ao cidadão, / visando garantir os direitos constituídos na Constituição Federal de 1988. [M41p16]²¹
- (44) [A essência do setor varejista_i] é a comercialização ao consumidor final, // é imprescindível / [conquistar novos clientes_j], // porém, [o empreendedor_k] deve estar ciente que / [o novo consumidor_l] está cada vez mais conectado e convicto de seus direitos e das tendências globais. [M14p23]

A partir dos exemplos acima²², é possível observar que o período (43), em que o sujeito da segunda oração, foneticamente não realizado, tem a mesma referência do sujeito da primeira oração, é composto por orações sintática e semanticamente mais integradas do que o período (44)²³, em que as orações coordenadas não partilham de um sujeito com mesmo referente. A esse respeito corrobora a síntese apresentada por Neves (2018, p. 36): “no sistema de continuidade de tópico, o sujeito, que é o tópico oracional primário, codifica o tópico discursivo mais importante, mais recorrente e mais contínuo”. Assim, traços como a identidade entre sujeito e tempo instanciam maior integração entre as orações, evidenciada pelo fato de não ser necessária a retomada explícita de dadas informações fornecidas pela primeira oração.

O parâmetro exposto em (b), segundo Rosário e Pinto (2018, p. 190, *grifo dos autores*), “[...] diz respeito à possibilidade de redução em razão da ‘redundância discursiva’. Pode-se dar de duas formas: por elipse e por *opposition loss* (perda de tempo finito)”. Assim, há períodos

²¹ Exemplos extraídos do *corpus* de análise deste estudo. A codificação de referência diz respeito ao número da monografia (M) e o número da página (p) de onde foi extraído, conforme será explicado no capítulo 3. Os exemplos do *corpus* serão apresentados tal qual ocorreram, sem quaisquer correções.

²² Embora não seja o foco deste critério, mencionamos a heterogeneidade quanto aos tipos de orações que compõem os períodos usados como exemplos (oração simples, subordinada subjetiva, completiva nominal, etc.).

²³ Em nossa análise, o autor de (44) não mobilizou a pontuação de modo a evidenciar os diferentes graus de integração entre as orações que formam o período. A problematização da pontuação de excertos como este será realizada no capítulo 5 desta dissertação.

em que orações reduzidas, com verbos em sua forma nominal, também materializam um maior grau de integração entre as orações – graficamente, isso é demarcado pelo emprego da vírgula, a separar as duas orações. Entretanto, para argumentar que o modo de conexão sintática expressa, de alguma maneira, uma integração mais ou menos íntima do ponto de vista semântico/pragmático, é preciso que haja correlação como os significados do enunciado. Vejamos os exemplos abaixo:

- (45) Em 2012, a estudante de moda Anelise Ruppenthal iniciou suas atividades com vendas de acessórios multimarcas. Destacou-se pelo atendimento corpo a corpo e valeu-se das mídias como Instagram e Facebook para vitrine e divulgação dos produtos, *direcionando* sua produção para tendências de moda, mas *respeitando* seu próprio estilo.

No caso de (45), em princípio, a forma reduzida das orações de gerúndio pode não parecer expressar um aspecto de significado inerente ao trecho, já que tais orações poderiam ser convertidas em um período autônomo:

- (45') Em 2012, a estudante de moda Anelise Ruppenthal iniciou suas atividades com vendas de acessórios multimarcas. Destacou-se pelo atendimento corpo a corpo e valeu-se das mídias como Instagram e Facebook para vitrine e divulgação dos produtos. Direcionou sua produção para tendências de moda, mas respeitou seu próprio estilo. [M39p44]

No entanto, nessa versão reescrita de (45), “direcionou sua produção etc.” se torna um evento autônomo em relação à “valeu-se das mídias” – na verdade, se torna apenas mais uma das formas pelas quais a estudante obteve sucesso. Diferentemente do que ocorre na versão original, em que “direcionando sua produção etc.” é o modo como a estudante se valeu das mídias. Portanto, nesse exemplo particular, expressar as orações por meio da redução de gerúndio, de fato, codifica uma maior integração entre os conteúdos proposicionais.

Agora, comparemos (45) com o seguinte exemplo:

- (46) João chegou em casa com fome. Foi a cozinha, logo começando a fazer o jantar.

Obviamente, nesse caso, “começando a fazer o jantar” não é o modo como o João foi a cozinha; há, portanto, pouca diferença entre (46) e (47) em termos semânticos:

- (47) João chegou em casa com fome. Foi à cozinha e logo começou a fazer o jantar.

Pode-se argumentar, em princípio, que a redução de gerúndio em (46) não corresponde a um maior grau de integração dos eventos do que em (47), diferentemente do exemplo em (45).

Quanto ao parâmetro (c), Abreu (1997, p. 16) define o critério da incorporação marcada gramaticalmente enquanto “possibilidade de uma oração ser parte da outra”. Assim, “a oração que está incorporada perde sua integridade como ato de fala independente” (ROSÁRIO; PINTO, 2018, p. 191). Nesse sentido, temos a proposta de Dik (1989), que distingue a incorporação de elementos oracionais entre *argumentos* e *satélites*. Conforme retoma Abreu (1997, p. 16-17), são considerados argumentos os elementos requeridos por um verbo “para que ele possa ter funcionalidade comunicativa”; e são considerados satélites as porções que dão informações adicionais ao enunciado, sem que sejam requeridos pelo verbo (ROSÁRIO; PINTO, 2018). Nessa perspectiva analítica, temos a distinção, por exemplo, entre as formas de integração instanciadas pelas subordinadas substantivas (argumentos da oração matriz) e pelas construções adverbiais (satélites da oração principal).

O parâmetro (d) diz respeito à realização de pausa (considerável) entre duas orações, cuja marcação gráfica, em nosso caso, se dá pelo emprego dos sinais de pontuação. Conforme já abordado na revisão empreendida na seção anterior, na escrita, sinais gráficos como a vírgula, por exemplo, indicam maior ligação entonacional do que o ponto final. Como destacam Rosário e Pinto (2018, p. 194), a ligação entonacional pode ser variável, dependendo do “contexto comunicativo em que a construção está inserida”. Observemos, a esse respeito, dois exemplos de nosso *corpus* em que vemos orações coordenadas interligadas pela conjunção *mas*:

- (48) Com os lucros o Pré-sal pode fomentar o desenvolvimento, **mas** precisa de intervenção e políticas governamentais para seguir o melhor rumo. [M01p49]
- (49) Também para Lacan (1997), Das Ding é o que resultou de nossas primeiras experiências; **mas**, além disso, é nossa base estruturante, aquilo que nos orientará na busca de nossos desejos e manifestará o que somos em nossa mais íntima constituição, e que não temos acesso em forma de linguagem. [M37p10]

Supondo que esses excertos fossem lidos em voz alta, certamente há possibilidade de uma variação da força de ligação entonacional entre o caso no qual foi empregada a vírgula e naquele em que se empregou o ponto e vírgula. Ainda, convém destacar que essa possibilidade de variação se relaciona, entre outros aspectos, à identidade (ou não) de elementos sintáticos partilhados entre as orações coordenadas em cada um dos exemplos.

Em (e), são contemplados casos como as orações subordinadas substantivas, por exemplo, em que a oração subordinada tem função sintática dentro de outra, apresentando alto grau de integração sintática com a oração principal:

- (50) Baseado nos achados dessa revisão [pode-se dizer que [as pesquisas sobre eventos adversos na APS vem aumentando]], contudo mais estudos devem ser realizados. [M17p19]

No que diz respeito à iconicidade temporal (ou ordenamento linear), sinalizada no parâmetro (f), temos, nas palavras de Lima-Hernandes (2006, p. 86), que “a iconicidade temporal [...] prevê, na representação linguística de determinados eventos, o gerenciamento da ordem linguística pela ordem dos acontecimentos no mundo real”. Assim, as orações devem preferencialmente ser ordenadas segundo as relações conceptivas ou temporais, decorrentes dos fatos ou estados de coisa que designam (DIK, 1997).

- (51) No Brasil a função de autoridade central *era exercida* pela Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República, que *foi extinta* recentemente e *teve* sua competência *transferida* para o recém-criado Ministério da Justiça e Cidadania, através da Medida Provisória nº 726, entretanto, as ações *continuaram sendo propostas* pela Advocacia Geral da União, através do Departamento Internacional. [M09p14]

No exemplo (51), vemos que o ordenamento sintático dos elementos corresponde à ordem temporal em que os acontecimentos descritos foram ocorrendo. Cabe destacar, quanto a este exemplo, que a contraposição iniciada pelo emprego do nexos adversativo *entretanto* pode ser concebida como uma certa “ruptura” temática no trecho. Essa ruptura, inclusive, ficaria bem assinalada pelo emprego – exigido pela norma – de ponto e vírgula no lugar da vírgula que precede *entretanto*: esse sinal materializaria a maior distância semântica, ou a menor conectividade temática entre orações, que reside exatamente na ideia de concessão entre os eventos justapostos nesse período (*apesar de o órgão público ter sido extinto, determinadas ações continuaram a ser propostas*).

Por fim, o parâmetro (f) relaciona-se à instanciação dos atos de fala, como, por exemplo, o registro dos discursos direto e indireto, como é possível observar no exemplo abaixo. Em (52), vemos que o menor grau de integração entre as orações relacionadas pelo conectivo *no entanto* não foi graficamente sinalizada através de um emprego mais adequado da pontuação (ponto e vírgula ou ponto final), o qual deveria apontar para o distanciamento causado pelo discurso citado, inserido como ressalva ao que foi afirmado anteriormente no parágrafo.

- (52) Nesta última hipótese de exceção, a autoridade do Estado requerido poderá recusar a restituição da criança ao seu Estado de residência habitual se este retorno não for compatível com os princípios fundamentais do Estado requerido, // entretanto,

conforme observa Marcos Duarte, “É necessária a comprovação efetiva de qual princípio fora violado e os motivos dessa violação”. [M09p24]

Apresentados esses pressupostos gerais, na subseção seguinte, focalizaremos o tipo de relação sintático-semântica que será nosso objeto de investigação.

2.2.3 Parataxe: as orações coordenadas adversativas

Para Hopper e Traugott (1993), as *construções paratáticas* podem se constituir por justaposição ou coordenação, sendo as primeiras caracterizadas pela adjacência de duas ou mais orações nucleares expressas em um único contorno entonacional sem o uso de nexos e as segundas pela ligação formal através de um conectivo.

A noção de *coordenação* é vista como um processo geral que pode unir diferentes *unidades de sentido* em diferentes *graus de integração*. Não se trata de uma simples justaposição de construções. Estes diferentes graus de integração se refletem no uso dos *sinais de pontuação*, de *elementos conectivos*, mas também estão relacionados à composição interna das construções e às relações semânticas e discursivas que instanciam as intenções comunicativas dos interlocutores.

Em (53), vemos que a relação semântica instanciada pelo nexos adversativo *porém* se estabelece entre construções oracionais que partilham de um mesmo sujeito, isto é, apresentam certo grau de integração, tendo em vista que os verbos *dicendi* empregados – *afirmaram*, *questionam* – relacionam-se a um mesmo referente:

- (53) Logo, [as entrevistadas] afirmaram também que entendem esta padronização do gênero feminino apresentada nos anúncios da marca Victoria Secrets por se tratar do âmbito da moda, **porém** ainda questionam que a marca passa a elas um ar de que somente pessoas “ricas” e “padronizadas” podem adquirir seus produtos. [M03p52]

Já no trecho registrado em (54), abaixo, é possível observar, por exemplo, que além de o sinal gráfico *vírgula* e a conjunção *mas* marcarem uma oposição semântica presente na argumentação do produtor do texto (“não é nossa intenção fazer X, *mas* acho relevante fazer Y”), está também em jogo uma mudança discursiva instanciada pelo uso das pessoas do discurso: o uso inicial da “1ª pessoa majestática” trata-se de estratégia gramatical amplamente empregada no discurso acadêmico no intuito de demonstrar distanciamento do autor; essa forma de autorreferência é posteriormente substituída pelo uso da 1ª pessoa do singular, em que há

comprometimento direto do autor. Assim, é possível constatar que o rótulo “coordenação” abarca orações interligadas por diferentes aspectos, motivações, o que resulta em diferentes graus de integração dentro do período.

- (54) Não é a nossa intenção fazer uma análise substancial das autoridades tradicionais nos três períodos da história africana, ou seja, no período pré-colonial, colonial, e pós-colonial, **mas** acho relevante trazer um pequeno relato desses períodos como forma de facilitar o leitor na compreensão global do trabalho, tendo em conta as relações existentes entre o momento que o trabalho discute com outros horizontes temporais. [M47p12]

Dik (1989) compreende a coordenação como uma forma de expansão de elementos similares em séries coordenadas. Assim, a construção coordenada constitui-se de dois ou mais elementos funcionalmente equivalentes, combinados no mesmo nível estrutural, por meio de mecanismos de ligação.

Conforme apontam Pezatti, Paula e Passetti (2019, p. 2):

Nenhum dos membros de uma construção coordenada é subordinado aos demais, ou seja, nenhuma unidade é constituinte da outra, podendo cada uma ocorrer sozinha, mas a combinação delas constitui uma única unidade formal. Os mecanismos de ligação podem não estar manifestos, e a coordenação ocorre por justaposição, ou podem estar expressos, indicando uma conexão simples. Nesse caso, consistirá em um ou mais coordenadores que servem para indicar a relação entre os membros.

A coordenação é, portanto, um processo geral que pode unir diferentes *unidades de sentido* em diferentes *graus de integração*, diferenciando-se, nesse sentido, da subordinação, em que há uma relação semântica mais inerente (causa, consequência, finalidade, etc.).

Para Givón (1993b), nenhuma oração é totalmente independente de seu contexto no discurso: alguma relação semântica ou pragmática deve conectá-la ao seu ambiente imediato. E tal conectividade tende a vir com dependências gramaticais concomitantes: há estreito paralelo entre as dependências semântico-pragmáticas (*funcionais*) e gramaticais (*formais*), as quais detalharemos na próxima seção.

2.3 TALMY GIVÓN: A CORRELAÇÃO ENTRE INTEGRAÇÃO FORMAL E FUNCIONAL

Nesta seção, conforme já enunciado, buscaremos retomar algumas asserções proferidas por Givón (1993b), as quais nortearão o tratamento dos dados nos capítulos destinados à análise de nossa amostra. Para o autor, a teoria funcionalista tem por objetivo fornecer “um quadro

explícito, sistemático e abrangente da sintaxe, semântica e pragmática unificadas como um todo”²⁴ (GIVÓN, 1984, p. 7, *tradução nossa*).

Partindo do pressuposto de que a dependência temática de uma oração relativa ao seu contexto imediato de discurso é garantida, o autor afirma que nos resta determinar o tipo e o grau de conectividade entre as orações. Assim, quanto mais conectada tematicamente uma oração coordenada é com uma oração adjacente – quanto mais linhas de coerência temática ela compartilha com essa oração – mais provável é que ela apareça reduzida, menos finita, sintaticamente integrada com a outra oração, conforme o isomorfismo entre integração funcional e estrutural apontado por Givón (1993b, p. 318), o qual se configura como um caso particular do princípio geral da iconicidade:

Correlação Integração Funcional/Integração Formal:

Quanto mais integrados funcionalmente – mais firmemente coerentes – dois estados/eventos adjacentes, tanto mais integradas formalmente serão as duas orações que os codificam.

Por meio do princípio da iconicidade, considera-se a existência de uma relação não arbitrária, natural, entre forma e função, ou entre código e mensagem, na linguagem humana. Isto é, tal noção implica uma relação entre o mundo (sua representação conceptual) e o modo de verbalização (na direção do mundo para a linguagem): a iconicidade supõe que a estruturação dos enunciados tem correspondência com a organização dos fatos, pressupõe uma “força de motivação para a linguagem” (NEVES, 2018, p. 152). Assim, conforme advertem Cunha, Costa e Cezario (2015, p. 25), “como opção teórica, o princípio da iconicidade [...] permite uma investigação detalhada das condições que governam o uso dos recursos de codificação morfossintática”.

Tendo em vista esse pressuposto, Givón (1993b) apresenta, conforme quadro-síntese exposto a seguir, diferentes parâmetros de integração entre orações, conforme sua distribuição e funcionalidade.

²⁴ “*an explicit, systematic and comprehensive framework of syntax, semantics and pragmatics unified as a whole*”.

Quadro 9 – Integração entre Orações

LIGAÇÕES LOCAIS MAIS CONCRETAS	FAIXAS GLOBAIS MAIS ABSTRATAS
Continuidade Referencial	Continuidade Modal
Continuidade Temporal	Continuidade do Ato Discursivo
Continuidade Espacial	Continuidade de Perspectiva
Continuidade de Ação	

Fonte: Adaptado de Givón (1993b).

Posto que orações presentes no discurso conectado podem, de fato, codificar diferentes graus de coerência, uns mais restritos, outros cada vez mais frouxos, o autor postula dois tipos de dependência, a serem abordados a seguir: a *dependência gramatical* e a *dependência funcional*.

2.3.1 Dependência Funcional: Grau de Conectividade Temática

Segundo Givón (1993b), a progressão textual se constrói mediante diferentes estratégias de conectividade temática, as quais o autor identifica como *continuidade referencial*, *continuidade temporal*, *espacial* e *de ação*. Vejamos o que são essas estratégias de conectividade:

- (a) **Continuidade Referencial:** Neste tipo de continuidade, vemos diferentes estratégias anafóricas (uso de pronomes, de descrições definidas modificadas ou não, etc.) sendo mobilizadas para que a unidade temática seja assegurada pela manutenção de um mesmo referente como tópico informacional.
- (55) Por se tratar de um prédio histórico e tombado pelo IPHAE e IPHAN, sua restauração é bastante dispendiosa, dependente de profissionais específicos, os restauradores, considerada uma mão de obra cara e bastante especializada. [M1, p17]
- (b) **Continuidade Temporal:** Aqui, a continuidade/descontinuidade se dá no âmbito da progressão temporal dos fatos. A continuidade temporal, portanto, diz respeito à organização de um dado segmento textual em termos de certa orientação histórico-temporal.

- (56) Da década de 40 a 80, esse cenário foi se transformando. Grandes distâncias geográficas passaram a dividir as classes sociais. [...] O crescimento da metrópole e seus processos de ocupação do espaço se deram de tal modo que, nos anos 90, as distâncias físicas entre ricos e pobres diminuíram, ao mesmo tempo em que os vários mecanismos para os separar tornaram-se mais óbvios e complexos. [M2p24]
- (c) **Continuidade Espacial:** Mobilizando elementos lexicais e sintáticos, principalmente nomes e advérbios, organiza a progressão temática em torno da descrição de cenários e espaços que se relacionam espacialmente.
- (57) No espaço da escola, o projeto possui uma sala, um quiosque e uma horta para realizar suas atividades. A sala de atividade está equipada com mesas, cadeiras, uma lousa, armários, geladeira e fogão, conta também com materiais didáticos e pedagógicos, como livros e outros instrumentos de trabalho. No espaço da horta, são realizadas ações socioambientais que promovem o cuidado com o preparo do solo e o cultivo de hortaliças, plantas medicinais e alimentícias não convencionais (PANC) manutenção de canteiro e a colheita das hortaliças. [M3p37]
- (d) **Continuidade de Ação:** Por fim, temos um tipo de continuidade obtido por meio de algum tipo de estrutura na sucessão de ações, por exemplo, quando são orientadas para um certo “fim” (o que vale para textos “instrucionais”, mas também para narrativas típicas).
- (58) Para que o usuário se inscreva no Programa Bolsa Família, é necessário que se cadastre no Cadastro Único, o que não assegura que o benefício lhe será concedido. [M4p22]

Vejamos, na próxima seção, o que Givón (1993b) postula quanto à dependência gramatical.

2.3.2 Dependência Gramatical: Grau de Integração das Orações

Para exemplificar²⁵ os diferentes graus de integração entre orações, suas relações de continuidade e descontinuidade, o autor utiliza-se das seguintes oposições:

²⁵ Os exemplos utilizados nesta parte da seção foram traduzidos e adaptados da obra do autor (GIVÓN, 1993b).

- (a) **Descontinuidade da Modalidade:** A oposição entre os modos factual e não factual, que agenciam a atitude de falante perante um estado de coisas ou sucessão de eventos, resulta em “descontinuidade formal” entre orações que codificam tais eventos.

- (59) Ela entrou e sentou na cama. Ela logo se mudaria para sempre. [*realis x irrealis*]
 (60) ?? Ela entrou, sentou na cama, e logo se mudaria para sempre.

Em (60), cabe mencionar que “logo se mudaria” é uma hipótese no momento em que a personagem senta, mas pode ter se tornado verdade a seguir – o contexto não explicita; sendo hipótese, não pode se integrar sintaticamente à sucessão de ações expressa por período independente em (59).

- (b) **Descontinuidade do Ato de Fala:** Mudança quanto à natureza do ato de fala no interior de textos e discursos também resulta em “descontinuidade formal” das orações.

- (61) Ela entrou e sentou na cama. Ela estava pensando nele? [declarativa x interrogativa]
 (62) ?? Ela entrou, sentou na cama, e estava pensando nele?

O contraste entre (61) e (62) indica que, no caso típico, orações de um mesmo período estão no escopo de um mesmo e único ato de fala; portanto, atos de falas diferentes implicam, normalmente, períodos diferentes.

- (c) **Descontinuidade da Perspectiva:** Do mesmo modo, a alternância entre enunciadores implica “descontinuidade formal”. Vejamos os exemplos a seguir:

- (63) Ela entrou, sentou na cama, refletiu um pouco e decidiu que ia esquecer tudo.
 (64) Ela entrou, sentou na cama, refletiu um pouco. Esqueceria tudo, decidiu.
 (65) ?? Ela entrou, sentou na cama, refletiu um pouco e esqueceria tudo, decidiu.

Em (63), podemos observar que um período – segmento textual único – corresponde a uma só perspectiva (a do narrador). Já em (64), temos dois períodos, representando formalmente as duas perspectivas apresentadas. Por fim, vemos, no exemplo (65), um período com problema de construção, pois não é possível que um único período instancie duas perspectivas. A

descontinuidade de perspectiva, portanto, relaciona-se, como foi possível observar nos excertos em destaque, diretamente, na escrita, com o manejo da pontuação.

2.3.3 Pontuação e Continuidade Referencial

A continuidade referencial, como, em certa medida, já mencionamos, diz respeito à manutenção de “referentes do discurso”, seres e coisas de que se fala ao longo de um trecho de discurso, sendo um dos aspectos que integram a continuidade temática (coerência) de modo geral. Assim, tendo uma ideia da correlação entre os diferentes processos de vinculação sintática e os graus de conectividade temática e de integração entre as orações, vejamos agora como Givón (1993b) mobiliza esses elementos a fim de descrever as motivações para o uso de determinados sinais de pontuação e nexos adversativos, em sua função de *descontinuidade referencial*. Tais motivações podem comunicar um contraste entre referentes distintos, inserir orações cujas funções sintáticas ou papéis temáticos se modificam ou, ainda, sinalizar quando ocorre uma relação de contraste total entre o conteúdo informacional de duas construções.

Conjunções de contraste como *mas*, de acordo com Givón (1993b, p. 324), são usadas quando algumas expectativas foram pré-estabelecidas em relação a indivíduos ou tipos de estados, atividades, assuntos ou objetos dos quais se espera que se comportem de uma certa maneira, mas acabam não o fazendo. As expectativas podem ser baseadas em normas culturais, envolvendo a maneira normal pela qual alguns tipos de eventos devem seguir outros. Eles também podem ser criados no discurso anterior para ocasiões e participantes específicos. O autor menciona, por fim, que contrastes cada vez mais sutis são possíveis, desde que as expectativas apropriadas sejam pré-estabelecidas e depois violadas. Vejamos os exemplos:

- (66) João veio, *mas* Maria não. → *contraste referencial*
- (67) Helena sentou-se, *mas* levantou-se imediatamente. → *comutação do verbo*
- (68) Ela esteve aqui ontem, *mas* não hoje. → *momento de mudança*
- (69) Ela deveria ir para São Paulo, *mas* acabou em Maceió. → *mudança de lugar*
- (70) A aniversariante sentou-se, *mas* os convidados ficaram em pé. → *mudança de sujeito e verbo*
- (71) José adorava alface, *mas* odiava espinafre. → *mudança de verbo e objeto*

(72) Maria jogava xadrez, *mas* Bruno detestava jogos de tabuleiro. → *mudança de sujeito, verbo e objeto*

Nos exemplos registrados anteriormente, vemos contrastados, conforme elenca Givón (1993b), elementos que fazem com que não possa haver um grau muito alto de integração entre as orações. Entretanto, pode-se usar a vírgula porque já há um outro elemento codificando a relativa independência entre os conteúdos – a própria conjunção adversativa. Para o autor, as conjunções contribuem para o estabelecimento de uma relação temática entre orações adjacentes em um texto contínuo e coerente.

A fim de analisar essa independência relativa, podemos observar que os mesmos exemplos *são compatíveis com sinais que sinalizariam maior independência*, como o ponto final e o ponto e vírgula:

João veio, *mas* Maria não.

(73) João veio; *mas* Maria, não.

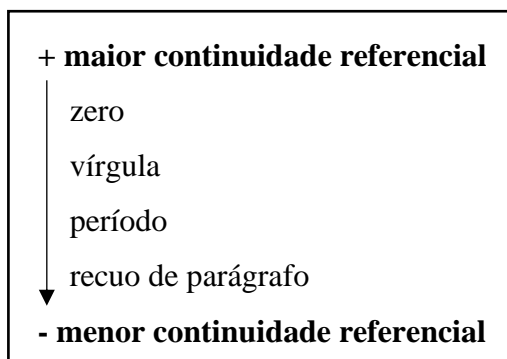
(74) Ela deveria ir para São Paulo. *Mas* acabou em Maceió.

Maria jogava xadrez, *mas* Bruno detestava jogos de tabuleiro.

(75) Maria jogava xadrez. Bruno, porém, detestava jogos de tabuleiro.

Em seção dedicada às orações coordenadas no volume 2 de sua *English Grammar*, Givón (1993b) retoma estudo anterior não publicado (HAYASHI, 1989), dispondo os usos da pontuação numa escala que vai da maior à menor continuidade referencial e sua expressão através de diferentes elementos gráficos.

Figura 2 – Pontuação e Continuidade Referencial



Fonte: Adaptado de Givón (1993b, p. 322).

Segundo o autor, a escala apresentada na figura 2 expressa uma correlação inversa entre a duração da pausa entre orações²⁶ – imitada pelo sinal de pontuação – e o grau de continuidade referencial através do limite entre estas: “Quanto mais contínua – coerente – for a referência através do limite da oração, menor será a pausa entre as orações”²⁷ (GIVÓN, 1993b, p. 322, *tradução nossa*).

Assim, ao abordar o princípio da *proximidade*²⁸, o autor menciona a forte correlação entre a “pontuação de período”, isto é, o emprego do *ponto final* e a ruptura da coerência entre duas proposições, opondo a isso o emprego da *vírgula* ou de “*pontuação zero*” e a continuidade referencial de duas orações:

(76) Ela entrou e falou comigo.

(77) Ela entrou, viu que estávamos ali; mas ela veio falar comigo.

Como é possível observar nas sentenças acima (GIVÓN, 1991, p. 7), a escolha por determinados sinais gráficos na escrita relaciona-se com o grau de integração que os eventos codificados apresentam. Em (77), por exemplo, é possível observar o contraste graficamente materializado pelo *ponto e vírgula*: a última ação é, em algum sentido, inesperada, porque é apenas uma das alternativas da sequência – ela poderia ter ido falar com todos, ou um dos outros, etc.; há menos integração, logo o *ponto e vírgula* pode ser empregado.

Por fim, cumpre enfatizar que, como vemos pela discussão acima, Givón (1993b, p. 330) situa a pontuação no âmbito do que ele chama “gramática da coerência temática”, juntamente com outros elementos sintáticos e semânticos, como as conjunções, os advérbios, a codificação dos referentes e tempo/aspecto verbal. Para o autor, a manipulação hábil da gramática da coerência temática dá origem a parágrafos mais coerentes, já um controle menos eficiente desses elementos daria origem a um tipo conhecido de texto: aparentemente gramatical, mas incoerente e de difícil processamento cognitivo.

Estes foram os subsídios que serão mobilizados na tentativa de compreender as motivações para determinados padrões de pontuação mobilizados pelos autores dos textos

²⁶ Consideradas, em nosso estudo, proposições, ou conteúdos proposicionais, que podem ora ser expressos sintaticamente por orações, ora por períodos – sendo “oração” a unidade que corresponde a um conteúdo proposicional que é parte de uma proposição maior, com outros conteúdos proposicionais, e “período” justamente essa unidade maior, contendo mais de uma “oração”.

²⁷ “*The more continuous — coherent — is reference across the clause boundary, the smaller the pause between the clauses*”.

²⁸ Apresentado na introdução deste capítulo.

acadêmicos que investigaremos. No capítulo seguinte, faremos uma descrição do *corpus* e apresentaremos os aspectos metodológicos empregados nesta pesquisa.

3 O OLHAR SOBRE OS DADOS: ASPECTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo, apresentaremos os aspectos metodológicos que orientaram nosso trabalho: retomaremos os objetivos delimitados para este estudo; depois, explicaremos a organização do *corpus* que compõe esta dissertação; e, por fim, serão expostos nossos critérios de análise, conforme a revisão teórica empreendida. Para tanto, teremos por horizonte os questionamentos levantados por Smith (1998, p. 31): “Até que ponto os dados empíricos correspondem ao recomendado em manuais e gramáticas? Havendo desvios, em que condições ocorrem? Qual sua regularidade? O que os condiciona?”.

3.1 OBJETIVOS

Esta dissertação tem como temática central o estudo dos padrões de pontuação mobilizados por autores de textos acadêmicos do nível da graduação, em particular os padrões que acompanham conectivos adversativos. Como objetivo geral, buscamos descrever quais são os condicionamentos presentes em estruturas cujo manejo da pontuação não se mostra adequado nem perante o que determina a tradição gramatical, nem quanto aos aspectos sintáticos e semânticos contemplados pela linguística funcionalista de Givón (1984; 1991; 1993a; 1993b; 1995; 2012) no que se refere aos graus de integração sintática e conectividade temática.

Como objetivos específicos, elegemos:

- Realizar uma revisão da literatura sobre a pontuação;
- Levantar um *corpus* de construções adversativas oriundas de textos acadêmicos;
- Categorizar, dentro da amostra selecionada, os tipos de ocorrências encontradas, tanto em relação à sua adequação ou não, quanto em relação a aspectos sintático-semânticos (por exemplo, em relação ao nexos utilizado);
- Discutir os (problemas de) usos da pontuação com nexos adversativos em contextos de escrita formal à luz das noções de grau de integração sintática e conectividade temática.

3.2 COMPOSIÇÃO DA AMOSTRA

Tendo em vista a motivação inicial para este estudo – investigar os problemas de pontuação de orações, períodos e parágrafos, instanciados através do emprego dos nexos

adversativos e da pontuação –, foram coletados trabalhos acadêmicos (de 15 cursos de graduação, oriundos de 14 universidades brasileiras), tendo por recorte temporal o período de 1º de julho de 2017 a 31 de dezembro de 2017. Não houve critério delimitador algum dos textos coletados: são, simplesmente, todos os trabalhos que a autora da presente dissertação recebeu no período mencionado, para revisão²⁹.

Assim, dos 98 documentos recebidos pela autora no semestre em questão, foram excluídos aqueles que não tinham como autores estudantes de graduação: 1 pôster, 1 resenha, 14 artigos, 3 projetos de pesquisa (a serem submetidos ao comitê de ética), 6 projetos de dissertação, 8 dissertações, 3 teses, 5 textos comerciais/institucionais, 1 capítulo de livro literário, 1 projeto pedagógico e 3 listas de referências a serem formatadas. Ainda, dos 52 trabalhos restantes, 2 foram excluídos da amostra, pois seus autores tiveram acompanhamento especializado ao longo do processo de escrita de suas monografias, através da contratação do serviço de assessoria acadêmica. Portanto, restaram 50 trabalhos – 33 monografias e 17 artigos finais – a serem analisados.

As etapas de organização do *corpus* foram:

- (a) busca pelas palavras-chave (nexos adversativos) em cada um dos documentos;
- (b) seleção dos trechos correspondentes ao escopo das conjunções encontradas;
- (c) exclusão dos trechos que constituíam citações diretas;
- (d) sumarização da seleção final, conforme o conectivo empregado e o contexto sintático em que se encontra.

No quadro 10, apresentamos o detalhamento dos trabalhos utilizados, quanto a seu gênero discursivo (M – monografia/A – artigo), número de páginas e quantidade de trechos selecionados. A fim de preservar a identidade dos autores, os documentos foram registrados em ordem numérica, conforme sua data de recepção.

²⁹ A autora trabalha regularmente como revisora técnica de redação e aspectos formais de trabalhos acadêmicos.

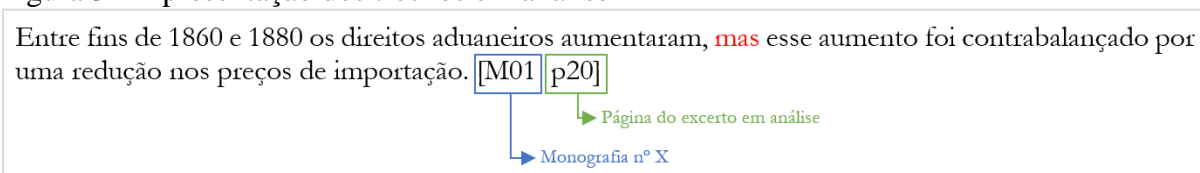
Quadro 10 – Organização dos trabalhos acadêmicos selecionados para constituição do *corpus* de pesquisa

ORDEM	GÊNERO	Nº PÁGINAS	Nº EXCERTOS SELECIONADOS	ORDEM	GÊNERO	Nº PÁGINAS	Nº EXCERTOS SELECIONADOS
M01	M	73	12	M26	A	20	06
M02	A	35	12	M27	M	42	17
M03	M	63	64	M28	M	81	23
M04	M	28	05	M29	M	53	09
M05	A	32	17	M30	M	44	12
M06	M	35	08	M31	M	62	30
M07	A	33	06	M32	A	17	01
M08	M	65	32	M33	A	16	02
M09	M	115	23	M34	M	44	07
M10	M	49	07	M35	A	17	04
M11	M	34	05	M36	M	102	30
M12	A	16	11	M37	A	13	13
M13	A	26	02	M38	M	53	13
M14	M	60	23	M39	M	60	12
M15	M	106	27	M40	M	97	55
M16	M	45	18	M41	A	19	06
M17	M	24	03	M42	M	76	45
M18	M	66	58	M43	M	97	11
M19	A	26	09	M44	M	27	13
M20	M	72	19	M45	A	09	04
M21	M	51	10	M46	M	45	09
M22	A	34	08	M47	M	33	22
M23	A	24	13	M48	A	14	03
M24	M	48	12	M49	M	28	15
M25	A	26	08	M50	M	47	11

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Como modo de referência, os trechos constitutivos do *corpus* de análise foram registrados conforme o trabalho acadêmico do qual foram extraídos, juntamente com o número da página em que se encontram, como demonstrado na figura 3.

Figura 3 – Apresentação dos trechos em análise



Fonte: Elaborada pela autora (2019).

A seleção dos trechos se deu da seguinte forma: a partir do mecanismo de busca do Microsoft Word, em cada um dos 50 documentos, foram pesquisados os seguintes conectores: “mas”, “porém”, “porem”, “contudo”, “entretanto”, “no entanto”, “todavia”. De todas as ocorrências encontradas, como já mencionado, foram excluídas aquelas que faziam parte de citações diretas, bem como os casos em que *mas* fazia parte de locuções conjuntivas, cuja

relação estabelecida não era a de oposição, mas de adição, como em *não só... mas também* e *não só... mas ainda*. Assim, essa seleção teve como resultado 782 excertos. Por fim, dado o recorte de nossa análise – como os fatores de integração funcional podem determinar a escolha da pontuação para sinalizar maior ou menor integração de *conteúdos oracionais* –, foram excluídas 60 ocorrências de coordenação entre sintagmas, como os exemplos listados abaixo.

- (78) Artistas minimalistas abandonaram a pintura em prol de objetos que não parecessem pintura, nem escultura, pois acreditavam que uma obra de arte não se deveria referir-se a nada além de si, queriam produzir uma arte [SAdj impessoal], porém [SAdj substancial]. [M39p14]
- (79) Ou seja, não somente [SN o dinamismo], mas [SN o conhecimento das técnicas] em geral agregará de uma forma extraordinária naquela imagem publicitária que será utilizada como meio de divulgação. [M3p24]

Restaram, portanto, 722 ocorrências, agrupadas em um documento de 109 páginas e organizadas conforme o nexos empregado e o contexto sintático em que este se encontra, isto é, foram subcategorizados a partir do “tipo de coordenação” que estabeleciam.

No quadro 11, consta uma síntese da distribuição das ocorrências encontradas.

Quadro 11 – Resumo geral do *corpus* investigado

CONECTORES	ENTRE ORAÇÕES	ENTRE PERÍODOS ³⁰		ENTRE PARÁGRAFOS	TOTAL
		INÍCIO - 2ª ORAÇÃO	DESLOCADO		
<i>mas</i>	202	26	0	10	238 (32,96%)
<i>porém</i>	167	43	02	12	224 (31,02%)
<i>entretanto</i>	33	26	03	14	76 (10,52%)
<i>no entanto</i>	19	35	02	21	77 (10,66%)
<i>contudo</i>	25	20	04	16	65 (9,00%)
<i>todavia</i>	10	13	05	14	42 (5,81%)
TOTAL	456 (63,15%)	163 (22,57%)	16 (2,21%)	87 (12,04%)	722

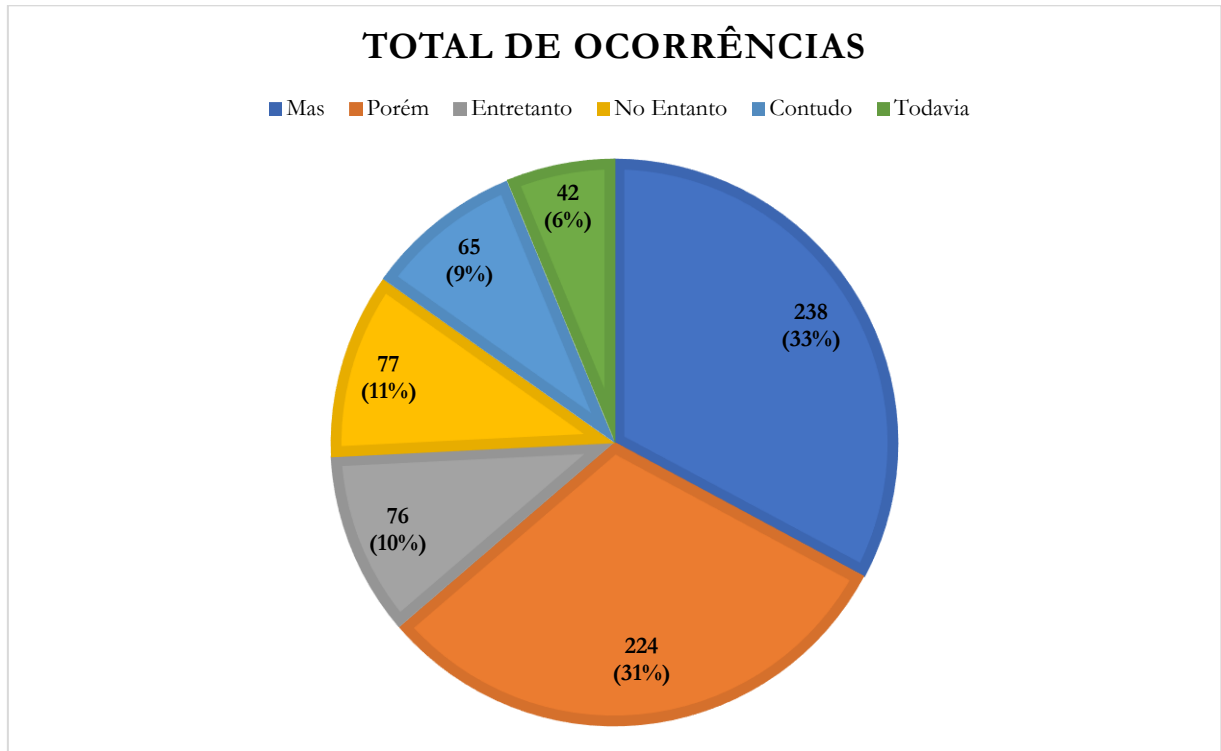
Fonte: Elaborado pela autora (2019).

É possível observar, a partir dos dados levantados, que *mas* (238 ocorrências) e *porém* (224 ocorrências) foram os conectivos mais empregados nos textos que compõem nossa amostra. Os demais nexos apresentam frequência de uso relativamente próxima (*entretanto*, 76; *no entanto*, 77; *contudo*, 65), destacando-se a menor incidência quanto ao vocábulo *todavia* (apenas 42 ocorrências). Dados como estes talvez indiquem que o conector *todavia* tenha

³⁰ Registramos que apenas a categoria “entre períodos” contém a subdivisão entre os nexos que estão no *início da segunda oração* e os que se encontram *deslocados*, pois tal distribuição, em nossa amostra, ocorreu somente neste contexto.

entrado em obsolescência, sendo substituído por outros conectores, como *porém*, por exemplo. Uma visão geral da frequência de emprego de cada nexos pode ser observada no gráfico 1.

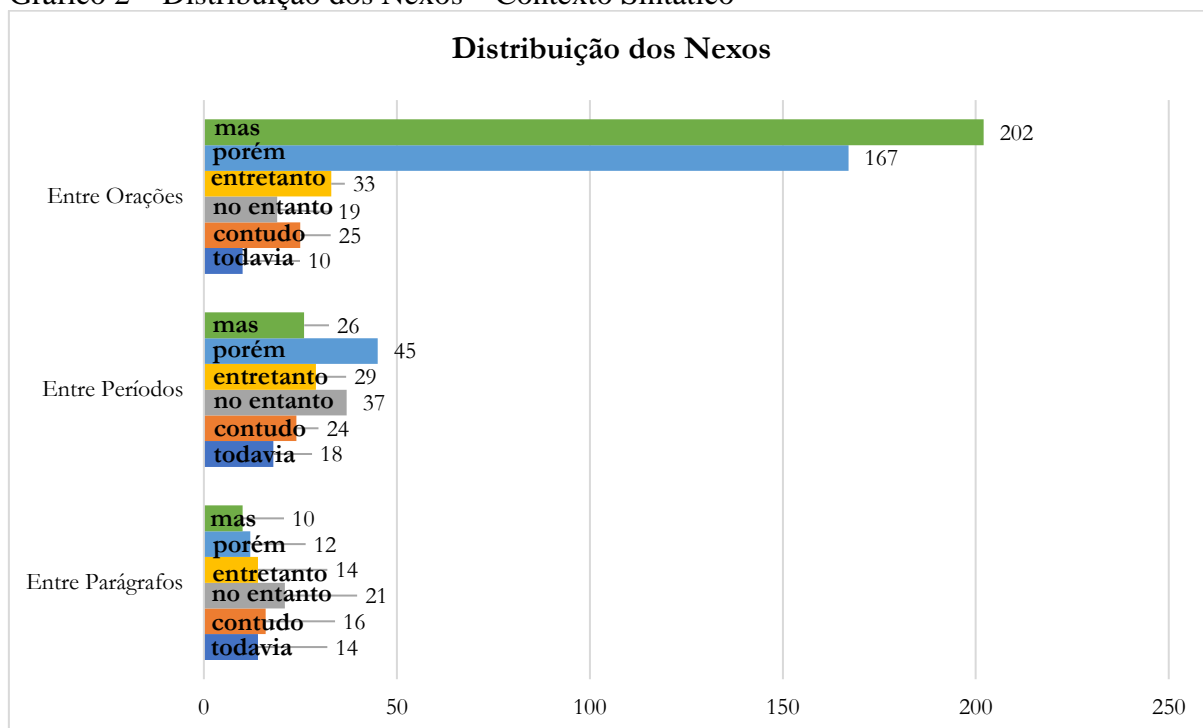
Gráfico 1 – Total de Ocorrência dos Conectivos



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

No gráfico 2, apresentamos os nexos conforme sua distribuição em diferentes contextos sintáticos: quando se encontram entre orações de um único período, sendo mobilizados os sinais gráficos *vírgula* e *ponto e vírgula* para marcar a fronteira entre estas; quando se encontram entre períodos, isto é, quando a fronteira entre as construções é demarcada por *ponto final*; e, por fim, registramos os casos em que os nexos dão início a um novo parágrafo:

Gráfico 2 – Distribuição dos Nexos – Contexto Sintático



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Os dados apresentados no gráfico 2, em certa medida, corroboram a percepção de Bechara (2006, p. 321), que considera tanto *mas* quanto *porém* conjunções “adversativas por excelência”³¹, tendo em vista sua alta incidência em contexto de coordenação entre orações. Das 456 ocorrências de nexos adversativos nessa posição, 369 correspondem a essas conjunções: 202 empregos do *mas* e 167 empregos do *porém*, representando 44% e 36,6% do total desses usos, respectivamente. No gráfico seguinte, veremos, no entanto, que *porém* apresenta um comportamento “intermediário”, pois é amplamente empregado como conector entre orações, mas, tal como os nexos de caráter adverbial, apresenta maior “mobilidade posicional” (AZEREDO, 2008, p. 306), diferentemente de *mas*. Os demais nexos, agrupados por autores como Bechara (2006), Azeredo (2008), Neves (2000), Castilho (2000) e Bagno (2011), enquanto elementos adverbiais, apresentam distribuição equilibrada, destacando-se o *entretanto*, com 33 ocorrências, e, no extremo oposto, *todavia*, com apenas 10 empregos.

Em sua realização entre períodos, isto é, após *ponto final*, a única diferença significativa, por assim dizer, foi o maior emprego do nexos *porém*, seguido de *no entanto*. Assim, do total de 179 casos de nexos em fronteira entre períodos, 45 ocorrências (25,1%) dizem respeito ao uso de *porém*. Já *no entanto* representa 20,6% desse conjunto, com 37

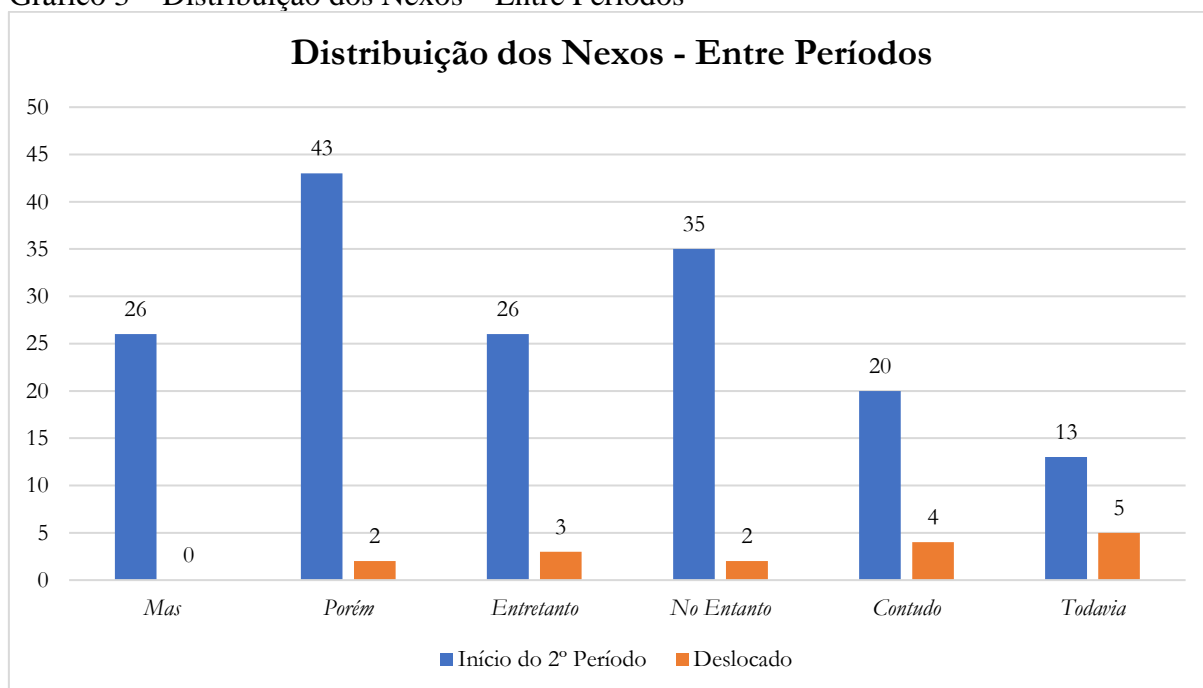
³¹ Lembramos que se trata de percepção particular ao autor, não sendo consensual entre os gramáticos pesquisados, os quais, em sua maioria, apontam apenas *mas* como conjunção deste tipo.

ocorrências. O restante dos casos 97 casos dividem-se em quantidades próximas: *entretanto* (29; 16,2%), *mas* (26; 14,5%) e *contudo* (24; 13,4%), sendo que, novamente, *todavia* apresenta o menor número de empregos (18; 10%).

Por fim, quanto à distribuição dos nexos dando início a parágrafos, vemos que se sobressai o conector *no entanto*. Dos 87 casos de nexos nessa posição, 21 (24,1%) dizem respeito a esse vocábulo. O restante dos empregos nesse contexto distribui-se de modo praticamente equânime: 16 casos de *contudo* (18,3%), 14 de *entretanto* e *todavia* (16% cada), 12 de *porém* (13,7%) e 10 de *mas* (11,4%). Cabe destacar, por fim, que temos invertida a proporção de empregos dos nexos *mas* e *porém* em relação aos dados encontrados entre orações: enquanto naqueles as duas conjunções apresentaram maior incidência perante as demais; em início de parágrafo, são as menos empregadas.

No gráfico 3, a seguir, nos deteremos nos casos em que os nexos ocorrem entre períodos, tendo em vista que a mobilidade dos conectivos de caráter adverbial será fator importante a ser analisado posteriormente.

Gráfico 3 – Distribuição dos Nexos – Entre Períodos



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

O primeiro aspecto a ser destacado nos dados apresentados pelo gráfico 3 diz respeito à comprovação do que aponta a descrição gramatical quanto à conjunção *mas*. Das 26 ocorrências desta entre períodos, não houve nenhum emprego que não estivesse no início do 2º período “coordenado”, exatamente como apontaram os gramáticos e linguistas citados em nossa revisão

da literatura quanto à “distribuição limitada” desse conector (PERINI, 2016, p. 446). Outra percepção a ser sinalizada relaciona-se ao nexos *porém*. Aqui, vemos que ele apresenta comportamento semelhante aos demais conectivos adverbiais, os quais podem ocorrer em diferentes posições dentro da oração em que se inserem, pois, como já citado, “marcam relações textuais e não desempenham o papel conector das conjunções coordenativas, apesar de alguns manterem com elas certas aproximações ou mesmo identidades semânticas” (BECHARA, 2006, p. 322). Assim, os “advérbios juntivos” encontrados em nossa amostra, para empregarmos o termo proposto por Neves (2000, p. 756), apresentam distribuição equilibrada quanto ao seu emprego deslocado entre os sintagmas que compõem a segunda oração coordenada. Dos apenas 16 casos encontrados, temos: *todavia* (5), *contudo* (4), *entretanto* (3), *porém* (2) e *no entanto* (2).

Feita esta breve introdução sobre os conectores adversativos e sua distribuição em diferentes posições nos períodos e parágrafos que compõem nossa amostra, voltaremos nosso olhar aos padrões de pontuação encontrados:

Quadro 12 – Padrões de pontuação encontrados

MAS		PORÉM		ENTRETANTO		NO ENTANTO		CONTUDO		TODAVIA	
ENTRE ORAÇÕES											
, mas ∅	191	, porém ∅	118	, entretanto,	19	, no entanto ∅	14	, contudo,	14	, todavia,	05
, mas,	06	, porém,	40	, entretanto ∅	14	, no entanto,	05	, contudo ∅	11	, todavia ∅	05
∅ mas ∅	02	∅ porém ∅	07								
∅ mas,	01	∅ porém,	01								
; mas,	01										
; mas ∅	01	; porém ∅	01								
ENTRE PERÍODOS (DESLOCADO)											
		, porém,	02	, entretanto,	02	, no entanto,	01	, contudo,	03	, todavia,	05
				, entretanto ∅	01	, no entanto ∅	01	∅ contudo,	01		
ENTRE PERÍODOS (INÍCIO DA 2ª ORAÇÃO)											
. Mas ∅	19	. Porém,	33	. Entretanto,	22	. No entanto,	24	. Contudo,	16	. Todavia,	13
. Mas,	7	. Porém ∅	10	. Entretanto ∅	04	. No entanto ∅	11	. Contudo ∅	04		
ENTRE PARÁGRAFOS											
. Mas ∅	09	. Porém,	08	. Entretanto,	08	. No entanto,	16	. Contudo,	16	. Todavia,	11
. Mas,	01	. Porém ∅	04	. Entretanto ∅	06	. No entanto ∅	05			. Todavia ∅	03

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

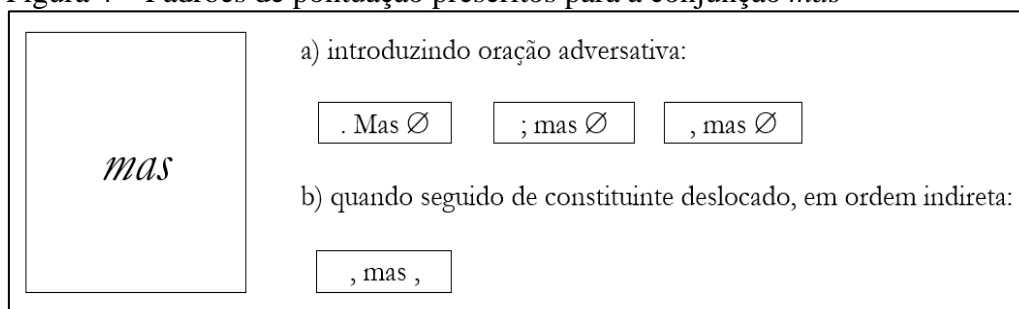
O quadro 12 apresenta uma descrição geral da pontuação empregada pelos autores dos textos analisados em relação aos nexos adversativos. Nele, demarcamos o emprego dos sinais *vírgula*, *ponto e vírgula* e *ponto final*, identificando com o sinal ∅ a ausência de pontuação. Nos capítulos destinados à análise, esses padrões serão seccionados e analisados conforme a adequação de seu emprego, a partir dos critérios descritos a seguir.

3.3 CRITÉRIOS DE ANÁLISE

Conforme revisão empreendida no capítulo 2 desta dissertação, ao olharmos para os dados de nossa amostra, quatro fatores gerais serão mobilizados. Primeiramente, ao organizarmos os casos a serem discutidos, levamos em consideração os seguintes aspectos: (i) a delimitação/o escopo de ocorrência dos conectores estudados – entre *orações*, *períodos* ou *parágrafos*; e (ii) a *diferença de distribuição* entre os nexos adversativos, o que nos levará a uma oposição, nas seções que compõem os capítulos de análise, entre os padrões de pontuação empregados com a conjunção *mas* e com os demais nexos de comportamento adverbial – *porém*, *contudo*, *entretanto*, *no entanto*, *todavia*. Posteriormente, no que diz respeito à análise propriamente dita, balizarão nossa discussão: (iii) os usos descritos por regras ou apresentados nos exemplos das *gramáticas* que compuseram nossa revisão, com os quais buscaremos dialogar; (iv) os elementos de *análise funcional* relacionados ao *grau de integração* entre conteúdos oracionais, cerne de nossa discussão.

Nas ilustrações a seguir, buscamos sintetizar os padrões de pontuação para os nexos adversativos conforme propõe a descrição gramatical.

Figura 4 – Padrões de pontuação prescritos para a conjunção *mas*

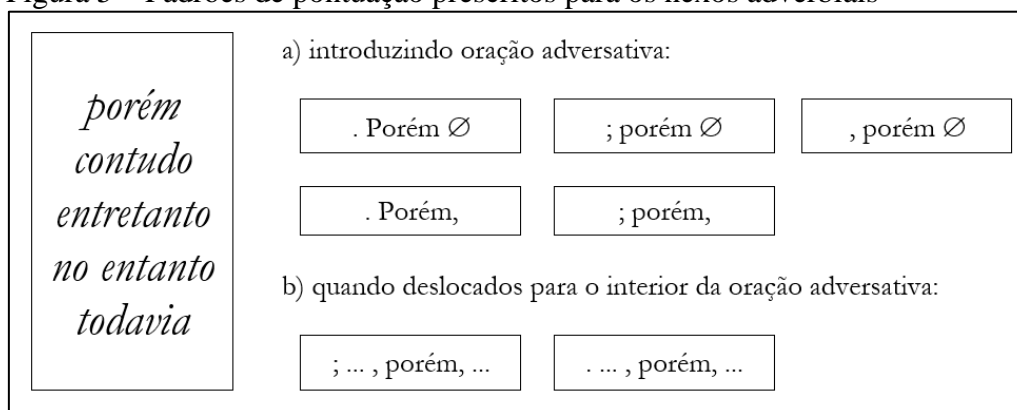


Fonte: Elaborada pela autora (2019).

Na figura 4, acima, registramos os usos recomendados pelas gramáticas consultadas em relação à conjunção *mas* e os sinais gráficos *vírgula*, *ponto e vírgula* e *ponto final*. Nela, é possível observar que apenas 4 padrões são permitidos: 3 relativos ao seu emprego no início da oração, podendo ela ser precedida de *ponto final*, *ponto e vírgula* e *vírgula*, sem pontuação posterior (a); e 1 caso que diz respeito à (dupla) *vírgula* posterior, cujo escopo não diz respeito à conjunção, mas a algum sintagma em ordem indireta na oração em que ela se encontra (b)³².

³² Este caso, sinalizamos, poderia ocorrer com quaisquer outros sinais de pontuação: | ... , mas, depois disso, ... | ... ; mas, depois disso, ... | Mas, depois disso,

Figura 5 – Padrões de pontuação prescritos para os nexos adverbiais



Fonte: Elaborada pela autora (2019).

Já na figura 5, temos descritos os usos elencados quanto aos conectivos de natureza adverbial, sendo identificados 7 padrões de pontuação, dos quais: 5 dizem respeito a estes nexos quando em posição inicial na oração adversativa, podendo ser precedidos de *ponto final*, *ponto e vírgula* e *vírgula* (a); e 2 sinalizam a forma como devem ser pontuados quando deslocados para o interior da oração adversativa (b). Quanto aos casos em que estes conectivos introduzem uma oração adversativa, cabe destacar que, enquanto elementos adverbiais, podem ser seguidos de *vírgula* ou não (recordemos que a prescrição gramatical faculta o emprego de *vírgula* isolando adjuntos adverbiais de pequena extensão). No entanto, quando a opção for por empregar a *vírgula* após o nexo, ele só poderá ser precedido de *ponto final* ou *ponto e vírgula*. Do contrário, ficará comprometida a demarcação da fronteira entre períodos, bem como a delimitação do escopo do nexo. Lembremo-nos dos exemplos apresentados em 2.3:

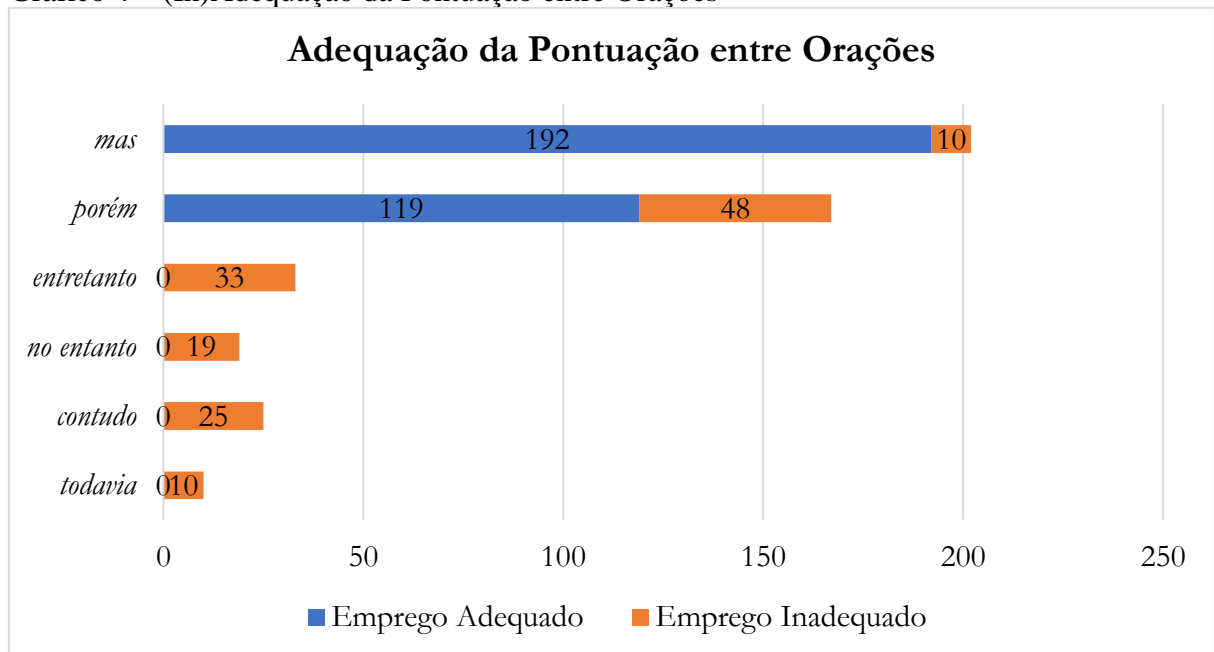
- (80) João chegou cedo; *contudo*, Maria chegou tarde.
 (81) João chegou cedo, *contudo* Maria chegou tarde.
 (82) ?? João chegou cedo, *contudo*, Maria chegou tarde.

Assim, nossa análise terá como pressupostos as descrições elencadas acima, mas busca certa originalidade ao ampliar essas reflexões, discutindo em que medida tais convergências formais apontam para diferentes graus de integração entre os conteúdos oracionais. Para tanto, lançaremos mão do que propõe Givón (1993b) quanto às dependências de caráter semântico-pragmático (dependência funcional) e de caráter gramatical (dependência formal). Isto é, nosso olhar para os usos considerados *adequados* ou *inadequados* não se ancorará em uma perspectiva normativa, mas discutirá as motivações sintáticas e semânticas dos autores para determinados empregos da pontuação, avaliando estes empregos quanto à sua eficiência ao representar

gráficamente os diferentes níveis de conectividade, construindo uma progressão textual adequada.

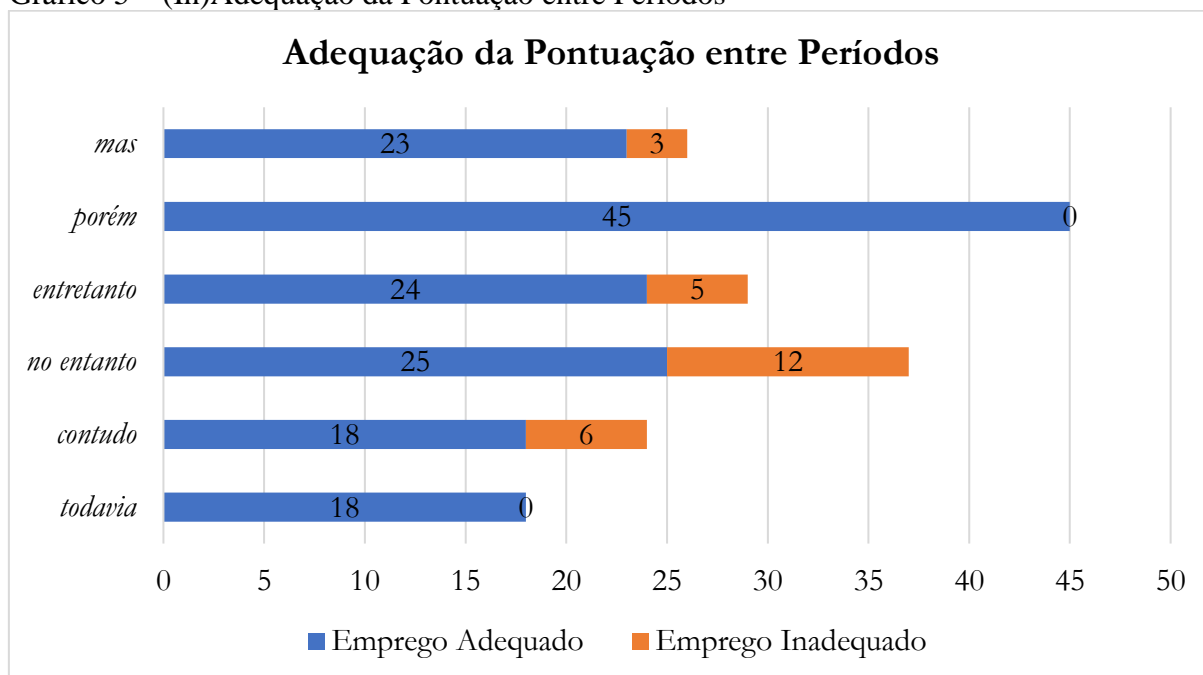
Abaixo, nos gráficos 4, 5 e 6, apresentamos a distribuição dos empregos dos sinais gráficos aqui tematizados, dividindo as ocorrências conforme o contexto sintático em que foram mobilizados, bem como o conectivo com o qual se relacionam. Consideramos como adequados os casos em que: (i) os nexos foram utilizados, do ponto de vista de sua semântica adversativa, de modo apropriado; (ii) foram pontuados adequadamente conforme o que prescreve a gramática quanto ao padrão culto escrito; (iii) a pontuação estabeleceu correta segmentação sintática e correspondeu adequadamente ao grau de integração entre as estruturas coordenadas.

Gráfico 4 – (In)Adequação da Pontuação entre Orações



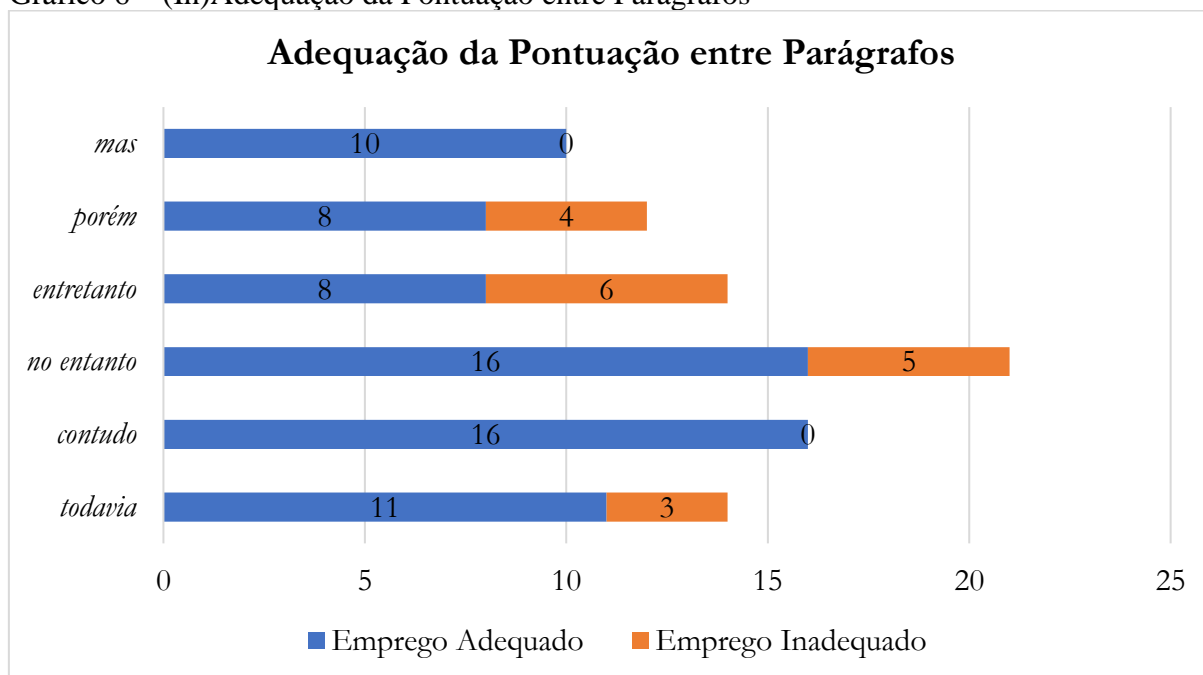
Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Gráfico 5 – (In)Adequação da Pontuação entre Períodos



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Gráfico 6 – (In)Adequação da Pontuação entre Parágrafos



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Nos gráficos apresentados acima, é possível observar que, majoritariamente, a pontuação foi mobilizada de forma adequada pelos autores dos textos analisados neste estudo. Embora não seja uma discussão que faremos nesta dissertação, podemos pensar que os índices acima expostos refletem o grau de letramento desses escreventes, pois se encontram em etapa de conclusão da Educação Superior, ou seja, pode-se presumir que já tiveram considerável

número de práticas de escrita e de ensino quanto aos padrões formais esperados para textos acadêmicos.

Nos capítulos que seguem, realizaremos a análise qualitativa destes dados, buscando discutir exemplos de cada um dos tipos de ocorrência à luz dos pressupostos teóricos abordados em nossa revisão da literatura.

4 PADRÕES DE PONTUAÇÃO CONSIDERADOS ADEQUADOS: A CORRESPONDÊNCIA ENTRE A MARCAÇÃO GRÁFICA E A INTEGRAÇÃO DAS ORAÇÕES

Neste capítulo, serão listados e discutidos os dados encontrados em nossa amostra que apresentaram emprego da pontuação coerente com o tipo de vinculação sintática entre as construções coordenadas e que não apresentaram desvios quanto às convenções indicadas para estas estruturas, instanciando adequadamente seu conteúdo proposicional³³.

Para tanto, buscamos levar em consideração o que Givón (1984) propõe quanto à estrutura hierárquica do discurso, parafraseado por Neves (2018, p. 36):

se o homem se expressa por meio de discursos multiproposicionais, é observável não apenas o modo como se dá a concatenação das proposições, mas também as regras textuais a que as proposições devem ser submetidas, para que não haja quebra da estrutura temática e para que haja coesão e coerência na composição linguística.

A organização de nossa exposição se dará da seguinte forma: serão descritos os números de ocorrências para cada um dos padrões de pontuação identificados, seguidos de exemplos e de breve discussão. Os nexos, dada sua distribuição particular, serão divididos em dois grupos: o primeiro composto pelo conector *mas*, considerado a conjunção adversativa por excelência, visto apresentar posicionamento circunscrito ao início (considerando-se a linearidade da escrita) de uma das orações coordenadas; o segundo, com os nexos *porém*, *contudo*, *entretanto*, *no entanto* e *todavia*, compreendidos como *conectivos adverbiais* por autores como Azeredo (2008), Bagno (2011), Bechara (2006), Castilho (2010), Neves (2000) e Perini (2016), por apresentarem maior mobilidade dentro da sentença e poderem ser antecidos pela conjunção *e*, por exemplo.

4.1 CONECTIVOS ENTRE ORAÇÕES

Nesta seção, apresentaremos os casos em que a pontuação foi devidamente mobilizada, constituindo segmentação sintática adequada, não somente conforme os padrões esperados pela descrição gramatical (sistematizados nas figuras 4 e 5, p. 72-73), mas de acordo com os

³³ Conteúdo Proposicional, de acordo com Sé e Pezatti (2014, p. 283): “é um constructo mental, que não existe no espaço ou no tempo e pode ser avaliado em termos de sua verdade e qualificado em termos de atitudes proposicionais (certeza, dúvida, descrença) e/ou em termos de sua origem ou fonte (conhecimento partilhado, evidência sensorial, inferência)”.

diferentes graus de integração que as constituem. Na pontuação aqui analisada, estão em jogo duas operações sintáticas gerais, apontadas por Veronique Dahlet (2006, p. 142): o Princípio da Adição, instanciado pelo emprego dos sinais *vírgula* e *ponto e vírgula* anteriores aos nexos, indicando que duas orações encontram-se unidas no interior de um período; e o Princípio da Inversão, demarcado pela *vírgula* posterior aos conectivos, a qual indica o deslocamento de sintagmas em relação à ordem SVO, no caso do português.

Conforme distribuição apresentada no gráfico 6, das 202 ocorrências do conectivo *mas* neste contexto sintático, 192 foram consideradas adequadas³⁴: 191 casos em que conjunção foi precedida por *vírgula* e 1 caso em que a conjunção foi precedida por *ponto e vírgula*, e, na sequência desta, para registrar um sintagma deslocado, foi empregada (dupla) *vírgula*. Quanto ao nexo *porém*, das 167 ocorrências em fronteira entre orações, 119 casos foram considerados adequados, contra 48 que, em nosso julgamento, poderiam ter sido pontuados de forma mais eficiente. Relacionados a *porém*, encontramos 118 usos de *vírgula* e somente 1 emprego de *ponto e vírgula*, não ocorrendo aqui nenhum caso de sintagma deslocado ou outro tipo de operação sintática que demandasse pontuação posterior ao nexo. Quanto aos conectores *contudo*, *entretanto*, *no entanto* e *todavia*, também apresentaram inadequações quanto à pontuação: a pontuação não apresentou correspondência ao grau de vinculação com a construção anterior e/ou não houve a correta sinalização de sintagmas intercalados após as conjunções; motivo pelo qual não figurarão nesta seção, sendo analisados no capítulo 6. Assim, apresentamos, no quadro abaixo, a quantificação dos padrões de pontuação encontrados nesta categoria, para, em seguida, analisar alguns exemplos desta.

Quadro 13 – Pontuação de nexos inserindo a segunda oração

, mas Ø	191	, porém Ø	118
; mas,	1	; porém Ø	1

Fonte: Elaborada pela autora (2019).

No exemplo (83), temos um caso típico de orações coordenadas, em que a conjunção *mas* introduz a oração adversativa. As duas orações que constituem o período apresentam alto grau de integração sintática e conectividade temática:

³⁴ Conforme explicitado na seção 3.3, relativa aos critérios de análise, consideramos como adequados os casos em que: (i) os nexos foram utilizados, do ponto de vista de sua semântica adversativa, de modo apropriado; (ii) foram pontuados adequadamente conforme o prescreve a gramática quanto ao padrão culto escrito; (iii) a pontuação estabeleceu correta segmentação sintática e correspondeu adequadamente ao grau de integração entre as estruturas coordenadas.

- (83) Através dos projetos da residência serão elaborados orçamentos comparativos dos dois sistemas prevendo que se chegue às seguintes conclusões: O sistema (LSF) é mais caro que o convencional, **mas** seus benefícios compensam o valor adicional empregado. [M04p03]

Predicando sobre um mesmo tópico “O sistema (LSF)”, sujeito da primeira oração, que é retomado pelo pronome “seus”, no sujeito “seus benefícios”, na segunda, as duas estruturas oracionais são unidas pela conjunção *mas*, que estabelece uma relação à qual Azeredo (2008) chama de “compensação”: o sistema em questão é caro, porém seus benefícios fazem o valor adicional empregado valer a pena. Vemos, portanto, que a *vírgula* foi bem empregada, pois sinalizada a fronteira entre as duas orações, *mas* representa graficamente a proximidade das duas proposições que as constituem, não sendo necessário o emprego de pontuação mais fortemente marcada, como um *ponto final*, por exemplo.

Abaixo, trazemos o excerto (84), único caso desta seção em que foi mobilizado *ponto e vírgula* anterior ao *mas*:

- (84) Dessa forma, a partir do apanhado teórico realizado até então, é possível concluir que pela sublimação - através da arte, do trabalho ou do amor - podemos nos aproximar de *Das Ding*, que segundo Freud (1996f) é aquilo que ficou em nosso aparelho psíquico de nossas primeiras experiências de satisfação com nossos cuidadores. Também para Lacan (1997), *Das Ding* é o que resultou de nossas primeiras experiências; **mas**, além disso, é nossa base estruturante, aquilo que nos orientará na busca de nossos desejos e manifestará o que somos em nossa mais íntima constituição. [M31p10]

- (84') Também para Lacan (1997), *Das Ding* é o que resultou de nossas primeiras experiências // **mas** / além disso / é nossa base estruturante [...]. [M31p10]

Neste caso, vemos o emprego do *ponto e vírgula* em sua função como *hierarquizador de segmentos textuais* (DAHLET, 2006, p. 136), pois organiza o segmento, diferenciando-se do uso da *vírgula* que marca deslocamento de sintagma – de modo que seria inadequado o emprego de *vírgula* precedendo a conjunção:

- (84'')? Também para Lacan (1997), *Das Ding* é o que resultou de nossas primeiras experiências, **mas**, além disso, é nossa base estruturante, aquilo que nos orientará na busca de nossos desejos e manifestará o que somos em nossa mais íntima constituição. [M31p10]

Entretanto, cabe a observação de que, para além do que prescreve a tradição gramatical, o emprego de vírgula (como em 84) seria adequado também, pois não comprometeria a representação quanto ao grau de integração dos conteúdos proposicionais. Neste sentido, citamos as palavras da Profa. Marisa Smith (1998, p. 203), para quem a pontuação deve ser “compreendida como um universo de possibilidades organizado de forma sistemática e lógica, do qual fazem parte subsistemas igualmente dotados de lógica intrínseca”.

Agora, analisemos dois exemplos com o nexa *porém*:

- (85) A DM 1 é autoimune e idiopática, encontrada em apenas 5 a 10 % dos portadores de DM. [...] Pacientes portadores dessa patologia, são dependentes de insulina exógena. Acomete mais crianças e adolescentes, apresentando pico de incidência entre 10 e 14 anos, **porém** também pode surgir em adultos. [M38p12]

No exemplo acima, encontramos duas orações coordenadas que apresentam sujeitos nulos cujo referente encontra-se não na oração imediatamente anterior, mas na construção que dá início ao parágrafo, isto é, o antecedente dos constituintes é o sujeito da primeira oração do segmento textual, que instancia o tópico do parágrafo:

- (85') [A DM 1 _i] é autoimune e idiopática, encontrada em apenas 5 a 10 % dos portadores de DM. [...] Pacientes portadores [dessa patologia _i], são dependentes de insulina exógena. \emptyset_i Acomete mais crianças e adolescentes, apresentando pico de incidência entre 10 e 14 anos, **porém** \emptyset_i também pode surgir em adultos. [M38p12]

Assim, o emprego da *vírgula* foi adequado, pois ambas as construções apresentam alto grau de integração gramatical, partilhando de um mesmo sujeito. A oposição estabelecida por *porém* tem por escopo os predicados destas, havendo, na verdade, uma adição (instanciada pelas palavras *também pode*), uma ampliação da informação enunciada anteriormente.

Com efeito, o fato de as duas orações compartilharem o sujeito com o período que introduz o trecho e não com o segundo período impede a seguinte segmentação:

- (85'') ?? DM1 é autoimune e idiopática, encontrada em apenas 5 a 10 % dos portadores de DM. Pacientes portadores dessa patologia são dependentes de insulina exógena e acomete mais crianças e adolescentes, apresentando pico de incidência entre 10 e 14 anos. Porém também pode surgir em adultos. [M38p12]

Além disso, vemos que as duas orações formam uma unidade no trecho comparando as duas segmentações seguintes (em que o segundo período é eliminado para vermos o agrupamento dos conteúdos que predicam apenas da DM):

(85'') ?? A DM1 é autoimune e idiopática, encontrada em apenas 5 a 10 % dos portadores de DM e acomete mais crianças e adolescentes, apresentando pico de incidência entre 10 e 14 anos. Porém também pode surgir em adultos. [M38p12]

(85''') A DM1 é autoimune e idiopática, encontrada em apenas 5 a 10 % dos portadores de DM. Acomete mais crianças e adolescentes, apresentando pico de incidência entre 10 e 14 anos, porém também pode surgir em adultos. [M38p12]

Evidentemente, (85''') é um melhor meio de agrupar os conteúdos porque “também pode surgir em adultos” é um modo de restringir o conteúdo “acomete mais crianças e adolescentes”. Se este último conteúdo fosse unido ao conteúdo inicial, ficaria difícil atribuir a função de restrição a “também pode surgir em adultos” – por isso, a segmentação em (85'') é imprópria. Portanto, eis um exemplo de que, nesse trecho, a vírgula expressa adequadamente a integração dos dois conteúdos proposicionais (por oposição a outras segmentações possíveis dos mesmos conteúdos).

Embora não esteja no âmbito das orações adversativas propriamente, é importante observar, ainda neste parágrafo, as opções organizacionais do autor do texto, o qual mobiliza o *ponto final* para segmentar os períodos cujos sujeitos são gramaticalmente distintos (embora pertencentes ao mesmo campo semântico e tópico discursivo):

[A DM1 _i] . Pacientes portadores dessa patologia . Ø _i , Ø _i .
--

Vemos, portanto, que, como usuário da língua, o autor apresenta uma intuição apurada ao marcar esta “transição” através do emprego do ponto final. Por fim, não podemos deixar de registrar outro aspecto da pontuação deste parágrafo (também fora de nosso recorte de pesquisa, mas pertinente): em “Pacientes portadores dessa patologia, são dependentes de insulina exógena.”, vemos um caso recorrente de emprego inadequado da *vírgula* separando sujeito e predicado, o qual pode ser justificado prosodicamente, dada a extensão do primeiro sintagma.

Para concluir esta seção, apresentamos o único emprego de *ponto e vírgula* precedendo o nexos *porém* nesta categoria (86).

- (86) Além da arte, construções fantasmagóricas, religiosas e científicas também se relacionam, de alguma maneira, com *Das Ding*; **porém** apenas a arte possui algo que vai além do princípio do prazer – além do alívio [...]. [M37p07]

Aqui, vemos a correta opção do autor pelo emprego de *ponto e vírgula* para segmentar as orações que compõem o período, no qual o conectivo marca uma oposição que, em certa medida, poderíamos interpretar como rejeição (NEVES, 2000) ao que foi anteriormente expresso: apesar de outros tipos de construção relacionarem-se ao construto teórico em discussão, apenas a arte vai além. Igualmente, além de marcar esse grau de ruptura temática com a oração que o antecede, o *ponto e vírgula* também se mostra pertinente neste trecho, pois diferencia a nova oração dos demais segmentos marcados anteriormente pela vírgula, evitando uma possível ambiguidade quanto ao escopo de cada oração:

- (86') ?? Além da arte, construções fantasmagóricas, religiosas e científicas também se relacionam, de alguma maneira, com *Das Ding*, **porém** apenas a arte possui algo que vai além do princípio do prazer – além do alívio [...]. [M37p07]

Na seção seguinte, passamos à análise dos conectivos empregados entre períodos.

4.2 CONECTIVOS ENTRE PERÍODOS

Nesta seção, nossa análise se dividirá entre os casos nos quais os conectores adversativos encontram-se deslocados, no interior do segundo “período coordenado”, e os casos em que se encontram no início do segundo período, isto é, precedidos de *ponto final*.

4.2.1 Nexos deslocados no segundo período

No quadro 14, vemos que não houve nenhuma ocorrência da conjunção *mas* deslocada no interior do segundo período “coordenado”, o que corrobora sua distinção perante os outros nexos adversativos, que apresentam maior mobilidade sintática – fator mencionado pela maioria dos gramáticos que consultamos. Ou seja, o *corpus* do presente trabalho confirma que *mas* é, sintaticamente, uma “conjunção”, enquanto os demais nexos adversativos têm “caráter adverbial”. Também cabe destacar que não houve nenhum registro de uso de *ponto e vírgula* separando as duas orações relacionadas por esses nexos intercalados – embora essa seja uma possibilidade prevista pelas gramáticas tradicionais.

Quadro 14 – Pontuação de nexos deslocados no segundo período “coordenado”

. [...] , mas, [...] .	0	. [...] , porém, [...] .	2
		. [...], contudo, [...] .	3
		. [...], entretanto, [...] .	2
		. [...], no entanto, [...] .	1
		. [...], todavia, [...] .	5

Fonte: Elaborada pela autora (2019).

Abaixo, seguem os exemplos desta categoria. Como é possível verificar, neles, o nexo ocorre adequadamente circunscrito por vírgulas, indicando que há o reconhecimento de que o nexo está sendo inserido, como elemento deslocado, entre os constituintes canônicos da oração:

- (87) No ensaio clínico randomizado de Silva *et al.* (2013), avaliou-se o tempo no pelo qual o paciente ficou com CVC, comparando-o com o desfecho infecção de CVC. Não houve, **porém**, diferença estatística entre os que estavam cateterizados há poucos dias e aqueles que possuíam o CVC há meses. [M27p29]
- (88) Neste sentido o direito do consumidor é dotado de uma base principiológica de alta importância para a interpretação e aplicação de suas normas. Nada impede, **contudo**, que o reconhecimento dos princípios implícitos seja retirado do contexto normativo da própria lei, ou da diretriz de proteção do consumidor vulnerável, a qual constitui o fundamento teológico de todo o microsistema. [M42p26]

Vejam, agora, os exemplos sob a luz dos elementos de análise funcional que nos interessam nesse trabalho – os que indicam o *grau de integração* entre os conteúdos oracionais relacionados. Observe-se, antes de mais nada, que a escolha do ponto final indica que há relativa *autonomia temática* dos conteúdos no contexto, já que podem ser expressos como períodos independentes. Poderia confirmar essa *autonomia relativa* pelo fato de que o uso de vírgula no lugar dos pontos finais utilizados resulta em períodos que, a nosso ver, são impropriamente unidos:

- (87’) ?? No ensaio clínico randomizado de Silva *et al.* (2013), avaliou-se o tempo no pelo qual o paciente ficou com CVC, comparando-o com o desfecho infecção de CVC, não houve, **porém**, diferença estatística entre os que estavam cateterizados há poucos dias e aqueles que possuíam o CVC há meses. [M27p29]
- (88’) ?? Neste sentido o direito do consumidor é dotado de uma base principiológica de alta importância para a interpretação e aplicação de suas normas, nada impede, **contudo**, que o reconhecimento dos princípios implícitos seja retirado do contexto

normativo da própria lei, ou da diretriz de proteção do consumidor vulnerável, a qual constitui o fundamento teológico de todo o microsistema. [M42p26]

Por outro lado, em nossa análise, os mesmos exemplos permaneceriam corretos se, em vez do ponto final, se utilizassem *ponto e vírgula*, como abaixo – aliás, o que é previsto, como mencionamos antes, pela descrição tradicional:

(87'') No ensaio clínico randomizado de Silva *et al.* (2013), avaliou-se o tempo no pelo qual o paciente ficou com CVC, comparando-o com o desfecho infecção de CVC; não houve, **porém**, diferença estatística entre os que estavam cateterizados há poucos dias e aqueles que possuíam o CVC há meses. [M27p29]

(88'') Neste sentido o direito do consumidor é dotado de uma base principiológica de alta importância para a interpretação e aplicação de suas normas; nada impede, **contudo**, que o reconhecimento dos princípios implícitos seja retirado do contexto normativo da própria lei, ou da diretriz de proteção do consumidor vulnerável, a qual constitui o fundamento teológico de todo o microsistema. [M42p26]

O uso adequado de *ponto e vírgula* nesses casos sugere, por sua vez, que é possível integrar os conteúdos oracionais acima em um só período. E, de fato, isso se confirma quando percebemos que, se substituirmos os nexos intercalados por *mas*, os períodos podem ser integrados inclusive com vírgulas:

(87''') No ensaio clínico randomizado de Silva *et al.* (2013), avaliou-se o tempo no pelo qual o paciente ficou com CVC, comparando-o com o desfecho infecção de CVC, **mas** não houve diferença estatística entre os que estavam cateterizados há poucos dias e aqueles que possuíam o CVC há meses. [M27p29]

(88''') Neste sentido o direito do consumidor é dotado de uma base principiológica de alta importância para a interpretação e aplicação de suas normas, **mas** nada impede que o reconhecimento dos princípios implícitos seja retirado do contexto normativo da própria lei, ou da diretriz de proteção do consumidor vulnerável, a qual constitui o fundamento teológico de todo o microsistema. [M42p26]

Em resumo, nos casos de usos adequados de *porém*, *contudo*, *todavia*, *entretanto* “intercalados”, parece haver uma tendência a sinalizar a divisão entre os conteúdos relacionados por meio do sinal de pontuação que sugere maior *independência de conteúdos* – o *ponto final* –, já que não foram encontrados outros sinais, em particular, o sinal de *ponto de vírgula*. Entretanto, a discussão que fizemos acima parece indicar que essa tendência do uso do *ponto final* não se deve, necessariamente, à impossibilidade de tornar os conteúdos oracionais em

questão integrados em um só período. Na verdade, em (87) e (88), parece, simplesmente, haver alguma convenção arbitrária impedindo o uso de vírgulas com *porém*, *contudo*, *todavia*, *entretanto* “intercalados”. Procuraremos verificar essa conclusão quando discutirmos os exemplos *inadequados* de uso de vírgulas com exemplos desse tipo encontrados no *corpus*.

4.2.2 Nexos iniciando novo período

Nosso próximo contexto de análise diz respeito ao emprego dos nexos no início do segundo “período coordenado”. Aqui, contam ocorrências de todos os nexos sendo precedidos de *ponto final*, variando apenas os casos de emprego (ou não) de *vírgula* após os conectivos. Vejamos o quadro 15 e os exemplos que o seguem³⁵:

Quadro 15 – Pontuação de nexos em início de período

. Mas Ø	19	. Porém Ø	10
. Mas,	04	. Porém,	33
		. Contudo,	15
		. Entretanto,	22
		. No entanto,	24
		. Todavia,	13

Fonte: Elaborada pela autora (2019).

Primeiramente, analisaremos um exemplo em que *mas* é empregado no início do segundo período coordenado:

- (89) Identificando a necessidade que se criou em torno da disputa por vagas públicas, começaram a ser criados os cursos preparatórios para concurso público, instituições que buscam ofertar cursos especializados para obtenção de vagas na carreira pública, e cobrir a demanda gerada por esse público (ALBRECHT; KRAWULSKI, 2011). **Mas** ser um curso preparatório por si só não adianta, é preciso ter um diferencial no mercado de serviços educacionais para atrair os clientes, que estão cada vez mais exigentes. [M25p02]

³⁵ Lembramos que os excertos aqui utilizados estão citados *ipsis litteris* como os autores as registraram, não sendo feita nenhuma ordem de ajuste ou correção. Também lembramos que nossa reflexão, aqui, diz respeito à pontuação em relação das coordenadas adversativas. Problemas de pontuação de outra ordem serão mencionados apenas quando julgarmos pertinente, e questões sintáticas e ortográficas diversas não serão discutidas neste momento.

No excerto acima, é possível observar o emprego adequado do *ponto final*, pois, embora haja a manutenção do tópico apresentado pelo primeiro período – os cursos preparatórios – retomado lexicalmente pela mesma expressão, os dois períodos apresentam autonomia sintática e semântica plena: enquanto atos de fala, ambos se constituem como sentenças declarativas coerentes e completas. Conforme aponta Azeredo (2008), temos aqui um exemplo da conjunção *mas* demarcando não um contraste propriamente dito, mas como instanciadora da estratégia argumentativa à qual o autor nomeia como *adição*: a predicação apresentada no primeiro período é ampliada – ser um curso preparatório por si só não basta, é preciso mais... Vemos, também, neste exemplo, um importante aspecto apresentado por Neves (2000) quanto à direção da oposição estabelecida por *mas*. Aqui, além de marcar uma ruptura com asserção anterior, a conjunção *mas* aponta “para frente”, para o segmento que lhe sucede: o cerne da argumentação do autor será apresentado na oração seguinte – não basta apenas ser um curso preparatório, é preciso apresentar X atributos/atitudes.

(89') ? Identificando a necessidade que se criou em torno da disputa por vagas públicas, começaram a ser criados os cursos preparatórios para concurso público, instituições que buscam ofertar cursos especializados para obtenção de vagas na carreira pública, e cobrir a demanda gerada por esse público (ALBRECHT; KRAWULSKI, 2011); **mas** ser um curso preparatório por si só não adianta, é preciso ter um diferencial no mercado de serviços educacionais para atrair os clientes, que estão cada vez mais exigentes. [M25p02]

Ao fazermos a permuta entre o *ponto final* e o *ponto e vírgula*, neste exemplo, vemos que a modificação não chega a configurar um erro, do ponto de vista sintático; mas, a nosso ver, não é adequada, pois não demarca tão fortemente a autonomia das duas estruturas oracionais, do ponto de vista semântico, discursivo.

(89'') ?? Identificando a necessidade que se criou em torno da disputa por vagas públicas, começaram a ser criados os cursos preparatórios para concurso público, instituições que buscam ofertar cursos especializados para obtenção de vagas na carreira pública, e cobrir a demanda gerada por esse público (ALBRECHT; KRAWULSKI, 2011), **mas** ser um curso preparatório por si só não adianta, é preciso ter um diferencial no mercado de serviços educacionais para atrair os clientes, que estão cada vez mais exigentes. [M25p02]

Por fim, comparamos os exemplos acima com o emprego da *vírgula*, a qual, em nosso julgamento, não poderia ser empregada neste excerto, pelos exemplos já abordados: extensão

do período, ambiguidade quanto ao escopo da conjunção, inadequada hierarquização em relação aos outros usos da vírgula no trecho em questão.

Agora, discutiremos um exemplo no qual a conjunção *mas* inicia a oração e é seguida de *vírgula*. Conforme já sinalizado em outros exemplos, vemos que o sinal foi bem empregado pois, na verdade, seu escopo diz respeito ao adjunto deslocado que se encontra após o nexos. O que nos interessa discutir, aqui, é a pertinência da escolha de segmentação, por parte do autor do texto, por meio do *ponto final*.

- (90) Nos anos 1920, na área publicitária, o que predominava como meio de veiculação da comunicação eram o texto e a ilustração, que por sua vez, traziam a esta uma representação mais artística e autoral do anúncio. **Mas**, com o passar das décadas e a chegada da modernização, surgiu então a imagem publicitária, trazendo consigo novas propostas e inovações [...]. [M03p12]

Analisando o parágrafo em questão pelo quadro givoniano, vemos que o emprego do *ponto final* é a contrapartida formal da *descontinuidade temporal* quanto aos eventos que estão sendo relatados: a progressão temporal dos fatos, primeiramente, é ancorada “nos anos 1920”, para, depois, evoluir “com o passar das décadas e a chegada da modernização”. Ainda quanto à pontuação, cumpre destacar que também caberia, neste contexto, o emprego de *ponto e vírgula*, embora se possa argumentar que tal modo de organização acarretaria um período muito extenso.

- (90’) Nos anos 1920, na área publicitária, o que predominava como meio de veiculação da comunicação eram o texto e a ilustração, que por sua vez, traziam a esta uma representação mais artística e autoral do anúncio; **mas**, com o passar das décadas e a chegada da modernização, surgiu então a imagem publicitária, trazendo consigo novas propostas e inovações [...]. [M03p12]

O que não se mostraria adequado, sob hipótese alguma, a nosso ver, seria o uso da *vírgula*, como exemplificamos abaixo; pois, com seu emprego, estaria comprometida a clareza do segmento textual, dada a extensão que este apresenta, bem como o emprego já realizado de *vírgula* para demarcar outros aspectos sintáticos.

- (90’’) Nos anos 1920, na área publicitária, o que predominava como meio de veiculação da comunicação eram o texto e a ilustração, que por sua vez, traziam a esta uma representação mais artística e autoral do anúncio, **mas**, com o passar das décadas e a chegada da modernização, surgiu então a imagem publicitária, trazendo consigo novas propostas e inovações [...]. [M03p12]

Por fim, discutiremos conjuntamente os exemplos (91) e (92), os quais são representativos quanto à distribuição dos nexos adversativos de caráter adverbial empregados no contexto discutido nesta seção.

- (91) Na atualidade, crescentes mudanças no comportamento das mulheres têm sido notadas e, por este motivo, foi necessária a adaptação de campanhas para elas. **Porém**, tais adaptações apelaram para o lado psicossocial e, principalmente, visual. [M03p72]
- (92) Precisamos entender que o processo educativo de um sujeito está presente nos mais variados meios de sua convivência – família, escola, religião, entre outros meios – desde o início de sua vida. **Porém** os modos e padrões dessa educação se manifestam de acordo com a realidade histórica e cultural de cada sociedade. [M06p11]

Conforme apresentado em nossa revisão da literatura, as gramáticas não apresentam consenso quanto ao emprego (ou não) da *vírgula* posterior aos nexos adversativos adverbiais em fronteira de períodos, após *ponto final*. Assim, para os fins desta pesquisa, ambos os empregos foram considerados adequados.

Em relação ao emprego da pontuação demarcando a fronteira entre os períodos, julgamos que também caberia, nos exemplos, o emprego do *ponto e vírgula*; pois, embora sintaticamente autônomos, os períodos acima guardam certa proximidade temática, instanciada, entre outros aspectos, pelas estratégias de retomada de referentes. Vejamos:

- (91') Na atualidade, crescentes mudanças no comportamento das mulheres têm sido notadas e, por este motivo, foi necessária a adaptação de campanhas para elas; **porém**, tais adaptações apelaram para o lado psicossocial e, principalmente, visual. [M03p72]
- (92') Precisamos entender que o processo educativo de um sujeito está presente nos mais variados meios de sua convivência – família, escola, religião, entre outros meios – desde o início de sua vida; **porém** os modos e padrões dessa educação se manifestam de acordo com a realidade histórica e cultural de cada sociedade. [M06p11]

Em (91'), vemos a continuidade referencial ser estabelecida a partir da relação entre expressões nominais e pronomes – *a adaptação, tais adaptações*; em (92'), estratégia semelhante é mobilizada – *o processo educativo, os modos e padrões dessa educação*. Isso nos permite defender que o *ponto final* também seria uma representação gráfica adequada para o grau de integração sintática entre os conteúdos oracionais que compõem os exemplos.

Na seção seguinte, discutiremos o emprego de nexos adversativos entre parágrafos.

4.3 CONECTIVOS ENTRE PARÁGRAFOS

Na seção que encerra este capítulo, analisaremos alguns exemplos quanto ao emprego da pontuação em relação aos conectores adversativos utilizados em início de parágrafo. Para tanto, revisemos o que nossos autores de referência apresentam quanto a esta unidade textual.

O parágrafo é a unidade de tratamento de informação, que pode ser visto como uma instrução de auxílio à leitura (sua extensão, por exemplo, pode determinar a redução ou o aumento do trabalho de inferência por parte do leitor).

Segundo Henry Mitterand (1985, *apud* DAHLET, 2006, p. 112), para que se apreenda um parágrafo como unidade de significação, tendo em vista o tratamento da informação que busca veicular, deve-se observar seus parâmetros de *coesão*, *coerência* e *progressão*:

- **Coesão:** conjunto de fatores linguísticos que proporcionam ao escrito sua textualidade (sistema anafórico, tempos verbais, etc.);
- **Coerência:** os universos referidos devem manter uma ligação entre si e, ao mesmo tempo, uma relação com o universo de experiência ou de conhecimento do leitor;
- **Progressão:** um parágrafo deve trazer alguma informação nova, que contribua para o hipertema estabelecido.

Um texto se estabelece a partir de uma estrutura hierarquizadora entre parágrafos: “um novo parágrafo pode constituir-se através da *focalização de um propósito* que foi introduzido no parágrafo anterior, ao qual fica ligado” (DAHLET, 2006, p. 116, *grifos da autora*). Para a autora, todo texto é formado por uma orientação argumentativa, sua *progressão temática* é agenciada, entre outros elementos, pela paragrafação:

a sucessão paragrafada nem sempre é equivalente, já que pode elaborar ora uma *equivalência* entre os parágrafos temáticos, ora uma *hierarquia*, em que o parágrafo primeiro contém o hipertema, ao passo que os parágrafos subsequentes (parágrafos predicativos) irão desenvolver, cada um, um tema derivado do hipertema. (DAHLET, 2006, p. 110, *grifos da autora*)

No caso das sequências textuais descritas nesta seção, temos a progressão temática instanciada através tanto de estratégias de oposição ou refutação ao que foi afirmado no parágrafo anterior, como de estratégias de reorientação temática (GIVÓN, 1993b), em que o

nexo que dá início ao parágrafo subsequente; isto é, já numa posição de destaque, pode ter sua função de ruptura ainda mais marcada pela pontuação que se utiliza junto a ele. Vejamos o quadro e, depois, os exemplos:

Quadro 16 – Pontuação de nexos em início de parágrafo

. Mas Ø	09	. Porém,	08
. Mas,	01	. Contudo,	16
		. Entretanto,	08
		. No entanto,	16
		. Todavia,	11

Fonte: Elaborada pela autora (2019).

O exemplo que analisaremos aqui diz respeito não somente à pontuação, mas envolve um aspecto textual maior: a decisão, por parte do escrevente, de segmentar o texto em determinados parágrafos. Assim, em (93) abaixo, não nos deteremos na análise da *vírgula* posterior à conjunção *mas* – pois se trata de mais um caso de marcação de elemento deslocado –, mas analisaremos em que medida a decisão pelo emprego do *ponto final* e da conjunção *mas* como introdutora de um novo segmento paragrafício.

- (93) Para Solomon (2002), os consumidores assumem papéis referentes às coisas que valorizam naquilo que gostam de exercer em seu tempo livre, ajudando a determinar os produtos que chamam a atenção a eles. Por este motivo, um dos principais objetivos da publicidade é despertar o interesse, persuadir e levar o consumidor a compra, tendo assim o poder do convencimento, após é claro, do autoconhecimento do consumidor naquilo que seriam suas necessidades e desejos básicos. Logo, conforme Sant’Anna (1995), [...] “quando despertada a necessidade de um objeto e a ideia de que o produto pode vir a satisfazê-lo, acorda dentro do individuo o desejo pelo mesmo”.

Mas, além do consumidor adquirir algo por necessidades ou desejos, também há o lado obscuro do consumismo, aquele lado que se torna compulsivo e viciante a compra de bens. Na verdade, as escolhas, os desejos e as ações dos consumidores resultam-se frequentemente em consequências negativas para o individuo. Embora muitas vezes as pessoas relacionem vicio com drogas diante do consumismo, o vício a que Solomon se refere, dá-se geralmente por algum serviço ou produto, onde o consumidor usa a compra como um método de alívio, tornando assim, um consumo compulsivo que acarretará então, a uma dependência fisiológica ou psicológica. [M03p44]

Primeiramente, identificamos a estratégia argumentativa mobilizada acima como um caso de *reorientação temática*. Assim, é possível observar que sua segmentação através do *ponto final* aponta para uma forte oposição, um contraste de perspectivas: de um lado, temos

argumentos que apresentam aspectos positivos relativos ao consumo; de outro, há o contraste com aquilo que o autor chama de “lado obscuro do consumismo”.

Agora, analisemos os sinais de pontuação e sua relação com *graus de integração temática*. Nesse caso específico, queremos refletir sobre a adequação da escolha “ponto final + novo parágrafo”, em oposição a outras possibilidades – especialmente, à possibilidade mais próxima, que seria simplesmente “ponto final”, sem separação paragrafíca.

Em nosso julgamento, não se poderia ter uma pontuação que fosse “menor” do que uma segmentação entre períodos – por exemplo, *ponto e vírgula* (que, embora indique independência sintática das orações, ainda as mantém unidas num mesmo período). Logo, tendo em vista que o período introduzido por *mas*, nesse exemplo, está reorientando o texto, o período iniciado por *mas* relaciona-se mais fortemente com o tema dos períodos que o seguem do que com o tópico dos períodos que o precedem – em particular, o último período do parágrafo anterior. Portanto, não faria sentido uni-los num só período por meio de ponto e vírgula (e eliminar a quebra de parágrafo, conseqüentemente).

Mas e quanto à alternativa de, simplesmente, ter ponto final, sem quebra de parágrafo? Há duas possibilidades a considerar (ambas com possíveis problemas, a nosso ver).

A primeira possibilidade: transferir a quebra de parágrafo do início do período começado por *Mas* para o fim desse período. Nesse caso, o período começado pela conjunção teria de trocar de função – deixaria de ser um período que *inicia* um novo fluxo temático, e passaria a ter de ser interpretado como um período que *finaliza* o fluxo temático do parágrafo anterior. É provável que essa não seja a melhor maneira de vê-lo, estando, portanto, a escolha do autor justificada.

(93’) ?? Para Solomon (2002), os consumidores assumem papéis referentes às coisas que valorizam naquilo que gostam de exercer em seu tempo livre, ajudando a determinar os produtos que chamam a atenção a eles. Por este motivo, um dos principais objetivos da publicidade é despertar o interesse, persuadir e levar o consumidor a compra, tendo assim o poder do convencimento, após é claro, do autoconhecimento do consumidor naquilo que seriam suas necessidades e desejos básicos. Logo, conforme Sant’Anna (1995), [...] “quando despertada a necessidade de um objeto e a ideia de que o produto pode vir a satisfazê-lo, acorda dentro do individuo o desejo pelo mesmo”. **Mas**, além do consumidor adquirir algo por necessidades ou desejos, também há o lado obscuro do consumismo, aquele lado que se torna compulsivo e viciante a compra de bens.

Na verdade, as escolhas, os desejos e as ações dos consumidores resultam-se frequentemente em conseqüências negativas para o individuo. Embora muitas vezes as pessoas relacionem vício com drogas diante do consumismo, o vício a que Solomon se refere, dá-se geralmente por algum serviço ou produto, onde o consumidor usa a compra como um método de alívio, tornando

assim, um consumo compulsivo que acarretará então, a uma dependência fisiológica ou psicológica. [M03p44]

A segunda possibilidade seria simplesmente eliminar a quebra de parágrafo, e permitir a união dos dois parágrafos em um só. Nesse caso, o problema potencial é que estaremos trocando uma estrutura temática em que cada parágrafo desenvolve uma ideia por uma estrutura temática em que um parágrafo desenvolve uma oposição entre duas ideias; o que pode ou não ser adequado, conforme o restante do texto e considerações como, por exemplo, o tamanho médio dos parágrafos desse texto.

(93'') ?? Para Solomon (2002), os consumidores assumem papéis referentes às coisas que valorizam naquilo que gostam de exercer em seu tempo livre, ajudando a determinar os produtos que chamam a atenção a eles. Por este motivo, um dos principais objetivos da publicidade é despertar o interesse, persuadir e levar o consumidor a compra, tendo assim o poder do convencimento, após é claro, do autoconhecimento do consumidor naquilo que seriam suas necessidades e desejos básicos. Logo, conforme Sant'Anna (1995), [...] “quando despertada a necessidade de um objeto e a ideia de que o produto pode vir a satisfazê-lo, acorda dentro do individuo o desejo pelo mesmo”. **Mas**, além do consumidor adquirir algo por necessidades ou desejos, também há o lado obscuro do consumismo, aquele lado que se torna compulsivo e viciante a compra de bens. Na verdade, as escolhas, os desejos e as ações dos consumidores resultam-se frequentemente em consequências negativas para o individuo. Embora muitas vezes as pessoas relacionem vicio com drogas diante do consumismo, o vício a que Solomon se refere, dá-se geralmente por algum serviço ou produto, onde o consumidor usa a compra como um método de alívio, tornando assim, um consumo compulsivo que acarretará então, a uma dependência fisiológica ou psicológica. [M03p44]

Aqui, vemos em jogo aspectos textuais mais amplos, que

não têm exatamente [...] atribuição de caráter referencial, apresentando funções tradicionalmente definidas como gramaticais, funcionais ou interacionais, [mas] [...] refletem o processo de criação do texto em diferentes situações de comunicação. (MARTELOTTA, 2011, p. 92-93)

Isto é, fazem parte das inúmeras possibilidades de composição do discurso, pois, “na medida em que o locutor direciona o interlocutor para [...] um conteúdo específico, [propõe] o modo como o *leitor* deve conceber o texto” (TRAVAGLIA, 2006, p. 27).

No exemplo (94), de modo semelhante ao que identificamos em (93), vemos o emprego do nexos adversativo aliado à mudança de parágrafo, como uma estratégia de descontinuidade. Aqui, no entanto, não se trata apenas de uma relação de *contrariedade*, mas também de *ressalva* (NEVES, 2000): no primeiro parágrafo, são apresentados autores que tematizam o “mercado

educacional”, defendendo a utilização de estratégias de *marketing* neste; já o segundo parágrafo traz advertências/críticas quanto ao emprego de estratégias comerciais no âmbito da educação:

- (94) Nesse sentido, Martins, Menezes e Justiano (2011), destacam que o mercado educacional está em expansão no Brasil, e é grande o número de instituições que estão considerando o marketing como forma de obter diferenciação frente aos concorrentes no mercado. Observando o segmento educacional, Barboza *et al.* (2013) denotam que com o crescimento do mercado educacional, as empresas desse setor identificaram a necessidade de utilizar estratégias de marketing da mesma forma que outros mercados utilizam para seus produtos, portanto a demanda por investimentos em marketing vem aumentando. Já Sion *et al.* (2011) defendem que o marketing, quando utilizado dentro do contexto educacional, é capaz de proporcionar o desenvolvimento de ferramentas tanto para a valorização da marca no mercado, quanto para a captação de novos alunos.

Entretanto, Bravin e Ikeda (2010) advertem para a forma reservada como o marketing é interpretado quando aplicado ao segmento educacional, sendo, muitas vezes, discriminado como um mero impulsionador de compra. Esse ponto de vista também foi percebido por Kotler e Fox (1994) que notaram duas críticas recorrentes de administradores de instituições educacionais, tendo esses a ideia de que marketing é incompatível com a missão educacional, uma vez que na percepção deles o marketing é de forma simplificada “um meio para se ganhar dinheiro”, enquanto instituições educacionais têm como objetivo a transmissão de conhecimento. [M25p06]

Neste exemplo, novamente, não julgamos pertinente a união dos dois parágrafos em um único, muito menos o emprego de pontuação com menor força segmental do que o *ponto final seguido de segmentação paragrafíca*, pois compreendemos que cada um dos parágrafos constitui unidade temática autônoma. Assim, é justificada, em termos do *grau de conectividade temática*, a escolha do autor em segmentar os períodos e parágrafos no ponto sinalizado por *entretanto*.

No capítulo seguinte, nossa discussão se direcionará aos casos em que a pontuação não corresponde à integração sintática dos elementos coordenados, bem como não organiza, na materialidade do texto, as sentenças conforme sua hierarquia interna.

5 INADEQUAÇÕES ENCONTRADAS NO *CORPUS*

Apresentaremos, neste capítulo, os casos encontrados em nosso *corpus* em que a pontuação não foi empregada de forma adequada, cotejando casos emblemáticos de cada contexto com os pressupostos mobilizados na reflexão teórica e na análise dos casos de usos adequados que desenvolvemos anteriormente. Haverá, igualmente, alusão às normas recomendadas pela tradição gramatical, as quais servirão de contraponto para os dados empíricos, pois, conforme compreensão de Marisa Smith (1998, p. 176),

é impossível ao observador desligar-se do seu substrato de referência relativo a textos do tipo estudado, exemplares da modalidade culta escrita. Em outras palavras, a observação de um segmento é indissociável do saber internalizado que direciona nosso olhar para determinados ambientes em que a possibilidade de (não) ocorrência de vírgulas é significativa.

Assim, visamos realizar uma análise dos condicionamentos presentes nas estruturas cujo manejo da pontuação não reflete o grau de dependência sintática e integração temática das estruturas em que se encontram; lembrando que, de acordo com Cunha, Costa e Cezario (2015, p. 22), o isomorfismo entre sintaxe e semântica não é absoluto, mas moderado: “Na codificação sintática, princípios icônicos (cognitivamente motivados) interagem com princípios simbólicos (cognitivamente arbitrários), que respondem pelas regras convencionais”.

Diante do exposto, daremos início à análise dos dados da amostra que apresentam algum tipo de inadequação/não correspondência entre a hierarquia sintática, a ordem e o tipo de relação adversativa presentes nas estruturas coordenadas. Neste capítulo, seguiremos a linha procedimental do capítulo anterior, dividindo as ocorrências, primeiramente, quanto ao segmento textual em que se encontram (oração, período, parágrafo), para, posteriormente, relacionar o emprego da pontuação à posição das conjunções no interior destas unidades.

5.1 CONECTIVOS ENTRE ORAÇÕES

Nesta seção, analisaremos as inadequações quando ao manejo da pontuação na fronteira entre orações. Cabe destacar que, aqui, temos um dos contextos em que mais abundam casos de ausência de sinais de pontuação importantes para a segmentação das cláusulas ou escolha de sinal de pontuação que não demarca, de forma precisa, o grau de integração em jogo na construção em análise. Vejamos o quadro-síntese dos padrões inadequados empregados e, a seguir, exemplos.

Quadro 17 – Pontuação de nexos em início de oração

, mas,	6	, porém ,	40
Ø mas Ø	2	Ø porém,	1
Ø mas,	1	Ø porém Ø	7
; mas Ø	1	, contudo,	14
		, contudo Ø	11
		, entretanto ,	19
		, entretanto Ø	14
		, no entanto,	5
		, no entanto Ø	14
		, todavia,	5
		, todavia Ø	5

Fonte: Elaborada pela autora (2019).

Como exemplo do primeiro padrão de pontuação impróprio empregado para a conjunção *mas* – registrado entre *vírgulas* –, temos o excerto (94) abaixo. Neste parágrafo, é possível observar que não somente a *vírgula* posterior ao conectivo não se encontra adequadamente registrada (conforme o que vimos na revisão teórica sobre a pontuação de *mas* enquanto conjunção), como o parágrafo como um todo apresenta problemas de organização e hierarquização sintática (além de aspectos semânticos que comprometem a clareza de vários trechos):

- (95) Como afirmaram os autores, pois, deixar o lugar de conforto, deixar o calor da família, dos amigos e da comunidade em geral é uma decisão muito difícil, **mas**, considera-se fácil quando há força de vontade, e o apoio dos familiares que também se fazem presentes nesta jornada e principalmente quando optamos e pensamos nas futuras experiências que podemos receber de outro país, porque, cada lugar é um lugar, e nestes lugares diferentes carregam por si só hábitos e costumes distintos, então, não serão apenas novas experiências mas também novas informações, principalmente no desenvolvimento essencial para estar em destaque na profissão desejada, por estes motivos a decisão de sair desta zona de conforto torna-se cada vez mais fácil, e principalmente quando pensamos em regressar a nossa verdadeira casa para contribuir para o bem do país, como enfatiza Subuhana (2005), para quem volta ao lugar de origem isto representa, ao menos no começo, um aspecto usual. Crê estar em um país estranho, ser um estrangeiro entre estrangeiros, até o momento em que a “deusa” dispersa a névoa (a confusão) que o envolve. [M49p06]

Apesar de todas as outras questões que poderíamos discutir a respeito desse excerto (mas que extrapolariam os limites de nossa análise), cabe refletir que os *problemas* não se

situam necessariamente no emprego da vírgula anterior à conjunção, nem no uso da conjunção em *si*, pois estes representam adequadamente tanto a relação de coerência quanto o grau de integração dos conteúdos proposicionais das orações. Para ilustrar nossa intuição, observemos, como teste, como a substituição da conjunção por outro conectivo e a alteração da pontuação parecem promover uma ruptura maior, não correspondente à proximidade do que está sendo enunciado pelo autor:

(95') Como afirmaram os autores, pois, deixar o lugar de conforto, deixar o calor da família, dos amigos e da comunidade em geral é uma decisão muito difícil; **entretanto**, considera-se fácil quando há força de vontade, e o apoio dos familiares que também se fazem presentes nesta jornada e principalmente quando optamos e pensamos nas futuras experiências que podemos receber de outro país, porque, cada lugar é um lugar, e nestes lugares diferentes carregam por si só hábitos e costumes distintos, então, não serão apenas novas experiências mas também novas informações, principalmente no desenvolvimento essencial para estar em destaque na profissão desejada, por estes motivos a decisão de sair desta zona de conforto torna-se cada vez mais fácil, e principalmente quando pensamos em regressar a nossa verdadeira casa para contribuir para o bem do país, como enfatiza Subuhana (2005), para quem volta ao lugar de origem isto representa, ao menos no começo, um aspecto usual. Crê estar em um país estranho, ser um estrangeiro entre estrangeiros, até o momento em que a “deusa” dispersa a névoa (a confusão) que o envolve. [M49p06]

Registramos, abaixo, embora o objetivo desta dissertação não seja tematizar o processo de revisão, nem de abarcar outros problemas sintáticos e semânticos, como o parágrafo ficou após o primeiro processo de revisão (*primeiro*, pois, como se pode observar, mesmo com modificações na segmentação sintática, pontuações e outros aspectos, o trecho continua a apresentar problemas de clareza e coesão, que precisaram ser revistos pelo autor):

(95'') Como afirmaram os autores, deixar o lugar de conforto, deixar o calor da família, dos amigos e da comunidade, em geral, é uma decisão muito difícil, mas considera-se fácil quando há força de vontade e apoio dos familiares, que também se fazem presentes nessa jornada, principalmente quando optamos e pensamos nas futuras experiências que podemos receber de outro país. Cada lugar é um lugar. Lugares diferentes carregam por si só hábitos e costumes distintos, então, não serão apenas novas experiências, mas também novas informações, principalmente no desenvolvimento essencial para estar em destaque na profissão desejada. Por esses motivos, a decisão de sair da zona de conforto torna-se cada vez mais fácil, principalmente quando pensamos em regressar à nossa verdadeira casa para contribuir para o bem de nosso país. Como enfatiza Subuhana (2005), para quem volta ao lugar de origem, isso representa, ao menos no começo, um aspecto usual: “Crê estar em um país estranho, ser um estrangeiro entre estrangeiros, até o momento em que a “deusa” dispersa a névoa (a confusão) que o envolve”.

Assim, após a reescrita, mantendo-se a conjunção *mas*, outra proposta com uma “integração menor” seria:

(95’’) Como afirmaram os autores, deixar o lugar de conforto, deixar o calor da família, dos amigos e da comunidade, em geral, é uma decisão muito difícil. Mas considera-se fácil quando há força de vontade e apoio dos familiares, que também se fazem presentes nessa jornada, principalmente quando optamos e pensamos nas futuras experiências que podemos receber de outro país. Cada lugar é um lugar. [...] [M49p06]

Agora, apresentaremos casos em que os conectivos de distribuição adverbial são apresentados entre vírgulas, quando, ao nosso ver, se faz necessário um sinal de pontuação que, *em tese*, sinalizaria uma unidade superior – seja o ponto e vírgula, que sinaliza uma oração com alguma “independência”, ainda no interior de um mesmo período; seja um ponto final, que sinaliza um período. Dizemos “em tese” porque, em princípio, imaginamos que a escolha entre *vírgula, ponto e vírgula* e *ponto final* relaciona-se com *graus de integração* – e de *autonomia* – diferentes dos conteúdos. Mas também é preciso ter em mente que, no caso de *porém, entretanto, contudo*, etc., o fato determinante talvez seja meramente sintático – um recurso para evitar a ambiguidade de escopo desses elementos adverbiais. Nos parece que é exatamente por isso que Cunha e Cintra (2007), ao descreverem o uso de vírgulas para intercalar nexos como *contudo, todavia*, etc., remetem a um princípio de uso do ponto e vírgula para separar “partes de um período” – isto é, orações – se uma delas já estiver dividida por vírgulas. Analisemos o exemplo (96):

(96) A rotina infantil, em algumas instituições, é marcada principalmente pela higiene e alimentação, **porém**, para este trabalho interessa uma condição escolar mais abrangente em relação à complexidade humana e principalmente, do universo infantil, pois entendemos que a criança pequena está vivenciando um período rico em aprendizagens, no qual as diferentes interações fazem com que seja possível atribuir conhecimentos significativos para o seu desenvolvimento. [M06p14]

Como teste para saber se é possível utilizar a vírgula em vez de ponto e vírgula nesses casos, sugerimos substituir o nexo por *mas*: como *mas* não é adverbial, não pode ser intercalado; logo, não exige vírgulas para assinalar sua intercalação:

(96’) A rotina infantil, em algumas instituições, é marcada principalmente pela higiene e alimentação, **mas** para este trabalho interessa uma condição escolar mais abrangente em relação à complexidade humana e, principalmente, à complexidade do universo infantil. [M06p14]

Ou seja: acreditamos que há a necessidade de usar ponto e vírgula ou ponto final em (96), mas por causa da natureza sintática de *porém* – que, sendo adverbial, fica com seu escopo indefinido com a pontuação utilizada. Assim, quanto à pontuação dos trechos, compreendemos que deveriam ser mobilizados sinais que marcassem mais fortemente os limites sintáticos e sinalizassem para a reorientação temática realizada pelo autor do enunciado, como o ponto e vírgula anteposto ao nexos: “A rotina infantil, em algumas instituições, é marcada principalmente pela higiene e alimentação; **porém**, para este trabalho, interessa [...]”.

Um exemplo em que o ponto e vírgula seria necessário por razões de integração de conteúdos seria algo do seguinte tipo:

- (97) ?? Os senadores estão negociando uma nova proposta para a reforma previdenciária dos professores, pois muitos deles têm fortes bases eleitorais nos setores da educação, **mas** a negociação não é do interesse do ministro Paulo Guedes.

Nessa versão, o período é inadequado porque a *vírgula* não consegue distinguir adequadamente a que conteúdo a oração adversativa está se integrando, se à oração explicativa precedente (introduzida por *pois*), ou se à oração que precede a explicativa. O uso do *ponto e vírgula* consegue remediar o problema:

- (97’) Os senadores estão negociando uma nova proposta para a reforma previdenciária dos professores, pois muitos deles têm fortes bases eleitorais nos setores da educação; **mas** a negociação não é do interesse do ministro Paulo Guedes.

Logo, é possível constatar que o *ponto de vírgula* assinala que a adversativa modifica a *oração composta* pela explicativa juntamente com a que a precede. Isso permite ao leitor deduzir, entender, que a adversativa *não* se relaciona diretamente com a explicativa – portanto, se relaciona com a primeira oração do trecho.

Vejam outros exemplos em que nexos de natureza adverbial foram empregados entre vírgula em contextos nos quais acreditamos que sinais gráficos que sinalizam maior ruptura/segmentação deveriam ter sido empregados:

- (98) Entende o relator, que não pode ser caracterizada a discriminação, uma vez que o tipo de campanha já se faz característico e aceitável nos dias de hoje, uma vez que já corriqueira e costumeira tal veiculação de anúncios semelhantes. O voto reconhece a existência de utilização de estereótipos no embasamento da

campanha, contudo, apoia-se na falta de intenção de discriminação do anunciante para com o público.³⁶

Cumprе salientar que o tal tema se mostra por demais complexo, uma vez que a efetiva caracterização pressupõe o subjetivo pessoal, ou seja, o tema da objetificação pode ser compreendido por diversas interpretações, **contudo**, por ser um comportamento onde seres humanos são vistos de forma instrumental para propósitos de outros, acaba-se dando possibilidade à existência de violações de barreiras.

Destaca-se que a decisão, de certa forma, ainda reproduz os padrões vivenciados pela sociedade. [...] [M36p89]

Nesse exemplo, embora trate-se de um trecho bastante obscuro, em que o emprego de voz passiva e a não realização dos sujeitos dificultam a recuperação dos referentes, nossa intuição é de que a adversativa não deveria formar um período com “Cumprе salientar...”. Parece-nos adequado, portanto, a substituição da *vírgula* pelo *ponto final*, a fim de que se estabeleça adequadamente o escopo do conectivo, e os períodos sejam devidamente segmentados, conforme os conteúdos proposicionais que apresentam: um período cujo tópico é o “tema da objetificação” contrapondo-se ao período que aborda as “violações” de determinadas barreiras sociais:

(98’) Cumprе salientar que o tal tema se mostra por demais complexo, uma vez que a efetiva caracterização pressupõe o subjetivo pessoal, ou seja, o tema da objetificação pode ser compreendido por diversas interpretações. **Contudo**, por ser um comportamento onde seres humanos são vistos de forma instrumental para propósitos de outros, acaba-se dando possibilidade à existência de violações de barreiras. [M36p89]

Analisemos, agora, o exemplo (100):

(99) Dentro desta ótica, Mendy (1994), aponta que os povos da Guiné-Bissau não aceitaram passivamente e com agrado as alterações impostas pelos portugueses que acabaram por mudar as estruturas de organização social, econômica e política preexistentes nessas sociedades, eles resistiram contra os régulos e chefes de tabanka impostos pelos portugueses. Ainda segundo ele, essa resistência foi mais visível na sociedade Felupe e Balanta, isso deve ao fato desses grupos não terem desenvolvido uma estrutura política fortemente centralizada, **contudo**, havia também uma forte resistência a essas imposições por parte dos grupos que tinham as sociedades cujas as estruturas eram altamente estratificadas e adotado de aparelho estatal sofisticado como os Fulas, Mandingas e Manjacos, porque a introdução dos novos chefes pela administração colonial não seguia os preceitos

³⁶ O que se discute na monografia de Direito da qual foram retirados estes excertos é “a campanha da cerveja Skol denominada ‘Musa do Verão’ entendida como abusiva e discriminatória” [M36p88].

inalienáveis de ascensão ao poder nessas sociedades, por essa razão havia constantes protestos contra essa política. [M47p19]

Façamos um teste de substituição com *mas* (e outros ajustes que eliminam problemas que perturbam o entendimento do trecho):

(99') ?? Os povos da Guiné-Bissau resistiram contra os régulos e chefes de tabanka impostos pelos portugueses. Segundo Mendy (1994), essa resistência foi mais visível na sociedade Felupe e Balanta, devido ao fato desses grupos não terem desenvolvido uma estrutura política fortemente centralizada, **mas** havia também uma forte resistência às imposições portuguesas por parte dos grupos que tinham estruturas sociais altamente estratificadas e que tinham adotado um aparelho estatal sofisticado. [M47p19]

Claramente, *mas* está sendo usado para introduzir um novo subtema do tema geral “resistências dos povos de Guiné-Bissau”. O primeiro subtema desse tema geral é a resistência das comunidades Felupe e Balanta, e o *mas* contrasta com essa resistência oferecida pelas sociedades mais organizadas de Guiné-Bissau. O problema de ligar os dois temas por *vírgula* é que este sinal pode dar a entender que a oração adversativa se relaciona à subordinada “devido ao fato desses grupos...” – mas obviamente isso é incorreto. Então, é necessário, no mínimo, um *ponto e vírgula*, para que se assinale ao leitor que o *mas* introduz um contraste com toda a oração que vai de “*Essa resistência foi mais visível...*” até “*... estrutura política fortemente centralizada*”. É evidente, portanto, que o emprego da *vírgula*, neste exemplo, foi inadequado: não apenas pelo caráter adverbial de *contudo*, mas também porque, aqui, os conteúdos proposicionais ficariam inadequadamente integrados.

Nos exemplos abaixo apresentados, vemos uma situação amplamente encontrada em nossa amostra: em (100), temos um dos vários casos em que uma frase declarativa sem autoria clara sobre o tópico desenvolvido no texto é seguida por outra – introduzida por nexo adversativo – que parece expressar o posicionamento do autor do texto frente ao mesmo tema.

(100) O processo de transição democrática e liberalização econômica proporcionaram algumas mudanças em termos políticos, econômicos, sociais e culturais na sociedade guineense, **no entanto**, vale salientar que essas mudanças deram uma reviravolta no relacionamento entre o Estado e as autoridades tradicionais, ou seja, esse processo culminou com permissão de outras manifestações políticas, e isso propiciou a reinserção das autoridades tradicionais no cenário político e administrativo bissau-guineense. [M47p26]

Tais casos parecem exemplificar o que Givón (1993b) chama de *descontinuidade de perspectiva*³⁷. Entretanto, cabe salientar que o fator *perspectiva*, por si só, não é suficiente, nos exemplos acima, para exigir sua segmentação em períodos diferentes. Consideremos, novamente, o exemplo (101), o qual pode – a nosso ver – ser reescrito do seguinte modo:

(100') O processo de transição democrática e liberalização econômica proporcionaram algumas mudanças em termos políticos, econômicos, sociais e culturais na sociedade guineense, **mas** vale salientar que essas mudanças deram uma reviravolta no relacionamento entre o Estado e as autoridades tradicionais. Ou seja, esse processo culminou com a permissão de outras manifestações políticas, e isso propiciou a reinserção das autoridades tradicionais no cenário político e administrativo bissau-guineense. [M47p26]

Na edição proposta acima, é possível observar, conforme afirmamos, que a *mudança de perspectiva* da oração adversativa (que teria a perspectiva do autor do texto) em relação à da oração que a precede (que poderia ser uma perspectiva geral, compartilhada por quem conhece o assunto) não seria suficiente para impedir a união das orações num só período. Comparemos (100) com a seguinte versão do mesmo trecho, onde explicitamos uma “outra perspectiva” (inserimos uma referência qualquer, para fins de teste, somente para vermos o efeito):

(100'') ?? O processo de transição democrática e liberalização econômica **teriam proporcionado, segundo Lehmann (1976)**, algumas mudanças em termos políticos, econômicos, sociais e culturais na sociedade guineense, **mas** vale salientar que essas mudanças deram uma reviravolta no relacionamento entre o Estado e as autoridades tradicionais. Ou seja, esse processo culminou com a permissão de outras manifestações políticas, e isso propiciou a reinserção das autoridades tradicionais no cenário político e administrativo bissau-guineense. [M47p26]

Nesse caso, parecer ser mais adequado evitar a união das duas orações em um mesmo período – segmentando as duas perspectivas em períodos autônomos:

(100''') O processo de transição democrática e liberalização econômica **teria proporcionado, segundo Lehmann (1976)**, algumas mudanças em termos políticos, econômicos, sociais e culturais na sociedade guineense. **Mas** vale salientar que essas mudanças deram uma reviravolta no relacionamento entre o Estado e as autoridades tradicionais. Ou seja, esse processo culminou com a

³⁷ Um autor instancia seu posicionamento em relação a um fato, ou afirmação, etc., de outro, “avaliando” o conteúdo proposicional em questão, isto é, expressando alguma atitude de crença, concordância, rejeição, etc., em relação a esse conteúdo. Para tanto, seleciona expressões predicativas típicas de posicionamento modalizador e de posicionamento avaliativo (PALMIER, 1986).

permissão de outras manifestações políticas, e isso propiciou a reinserção das autoridades tradicionais no cenário político e administrativo bissau-guineense. [M47p26]

Já o exemplo (101), abaixo, é emblemático quanto a uma situação de complexidade ainda maior, também muito encontrada em contexto de escrita acadêmica, em que os autores dos enunciados não conseguem organizar adequadamente, dentro do escopo de um parágrafo, as diferentes orações concatenadas:

(101) Na verdade as dificuldades são muitas, uma delas também é estar longe da família é muito difícil, a saudade aperta, mas que apesar disto o desafio em se formar não termina, a distância não impossibilita aos estudantes a dar continuidade na formação, e notamos ainda que maior parte dos angolanos não perderam suas identidades mesmo estando no estrangeiro, que a partir da indumentária, sotaque e etc... e através disto, pode-se identificar que o jovem é um angolano dentro do Ceará, suas identidades no país não estão afastadas por estar fora do país de origem, antes, **porém**, como bons angolanos, trazem de suas terras coisas necessárias para não perder a originalidade e poder mostrar que é verdadeiramente um filho da terra angolana, como por exemplo; retratos com fotos da família, vídeos para lembrar os momentos de família e amigos, alimentos e tecidos angolanos que servem para fazer roupas a estilo tradicional, porém as lembranças são necessárias sim porque ajudam diretamente no lado sentimental e cultural. [M49p15]

Vê-se, pois, que o(s) problema(s) de pontuação deste excerto não diz(em) respeito apenas à oração coordenada adversativa em si, mas a vários elementos que se justapõem e intercalam, sem que se demarque adequadamente os limites e tipos de relações presentes entre os segmentos. Por fim, temos os exemplos (102):

(102) Maria Berenice Dias destaca também que a Constituição Federal ao reconhecer a união estável como entidade familiar, passou a garantir os mesmos direitos e igualdade aos filhos havidos ou não do casamento, inclusive por adoção. Porém, para a autora o casamento e a união estável deveriam merecer a mesma proteção do Estado, **entretanto** com a promulgação do novo Código Civil de 2002 a legislação passou a reconhecer a união estável em seu artigo 1.723 a partir da convivência e, o casamento pela celebração, ocorre que ambas são construídas pelo convívio do relacionamento. [M31p29]

Nele, também é possível verificar outro caso de manejo da pontuação e justaposição das orações coordenadas de forma pouco organizada. Assim como a oração anterior, iniciada por *porém*, teve um uso da pontuação um pouco mais coerente com a hierarquia dos elementos mobilizados – embora falte uma vírgula após a palavra “autora” –; na oração que se inicia por

entretanto, deveria haver ponto final ou ponto e vírgula marcando que não há uma integração tão local entre as sentenças, pois é possível ver que, nela, além do adjunto deslocado “com a promulgação do novo Código Civil de 2002”, temos um outro sujeito, “a legislação”, o que nos autoriza a analisar o uso da vírgula como inadequado neste contexto.

5.2 CONECTIVOS ENTRE PERÍODOS

Nesta seção, analisaremos os casos em que a pontuação entre períodos não foi manejada de maneira adequada. Ao contrário do que realizamos no capítulo anterior, seção 4.2, aqui não destinaremos uma seção específica aos casos em que o nexos se encontra deslocado, pois trata-se de um número muito pequeno de exemplos. Assim, apenas para abarcarmos o *corpus* em sua totalidade, apresentamos a descrição dos dados encontrados, no quadro 18, e citamos um excerto desta categoria abaixo.

Quadro 18 – Pontuação de nexos intercalados na segunda oração com equívoco de pontuação

Ø contudo,	2
. ... , entretanto Ø	1
. ... , no entanto Ø	1

Fonte: Elaborada pela autora (2019).

- (103) Portanto a publicidade invisível não se ajusta ao ordenamento jurídico brasileiro, uma vez que infringe a boa-fé e a regra de identificação da publicidade expressa no art. 36 do Código de Defesa do Consumidor, constituindo, com isso, um ilícito civil. A prática do merchandising poderia, segundo parte da doutrina, ser convalidada por meio de anúncio prévios a encenação pública, garantindo que o consumidor seja cientificado acerca do conteúdo publicitário do evento. O próprio conceito de publicidade invisível **contudo**, não admite esse tipo de zelo, haja vista ser inerente a esta manobra a absoluta ignorância do consumidor ao fato de que está sendo atingido por uma forma de publicidade. [M42p61]

No exemplo acima, temos um caso de equívoco pela ausência de uma vírgula, de uso consagrado, posterior ao nexos para demarcar que o elemento conectivo se encontra intercalado entre o sujeito e o verbo da oração. Os erros encontrados nesta “categoria” simplesmente indicam que o autor não expressa consistentemente o caráter “intercalado” do nexos adversativo. Assim, não nos deteremos em sua discussão, pois não se relacionam diretamente com as possibilidades de integração de conteúdos coordenados e também porque, em certa medida, casos como estes já foram problematizados anteriormente.

Agora, analisaremos os casos de manejo ineficiente da pontuação com nexos adversativos dando início a períodos. Vejamos o quadro-síntese e os exemplos:

Quadro 19 – Problemas de pontuação de nexos em início de período

. Mas ,	3	. Contudo Ø	4
		. Entretanto Ø	4
		. No entanto Ø	11

Fonte: Elaborada pela autora (2019).

Em (104), nos deparamos com um padrão de pontuação pouco esperado. Aqui, além de termos uma vírgula que não é prevista pela norma, nem corresponde ao estatuto sintático de *mas*, nos parece pouco representativa, inclusive, dos parâmetros prosódicos para os períodos em questão. Assim, consideramos que o excerto estaria adequadamente pontuado sem esta vírgula que ocorre depois da conjunção.

(104) Atualmente, com o advento tecnológico do digital, muitas destas questões da fotografia publicitária abordadas anteriormente puderam ser aprimoradas, dando possibilidades de um tratamento intensificado e uma manipulação mais ágil a esta. **Mas**, a fotografia não é somente notória dentre a área publicitária, pois esta se encontra presente também no cotidiano de uma sociedade inteira, trazendo esta mensagem primorosa trabalhada há muitos anos. [M03p14]

(105) Assim em nosso cotidiano geramos uma enorme quantidade de dados e que tendem a aumentar com o advento de novas tecnologias, o armazenamento destes dados pode ser feito em bancos de dados, *Data Warehouses* entre outros. **Contudo** conforme Witten e Frank (2000) não adianta ter muitos dados e não conseguir extrair nenhuma informação sobre eles, ou seja, ter grande quantidade de dados sem ter as ferramentas corretas para extrair o que se há de realmente importante. [M28p31]

Nos casos acima listados, vemos tanto a ausência de *vírgula* marcadora de elemento intercalado, fora do padrão direto das construções em português brasileiro, como a ausência de demarcação dos nexos iniciais, tendo em vista sua distribuição adverbial. Em (105), temos o uso de *vírgulas* não apenas exigido por *contudo*, mas também por “conforme Witten e Frank”.

Como pode ser observado, nesta “categoria”, foram encontrados apenas casos que sinalizam a não compreensão de que esses nexos são diferentes de *mas* e, por isso, devem ser adequadamente assinalados como adverbiais – pelo uso próprio de *vírgulas*. Esses casos, portanto, não puderam ser analisados nos termos teóricos propostos por Givón, pois a inadequação quanto à pontuação empregada neles diz respeito apenas a convenções de escrita.

5.3 CONECTIVOS ENTRE PARÁGRAFOS

Nesta seção, analisaremos os casos de nexos adversativos dando início a parágrafos. Vejamos o quadro-síntese e os exemplos:

Quadro 20 – Problemas de pontuação de nexos em início de parágrafo

Mas	0	. Porém Ø	4
		. Entretanto Ø	6
		. No entanto Ø	5
		. Todavia Ø	3

Fonte: Elaborada pela autora (2019).

Encerramos a análise e discussão de nossa amostra com os casos de inadequação da pontuação relativa aos nexos adversativos em contexto sintático de início de parágrafo. Neles, como já sinalizados anteriormente, falta o emprego de uma vírgula posterior, indicando elemento intercalado, sinalizando a distribuição adverbial que estes conectivos apresentam, ou mesmo demarcando o uso retórico donexo, iniciando uma seção de trabalho acadêmico, como se pode ver em (106):

(106)

2.3.1 O Protestantismo no Brasil

[...]

Em relação à chegada dos estrangeiros protestantes ao Brasil Cunha (2007) aponta que além dos anglicanos e luteranos também vieram mais tarde os presbiterianos, metodistas e episcopais, todos estes grupos religiosos foram constituídos e originados a partir da reforma iniciada por Lutero e outros reformadores protestantes, como João Calvino.

2.3.2 Igrejas

Porém quem são os evangélicos hoje no Brasil? Pois se multiplicaram as igrejas e as segmentações representadas por estas nas últimas três décadas no país, portanto definir quem é o seguidor do Protestantismo mostra-se uma tarefa complexa, pois os significados são muitos, entre eles, cristão, crente, protestante, evangélico, pentecostal, neopentecostal, escolhido de Deus, etc. (MAFRA, 2001). O temo se torna complexo também por que existem centenas de denominações espalhadas pelo Brasil. [M15p43]

Embora o caso descrito acima não corresponda diretamente a um problema de pontuação, achamos interessante registrá-lo por sua singularidade: o nexos *porém* dá início a uma seção do trabalho acadêmico de onde foi extraído, não configurando oposição direta a parágrafos ou seções anteriores: parece-nos um marcador discursivo, a semelhança de usos vistos com *mas*, por exemplo, em sentenças interrogativas (*Mas ele vem mesmo?*).

Analisemos, agora, o exemplo (107):

(107) Importante mencionar que, no Código Civil de 1916, não era necessário se fazer o processo de adoção por meio judicial, já que a Lei da época concedia a adoção por meio de escritura pública, em forma notarial não vindo a ser necessária a manifestação de vontade das partes.

Entretanto com o surgimento do novo Código Civil (10.406 de 10 de janeiro de 2002) passou a ser exigido a manifestação de vontade e a ser constituída por sentença judicial, dependente do Poder Público, conforme dispõe o artigo 1.623: “A adoção obedecerá a processo judicial, observados os requisitos estabelecidos neste Código”. [M31p21]

Após *entretanto*, vemos que faltam as vírgulas que demarcariam adequadamente o adjunto deslocado “com o surgimento do novo Código Civil (10.406 de 10 de janeiro de 2002)”. A despeito disso, queremos analisar a segmentação dos parágrafos que compõem o exemplo em termos de conectividade temática, continuidade tópica: parecem dois períodos longos que desenvolvem um mesmo assunto. É argumentável que, aqui, a única razão pela qual o autor segmentou em dois parágrafos foi porque os períodos são longos. Ele não parece ter levado em consideração critérios de “coesão paragrafática” no desenvolvimento de um tema. Ou seja: pode-se dizer que ambos os períodos deveriam constituir um único parágrafo e que a quebra de parágrafo introduz uma “distância temática” indevida entre os dois períodos, evitando um problema de “integração de conteúdos”.

Por fim, apenas a título de exemplo, há casos encontrados em nossa amostra de tamanha complexidade, com problemas de escrita, de estrutura sintática tão sérios, que não são analisáveis apenas nos termos a que nos propomos neste estudo:

(108) Como afirmaram os autores, pois, deixar o lugar de conforto, deixar o calor da família, dos amigos e da comunidade em geral é uma decisão muito difícil, mas, considera-se fácil quando há força de vontade, e o apoio dos familiares que também se fazem presentes nesta jornada e principalmente quando optamos e pensamos nas futuras experiências que podemos receber de outro país, porque, cada lugar é um lugar, e nestes lugares diferentes carregam por si só hábitos e costumes distintos, então, não serão apenas novas experiências mas também novas informações, principalmente no desenvolvimento essencial para

estar em destaque na profissão desejada, por estes motivos a decisão de sair desta zona de conforto torna-se cada vez mais fácil, e principalmente quando pensamos em regressar a nossa verdadeira casa para contribuir para o bem do país, como enfatiza Subuhana (2005), para quem volta ao lugar de origem isto representa, ao menos no começo, um aspecto usual. Crê estar em um país estranho, ser um estrangeiro entre estrangeiros, até o momento em que a “deusa” dispersa a névoa (a confusão) que o envolve.

Todavia como já mencionamos voltar ao lugar de origem é gratificante. Na política africana do governo Lula, o continente africano e o Brasil, tinham retomado um conjunto de relações históricas, a partir do século XVI que os colonizadores portugueses ocuparam as terras do Oceano Atlântico Sul. [M49p06]

Como é possível observar ao lê-lo, trata-se de um caso muito complicado, em que a pontuação em relação ao nexo adversativo é o que menos importa. Além de todos os problemas estruturais, organizacionais que apresenta, a frase, como um todo, em que se encontra o conectivo não parece ter relação alguma com o parágrafo que está introduzindo; por isso, não nos permite uma análise mais aprofundada em termos de emprego da pontuação e graus de conectividade temática e integração sintática.

Neste capítulo, nosso intuito foi problematizar os problemas de organização sintática ou impropriedades de registro quanto à pontuação de construções instanciadas pelos nexos adversativos. Assim, tendo em vista os objetivos elencados para este estudo – *categorizar, dentro da amostra selecionada, os tipos de ocorrências encontradas; discutir os (problemas de) usos da pontuação com nexos adversativos em contextos de escrita formal à luz das noções de grau de integração sintática e conectividade temática* – buscamos analisar alguns dos casos encontrados, em diálogo com a revisão sobre pontuação empreendida em diferentes gramáticas e em obras seminais da linguística que se ocuparam do tema, visando realizar uma análise funcionalista, na qual buscamos em Givón (1984; 1991; 1993a; 19993b; 2012) subsídios teóricos e explanatórios para nossa argumentação.

No capítulo seguinte, registramos as considerações finais de nosso estudo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

a pontuação também não é uma ciência exata e, por isto, as *zonas de sombra* são muitas e estão sempre presentes, sendo inútil tentar eliminá-las completamente. (DACANAL, 2007, p. 8, *grifo do autor*)

Esta dissertação teve o intuito de investigar as motivações sintáticas e semânticas para o emprego de determinados padrões de pontuação relacionados aos nexos adversativos em um *corpus* de trabalhos acadêmicos. Sua motivação se deu a partir do interesse da autora pelo tema *pontuação*, devido às questões de escrita com as quais lida em sua atuação profissional como revisora de textos.

Sustentaram esta pesquisa os seguintes objetivos: (a) realizar uma revisão da literatura sobre a pontuação; (b) levantar um *corpus* de construções adversativas oriundas de textos acadêmicos; (c) categorizar, dentro da amostra selecionada, os tipos de ocorrências encontradas, tanto em relação à sua adequação ou não, quanto em relação a aspectos sintático-semânticos (por exemplo, em relação ao nexos utilizado); (d) discutir os (problemas de) usos da pontuação com nexos adversativos em contexto de escrita formal à luz das noções de grau de integração sintática e conectividade temática.

Assim, o capítulo 2 buscou revisar, num primeiro momento (seção 2.1), as principais contribuições da descrição gramatical (CUNHA; CINTRA, 2007; BECHARA, 2006; AZEREDO, 2008; NEVES, 2000; CASTILHO, 2010; ABAURRE, 2011; BAGNO, 2011; HAUY, 2015; PESTANA, 2015; FITZNER, 2015; PERINI, 2016; VITRAL, 2017), apresentando-as de forma crítica e em diálogo, quando necessário, com outros autores que se ocuparam do tema. Aqui, cumpre registrar, nossa pesquisa não foi muito profícua, pois, na literatura brasileira, abundam trabalhos de caráter normativo, os quais apresentam inúmeras regras de emprego, sem maior reflexão científica, ou mesmo coerência quanto aos critérios empregados para análise de exemplos. Isso justifica, portanto, nossa decisão de destacar, em determinados trechos, os estudos de Veronique Dahlet (1999; 2002; 2006), uma das raras autoras em cuja obra se vê um empreendimento linguístico, no intuito de apresentar generalizações acerca do tema. Ainda sobre a revisão da literatura, é importante apontar que, ao analisar os dados, consideramos importante discutir a distribuição dos nexos adversativos, o que nos fez inserir uma seção sobre seu estatuto neste capítulo.

Já na seção 2.2, visamos apresentar os principais pressupostos do Funcionalismo Linguístico, tematizando como essa grande área da linguística compreende os processos de vinculação sintática e, de modo especial, a coordenação. Por fim, na seção 2.3, nos debruçamos

sobre o que propôs Talmy Givón (1984; 1991; 1993a; 1993b; 1995; 2012) quanto aos diferentes graus de integração, a partir das noções de dependência gramatical e funcional; bem como quanto à continuidade referencial (e demais tipos) e sua relação com a pontuação. Assim, depois de apresentar as concepções que ancoram nosso olhar em relação aos aspectos sintáticos que permeiam a temática em tela, buscamos, no que está contido nessa seção, nosso *frame* de análise, a fim de discutir os exemplos aqui apresentados em termos funcionalistas.

No capítulo 3, foram apresentados os aspectos metodológicos de nosso estudo: os objetivos, como organizamos nossa amostra, as categorias nela encontradas e os critérios/aspectos que gostaríamos de discutir nos capítulos de análise.

Feita esta contextualização, passamos à análise propriamente dita, a qual dividimos em dois capítulos: no capítulo 4, apresentamos exemplos considerados adequados quanto ao manejo da pontuação, procurando identificar neles, além do atendimento ao que prescreve a tradição gramatical, princípios gerais que regem a pontuação e, principalmente, a correspondência entre os graus de integração entre as construções coordenadas e seu registro gráfico, através da pontuação. Já no capítulo 5, nossa análise buscou dar conta dos casos em que a pontuação apresentou inadequações, incoerências, tendo em vista que: “não existe correspondência absoluta entre a prescrição gramatical e o uso efetivo, e que os desvios podem ser recorrentes e sistemáticos, além de linguisticamente motivados” (SMITH, 1998, p. 33).

Quanto aos capítulos de análise, destacamos, primeiramente, alguns aspectos gerais. Além das motivações sintáticas relacionadas aos graus de integração das orações (sujeitos com mesma referência, descrição e ordenação de eventos, mudança de modalidade relativa aos atos de fala) e aos graus de conectividade temática (continuidade referencial, demais estratégias para manutenção ou ruptura tópica), mostrou-se relevante a diferença de estatuto entre os conectivos adversativos: *porém*, *contudo*, *entretanto*, *no entanto* e *todavia*; pois, dado seu caráter adverbial, apresentam distribuição sintática distinta da conjunção *mas*, o que ocasiona diferenças em relação a como são pontuados. Assim, buscamos discutir os excertos que compõem nossa amostra, analisando a pertinência da segmentação realizada pelos autores (separação de orações e períodos, divisão paragrafada) e a adequação quanto aos sinais de pontuação empregados (tendo em vista o contexto sintático no qual foram mobilizados e a relação semântica que instanciavam, juntamente com os nexos).

Como síntese geral da análise, avaliamos que os casos mais profícuos, mais ricos analiticamente, foram os exemplos de conectivos empregados entre orações, os quais nos permitiram olhar para os problemas de escrita relacionados à pontuação e à construção das orações coordenadas adversativas, mobilizando aspectos sintáticos e semânticos na tentativa de

compreender as motivações que impulsionam os autores a empregar determinados padrões de pontuação. Em algumas categorias, como a de inadequações da pontuação relacionada aos *conectivos entre períodos*, por exemplo, os erros encontrados indicam que o autor não expressa consistentemente o caráter intercalado do nexos adversativo. Portanto, não se relacionam diretamente com as possibilidades de integração de conteúdos “coordenados”, apenas materializam lapsos ou desconhecimento dos autores em relação a algumas convenções de escrita, não podendo ser discutidos em termos sintáticos (segmentação de sintagmas ou sentenças) ou semânticos (continuidade temática).

Assim, as intuições aqui esboçadas são uma tentativa de análise para além do que propõe a tradição gramatical (embora nos tenhamos ancorado amplamente em suas contribuições), numa aproximação com o Funcionalismo proposto por Givón. Com isso, visamos contribuir não somente para a discussão a respeito dos condicionamentos sintático-semânticos que estruturam o português brasileiro escrito, mas também para a prática dos profissionais da revisão textual, que precisam dispor de sólido conhecimento teórico e de critérios consistentes ao retificar ou reescrever segmentos textuais.

Registramos, por fim, que a discussão aqui proposta não teria se esgotado não fosse a necessidade de colocar um ponto final no estudo, sendo possíveis os seguintes desdobramentos: ampliar a revisão teórica empreendida, no sentido de estabelecer novas relações entre as construções sintáticas presentes na amostra; aprofundar as análises realizadas; ou, ainda, fazer um estudo quantitativo quanto aos condicionamentos semânticos e sintáticos encontrados no *corpus* deste estudo.

REFERÊNCIAS

- ABAURRE, M. L. **Gramática**: texto, análise e construção de sentido. Coleção: Moderna Plus Ensino Médio (v. 3). São Paulo: Moderna, 2011.
- ABREU, A. S. Coordenação e subordinação: uma proposta de descrição gramatical. **Alfa**, São Paulo, n. 41, p. 13-37, 1997.
- AZEREDO, J. C. **Gramática Houaiss da Língua Portuguesa**. 2. ed. São Paulo: PubliFolha, 2008.
- BAGNO, M. **Gramática Pedagógica do Português Brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2011.
- BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.
- BESSONNAT, D. Enseigner la... “punctuation”? **Pratiques**, Paris, v. 70, p. 9-49, 1991.
- CANCEIRO, N. Relações referenciais em frases coordenadas e subordinadas adverbiais. **Revista Linguística**, v. 14, n. 2, p. 139-170, maio/ago. 2018.
- CASTILHO, A. T. **Nova Gramática do Português Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.
- CATACH, N. (org.). **La punctuation**. Paris: Larousse, 1980.
- CATACH, N. **La punctuation**. Paris: PUF, 1994.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. **Nova gramática do português contemporâneo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2007.
- CUNHA, M. A. F.; BISPO, E. B.; SILVA, J. R. Linguística Funcional Centrada no Uso: conceitos básicos e categorias analíticas. *In*: CEZARIO, M. M.; CUNHA, M. A. F. **Linguística Centrada no Uso**: uma homenagem a Mário Martelotta. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013. p. 13-39.
- CUNHA, M. A. F.; COSTA, M. A.; CEZARIO, M. M. Pressupostos teóricos fundamentais. *In*: CUNHA, M. A. F.; OLIVEIRA, M. R.; MARTELOTTA, M. E. **Linguística Funcional**: teoria e prática. São Paulo: Parábola, 2015. p. 21-48.
- DACANAL, J. H. **Manual de pontuação**: teoria e prática. Porto Alegre: Soles, 2007.
- DAHLET, V. Aquisição das línguas e pesquisas em pontuação. **Linha d'Água**, n. 14, p. 75-85, jul. 1999.
- DAHLET, V. A pontuação e sua metalinguagem gramatical. **Estudos Linguísticos**, Belo Horizonte, v. 10, n. 1, p. 29-41, jan./jun. 2002.
- DAHLET, V. **As (man)obras da pontuação**: usos e significações. São Paulo: FAPESP, 2006.

DECAT, M. B. N. A articulação hipotática adverbial no português em uso. *In*: DECAT, M. B. N. *et al.* (orgs.). **Aspectos da gramática do português**. Campinas: Mercado das Letras, 2001. p. 103-166.

DIAS DE MORAES, L. C. **Nexos de coordenação na fala urbana de São Paulo**. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

DIAS, M. L. V. S.; RODRIGUES, V. V. Justaposição: processo sintático distinto da coordenação e da subordinação? *In*: RODRIGUES, V. V. (org.). **Articulação de orações: pesquisa e ensino**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017. p. 17-38.

DIK, S. **The theory of functional grammar**. v. 1. Dordrecht/Providence: Foris Publication, 1989.

DIK, S. **The theory of functional grammar**. v. 2. Berlim/Nova Iorque: Mouton de Gruyter, 1997.

FITZNER, N. L. C. (coord.). **Lições de gramática aplicadas ao texto jurídico**. 4. ed. [recurso *online*]. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

FOLEY, W. A.; VAN VALIN, R. **Functional syntax and universal grammar**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

GEBRUERS, R. S. C. Dik's Functional Grammar: a Pilgrimage to Prague? *In*: DIRVEN, R.; FRIED, V. (eds.). **Functionalism in Linguistics**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1987. p. 101-134.

GIVÓN, T. **A compreensão da gramática**. São Paulo: Cortez, 2012.

GIVÓN, T. **English Grammar: a function-based introduction**. v. 1. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1993a.

GIVÓN, T. **English Grammar: a function-based introduction**. v. 2. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1993b.

GIVÓN, T. **Functionalism and Grammar**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1995.

GIVÓN, T. Isomorphism in the Grammatical Code: Cognitive and Biological Considerations. **Studies in Language**, p. 1-27, jan. 1991.

GIVÓN, T. **Syntax I**. New York: Academic Press, 1984.

GONSALVES, E. P. **Iniciação à Pesquisa Científica**. 3. ed. São Paulo: Alínea, 2003.

HAIMAN, J.; THOMPSON, S. A. Subordination in Universal Grammar. Annual Meetings of Berkeley Linguistics Society, 10., 1984. **Proceedings [...]**. Berkeley: Berkeley Linguistics Society, 1984.

HAUY, A. B. **Gramática da Língua Portuguesa Padrão**. São Paulo: EDUSP, 2015.

HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to functional grammar**. 2. ed. Baltimore: Edward Arnold, 1994.

HOPPER, P.; TRAUGOTT, E. C. **Gramaticalization**. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

KENEDY, E.; OTHERO, G. A. **Para conhecer sintaxe**. São Paulo: Contexto, 2018.

LIMA-HERNANDES, M. C. O princípio da iconicidade e sua atuação no português do Brasil. **Filologia e Linguística Portuguesa**, v. 8, p. 83-96, 2006.

LONGHIN, S. R. Emergência de juntores contrastivos na história do português: contexto, polissemia e subjetivização. **Filologia e Linguística Portuguesa**, v. 18, n. 3, p. 263-299, ago./dez. 2016.

LUFT, C. P. **A vírgula: considerações sobre seu ensino e seu emprego**. 2. ed. São Paulo: Ática, 2009.

MACHADO FILHO, A. V. L. **A pontuação em manuscritos medievais portugueses**. Salvador: EDUBFA, 2004.

MACIEL, M. **Gramática Descritiva**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1925.

MARTELOTTA, M. E.; KENEDY, E. A visão funcionalista da linguagem no século XX. *In*: CUNHA, M. A. F.; OLIVEIRA, M. R. **Linguística Funcional: teoria e prática**. São Paulo: Parábola, 2015. p. 11-20.

MATOS, G. Parataxe: coordenação e justaposição: evidência a partir da elipse. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE LINGUÍSTICA, 20., 2005. **Anais [...]**. Lisboa: APL, 2005. p. 687-699.

MATOS, D. P.; SAMPAIO, C. C. C.; RABELO, G. C. A relação de condicionalidade entre orações complexas justapostas sob a perspectiva funcionalista. **Enciclopedia Biosfera**, Goiânia, v. 7, n. 13, 1575-1584, 2011.

MATTHIESEN, C.; THOMPSON, S. A. The structure of discourse and subordination. *In*: HAIMAN, J.; THOMPSON, S. A. (eds.). **Clause Combining in Grammar and Discourse**. Amsterdam: John Benjamins, 1988. p. 275-329.

MENUZZI, S. M. **Sintaxe da Língua Portuguesa: uma perspectiva “funcional”**: funções de subordinação e coordenação. [material didático]. Porto Alegre: UFRGS, 2014.

MENUZZI, S. M.; ROIZEMBERG, G. Tópicos contrastivos e contraste temático: um estudo do papel discursivo da “articulação informacional”. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 52, n. 2, p. 233-253, jul./dez. 2010.

NEPOMUCENO, A. R.; MEIRA, A. C. G. A. Uma visão funcional da linguagem: relações retóricas e interação. **Interletras**, Dourados, v. 2, p. 1-14, 2010.

NEVES, M. H. M. **Gramática Funcional: interação, discurso e texto**. São Paulo: Contexto, 2018.

NEVES, M. H. M. **Gramática de Usos do Português**. São Paulo: UNESP, 2000.

NEVES, M. H. M. O coordenador interfrasal *mas*: invariância e variantes. **Alfa**, v. 28, p. 21-42, 1994.

NEVES, M. H. M.; BRAGA, M. L.; DALL'AGLIO-HATTNER, M. M. As construções hipotáticas. *In*: ILARI, R.; NEVEZ, M. H. M. (orgs.). **Gramática do português culto falado no Brasil: classes de palavras e processos de construção**. v. 2. Campinas: UNICAMP, 2008. p. 937-1020.

OLIVEIRA, T. P. Conjunções adverbiais no português. **Revista de Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v. 22, n. 1, p. 45-66, jan./jun. 2014.

PAIVA, M. C. Cláusulas causais: iconicidade e funcionalidade. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, UNICAMP, Campinas, v. 28, p. 59-68, jan./jun. 1995.

PAIVA, V. L. M. O **Manual de pesquisa em estudos linguísticos**. São Paulo: Parábola, 2019.

PALMER, F. R. **Mood na Modality**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

PERINI, M. A. **Gramática Descritiva do Português**. São Paulo: Ática, 1995.

PERINI, M. A. **Gramática Descritiva do Português Brasileiro**. Rio de Janeiro: Vozes, 2016.

PESTANA, F. **A gramática para concursos públicos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2015.

PEZATTI, E. G. O Funcionalismo em Linguística. *In*: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (orgs.). **Introdução à Linguística: fundamentos epistêmicos**. v. 3. São Paulo: Cortez, 2011. p. 165-218.

PEZATTI, E. G.; PAULA, D. C. F.; PASSETTI, G. H. G. Contraposição não oracional com “mas”: substituição e acréscimo. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, UNICAMP, Campinas, v. 61, p. 1-18, 2019.

ROCHA, A. P. A. **Gramaticalização de conjunções adversativas em português: em busca da motivação conceptual do processo**. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio, Rio de Janeiro, 2006.

RODRIGUES, G. R.; MENUZZI, S. M. Articulação Informacional. *In*: OLIVEIRA, R. P.; MIOTO, C. (orgs.). **Percursos em Teoria da Gramática**. Florianópolis: UFSC, 2011. p. 205-236.

ROSÁRIO, I. C. Reflexões sobre o critério da (in)dependência no âmbito da integração das orações. **Línguas e Letras**, v. 17, n. 35, p. 252-272, 2016.

ROSÁRIO, I. C. Sintaxe Funcional. *In*: OTHERO, G. A.; KENEDY, E. (orgs.). **Sintaxe, sintaxes**: uma introdução. São Paulo: Contexto, 2015. p. 143-161.

ROSÁRIO, I. C.; PINTO, M. P. Orações conformativas em foco: uma análise centrada no uso. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, n. 42, p. 175-201, jul./dez. 2018.

SÉ, J. C. S.; PEZATTI, E. G. Funções Interacionais na sala de aula: da subordinação adverbial à subordinação discursiva. **Cadernos de Letras da UFF**, Niterói, n. 49, p. 275-292, 2014.

SLOBIN, D. I. **Psicolinguística**. São Paulo: Editora Nacional; USP, 1980.

SMITH, M. **Por uma gramática da pontuação**: um estudo dos sinais de pontuação em textos referenciais opinativos. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

VITRAL, L. **Gramática Inteligente do Português do Brasil**. [recurso *online*]. São Paulo: Contexto, 2017.